

CADERNOS DO

terceiro mundo

MOÇAMBIQUE

recuperando
a economia

AMÉRICA CENTRAL

o acordo
fortalece a paz

PRIVATIZAÇÃO

mito e realidade

CUBA-EUA A GUERRA DOS ESPIÕES



AMORIM



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Moçambique: uma luta desigual

Quando a 24 de junho de 1975, após a longa e difícil guerra de libertação contra o colonialismo português, Samora Machel declarava a independência de Moçambique perante um povo emocionado até as lágrimas, talvez o brilhante líder que se tornou o primeiro presidente da nação que nascia, nunca tivesse pensado que a dor e o sacrifício do seu povo iriam ainda continuar por muito tempo.

A independência deu início ao processo de reconstrução nacional, quando foram lançadas as sementes de um modelo socialista de organização da sociedade, adaptado às particulares condições de um país saído de cinco séculos de colonialismo, com graves distorções econômicas e dramáticas sequelas sociais.

Mas as forças políticas e econômicas que haviam sido derrotadas pela Frelimo, seguindo o exemplo de outros países nos quais já haviam organizado

movimentos contra-revolucionários, começam a pôr em prática a estratégia de desestabilização do governo moçambicano.

Aquela alegria do povo dos dias da independência foi cedendo lugar à dor: milhares de mortos e feridos em atentados, colheitas inteiras perdidas com as sabotagens, bloqueio econômico. O clima também não ajudou, e Moçambique foi castigado por secas sem precedentes seguidas de enchentes e novas secas. Milhões de cidadãos, em particular camponeses, se vêem obrigados a abandonar suas terras. E ainda o desastre – cujas origens são altamente suspeitas – que vitimou o presidente Machel e vários dos seus mais íntimos colaboradores. Seria demais para qualquer governo que não tivesse sólidas raízes populares, que não interpretasse realmente as aspirações dos cidadãos, que não tivesse credibilidade suficiente para

exigir ainda maiores quotas de sacrifício – como está fazendo agora com o plano econômico em marcha – porém demonstrando que esse novo esforço pode e vai ser coroado com o sucesso. Eis os assuntos que tratamos nesta edição em que Moçambique é um dos temas centrais. Diante dos problemas por que passa esse país, não podemos permanecer neutros; não só porque temos sido, nesses anos cruciais, testemunhas próximas e mesmo participantes de sua brava luta de afirmação nacional, mas sobretudo, porque o *apartheid* e as forças que estão fazendo a guerra encoberta contra a Frelimo lhe estão impondo uma luta desigual, de Davi contra Golias. Alegam, muitas vezes, incompetência do governo revolucionário, mas na verdade temem o seu exemplo, de um governo a serviço da libertação definitiva de um povo que já não aceita mais viver subjugado.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editores: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Juan Somavía

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

REDAÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):

Departamento de Arte: Luís Eduardo Carvalho, Miguel Efe, Pedro Toste, Reginaldo Caxias. **Produção Gráfica:** Léo Malina. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabete Mesquita, Leila Maria C. Pinto, Isabel Falcão, Sônia Lana Drum.

Administração do Banco de Dados: Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia, Aldaci Machado Pereira. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP 20241 – Rio de Janeiro – Tel.: 222-1370/242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Departamento Comercial: Maria Neiva. **Depto. de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes.

Endereço: Rua da Lapa, 180, 11º andar / salas 1104-1107

Tel.: 252-7440

EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira

Suplemento Brasil:

Editor: Procópio Mineiro.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clovis Sena e Memélia Moreira (Brasília).

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20.241

Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957/ Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sucursal de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10 / 1º andar – Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**

Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul

Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideu, Uruguai – **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Impressão: Imprenta Polo Ltda. Garibaldi 2579 Tel.: 802420 – Montevideu.

Representante na Argentina: Ruben Montes de Oca

Distribuição na Argentina (em livrarias): Punto Sur Editores – Av. Pte. Julio A. Roca

751 - 4º C – Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 – Buenos Aires – Argentina

Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 – Buenos Aires, Capital Federal

• **Edição em Inglês (bimestral):**

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20.241 – Rio de Janeiro/Brasil

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Ecuador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique.)

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Mariani, Alice Nicolau, Ana María Urbina, Antônio Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailby, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Guiomar Belo Marques, Gregorio Selser, Grídiva Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Botaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luís Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautín, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Marfíez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Raul Gonçalves, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Victor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris).

Ilustração capa: Amorim

Capa: Luís E. Carvalho

Revista mensal nº 103 – Setembro – 1987



Cartas

OS CEM NÚMEROS

Sendo assinante e divulgador – com orgulho – de **terceiro mundo**, venho parabenizá-los pelo marco histórico atingido: o número 100. (...) Aproveito a oportunidade para enviar uma colaboração sobre a questão energética no Terceiro Mundo e, em particular, no nordeste do Brasil:

“Enquanto o país se vê às voltas com um sem número de problemas, na sua grande maioria frutos de uma política econômica desastrosa que só tem levado ao sacrifício o povo brasileiro, o Nordeste, em particular, enfrenta um problema adicional que, devido às suas peculiaridades, não poderia deixar de ser enfocado. Trata-se do racionamento de energia elétrica, cuja decisão foi tomada ao abrigo dos ambientes dos gabinetes, onde historicamente decisões tecnocráticas têm sido tomadas, sem que a comunidade (vítima) tenha direito de opinar.

(...) Aqui no Nordeste, pode-se debitar o atual desequilíbrio (entre oferta e demanda) ao atraso da conclusão de obras, como a usina de Itaparica, entre outras. (...) Questiona-se, portanto, o adiamento sucessivo dessa usina e a priorização na construção de Tucuruí, que fornece energia a grandes eletrointensivas mas que se mostra impotente para fornecer seu excedente (sic) ao Nordeste, por falta da construção de outra obra, que seria a segunda linha de transmissão interligada com o sistema Chesf.”

Benedito Antônio Luciano – Professor de Medição de Energia Elétrica – UFPB – Campina Grande – Paraíba, Brasil

ZONAS FRANCAS

terceiro mundo tem se mostrado atento e capaz de refletir, de modo

ÍNDICE DE "TERCEIRO MUNDO"

Já está à disposição dos nossos leitores o índice desta revista, que remete às matérias e assuntos publicados do nº 70 (edição que inclui o índice até aquela data) ao nº 99.

Os interessados poderão escrever para o nosso Centro de Documentação e adquiri-lo ao preço de Cz\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzados).

oportuno, sobre os principais acontecimentos políticos e sociais que afetam o Terceiro Mundo. Agora, com ênfase especial na América Latina e no Brasil, através do seu suplemento.

Não teria chegado o momento propício, uma vez que o ministro Bresser Pereira se posicionou contra os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, de se fazer uma matéria a respeito da referida Zona Franca?

Não se trata de uma preocupação somente regional, uma vez que as Zonas Francas fazem parte da nova divisão internacional do trabalho e são uma realidade dos países do Terceiro Mundo.

Manoel Dias Galvão - Manaus - Amazonas, Brasil

DO SENADO FEDERAL

Com grande prazer, recebi o nº 100 dos seus magníficos **cadernos do terceiro mundo**.

Receba as minhas congratulações pela maneira heróica com que vem superando as dificuldades e a competência no trato da problemática dos países menos desenvolvidos, inclusive o Brasil.

Senador Maurício Corrêa - Senado Federal - Brasília

CAMINHO PERIGOSO

No nº 97 (edição em espanhol) da revista, vocês titularam de maneira muito sugestiva "Raúl contra Rambo" um artigo sobre a crise militar na Argentina.

Até aquele momento, não se conheciam bem os bastidores da "rendição" dos rebeldes e se justificava o tom otimista do artigo. Mas, hoje, podemos afirmar que quem ganhou foi "Rambo". Os militares rebeldes pleiteavam dois pontos principais: a passagem à reforma do generalato "alfonsinista" e uma solução política para os julgamentos por violações dos direitos humanos. O governo cedeu nos dois pontos, deixando em liberdade (mediante a lei da obediência devida) os genocidas mais brutais que agiram durante 1976-83.

Na mesma matéria, vocês afirmam certamente que a satisfação das reivindicações rebeldes "obviamente só podia levar a um golpe de estado, a curto ou longo prazos". Uma recente

Atentado a bomba: democracia em perigo



Reuter

onda de atentados a bomba nos indica que entramos de cheio num rumo perigoso para a nossa frágil democracia, e vá lá saber o que nos espera no final desse caminho de concessões que o governo iniciou. Nada bom, isso é certo.

Ah, claro: felicitações pela volta ao formato antigo e pela busca de um projeto editorial cada dia melhor.

Iñigo Blain - Córdoba - Argentina

DOS NOSSOS COLABORADORES

Foi um prazer receber a revista no novo formato. Devorei todo o material e ainda fiquei com vontade de continuar lendo. Parabéns. É uma publicação de primeira, com a qual dá gosto colaborar.

Juan Carlos Gumucio - Beirute, Líbano

Parabéns pelo novo formato da revista, que demonstra uma superação técnica e profissional.

Adrián Soto - Helsinque, Finlândia

A revista foi muito bem recebida no Peru, mas alguns leitores não se conformam com o novo formato. Nesse campo, são conservadores e são da opinião de que este não é colecionável.

Deborah Cordeiro - Lima, Peru

FILOLOGIA E ORTOGRAFIA

Sou assinante de **terceiro mundo** e leitor frequente do **Guia**, que utilizo bastante (e indico) nas minhas aulas. Digo isso para reforçar a admiração que sinto pelo trabalho de vocês. Confesso, entretanto, que tomei um susto ao ler na seção "Aos leitores" do nº 97 sobre a unificação da grafia da língua. E explico o porquê. A carta do diretor aos leitores se divide em duas partes: uma, em que

justifica a "necessidade de unificação das ortografias, e outra, em que explica a unificação das duas edições de **terceiro mundo**: a portuguesa e a brasileira. Quanto a esta, não podemos opinar, por enquanto, mas cremos que ela se deu por motivos de "custos de produção e melhorias", como foi informado. Agora, justificar essa modificação com a unificação da ortografia é misturar alhos com bugalhos, como se dizia no tempo dos meus avós.

A unificação ortográfica foi discutida em **terceiro mundo** apenas sob um ponto de vista, o de Antônio Houaiss, no nº 90, mas há muita coisa que, acreditamos, não foi dita. O filólogo disse que a unificação se justificava por "razões políticas, éticas, econômicas, sociais e morais". E das razões citadas só suspiraram as políticas e econômicas e que me cheirou como "razões" do Brasil (sou brasileiro nato), tendo em vista o vasto mercado que se abre para o emergente colonialismo cultural brasileiro (até citado pelo diretor no caso das novelas na África e Portugal, novelas da Rede Globo, certamente). A língua do povo é importante e é ele que alimenta os filólogos e não ao contrário. Mesmo sendo "a única língua de cultura no mundo com duas ortografias oficiais", não se justifica que elas sejam unificadas sem uma consulta maior aos usuários, por decreto-lei ou por decurso de prazo. A língua é um instrumento de dominação para o dominador e de defesa contra a dominação para o dominado. Saudações fraternais.

Prof. Agostinho José Soares – Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil

CHIPRE E A INFORMAÇÃO PRÓ-TURQUIA

Me senti profundamente chocada ao ler em **tercer mundo** (a edição em espa-



1974: os turcos ocupam 40% da ilha

nhol desta revista), nº 96, o artigo "Chipre: a encruzilhada da morte". Só posso atribuir os graves erros à falta de informação do autor sobre a situação dessa ilha.

O citado contrabando de armas, drogas e terroristas através de Chipre é uma "informação" atribuível a fontes turcas, portanto, não-confiáveis para meios de comunicação sérios como é o caso de vocês. Certamente, parte do tráfico internacional de drogas provenientes do Oriente Próximo passa por Chipre, a julgar pelo que foi apreendido nos seus portos, mas o grosso do narcotráfico se origina no chamado Crescente Fértil ou Dourado (Irã, Afeganistão e Paquistão) e atravessa o território da Turquia, como se pode ler numa reportagem do *New York Times*, de 14/7, "Para a herofna, a Turquia é uma ponte para o Ocidente".

De forma que, a herofna ou o haxixe que transitam por Chipre passam pela parte do território da ilha ocupada pelos turcos.

O "milagre" econômico é o resultado de diversos fatores, um imposto de 20% pago pelos refugiados, milhões de dólares de ajuda econômica estrangeira e o êxodo dos "homens de negócios" vindos de Beirute. Não é necessário pretextar atividades ilegais ou criminosas para explicar essa "bonança" econômica cipriota.

Anne M. Rice – Great Falls Valley – EUA

N. da R. – O autor do artigo em questão, Alberto Mariani, radicado na Itália e especialista em temas do Oriente Médio, é um jornalista identificado com os esforços do Terceiro Mundo em prol de uma informação objetiva e séria. Isso não impede que se possa cometer erros, sobretudo quando se trata de situações tão complexas como a que vive Chipre. No entanto, ao saber da carta da leitora, o autor declara que mantém suas afirmações, baseadas em fontes confiáveis a que teve acesso e em sua própria experiência nessa ilha do Mediterrâneo. No entanto, há um dado que está errado e pelo qual pedimos desculpas, pois foi um lapso da equipe: os navios que foram registrados nos portos cipriotas foram 700 e não 700 mil como foi publicado.

INTERCÂMBIO

- **Daniel Bramatti**
R. Aliança 25 apto. 303
Porto Alegre-RS – CEP 91050
Brasil
- **Paulo Ângelo**
C.P. 256
Benguela – Angola
- **Laurinda Deusa de Justo Menezes**
Bairro Terra Nova, casa 124
R. do Alentejo
Luanda – Rep. Popular de Angola
- **Maria Aparecida F. Honório**
C.P. 95203
Anta-RJ – CEP 25882
Brasil
- **Fernando Hilário**
Av. Anhanguera 3135 apto. 1001-B
Centro – Goiania-GO
CEP 74000
Brasil
- **Celestino Kendo Hino Klei**
C.P. 856
Benguela – Angola
- **Roberto Carlos Dias dos Santos**
C.P. 2424 – S.I.G.A.
Luanda – Angola

6 PANORAMA TRICONTINENTAL

ÁFRICA

- 13 **Moçambique:** Tempos de guerra, *Baptista da Silva*
 17 Sobreviver, um imperativo,
Etevaldo Hipólito
 18 A Renamo nos EUA: quem dá mais?,
Carlos Cardoso
 20 Reativar a economia e os transportes,
 entrevista com o ministro da
 Cooperação, Jacinto Veloso
 24 As vias estratégicas alternativas

AMÉRICA LATINA

- 26 **Cuba-EUA:** A guerra dos espiões, *Omar Sepúlveda*
 30 Reunião de cúpula centro-americana: Uma derrota
 para Reagan, *Marcio Vargas*
 32 O ideal de Bolívar pode estar mais próximo,
Paulo Cannabrava Filho
 33 **Panamá:** Uma crise pré-fabricada, *Fabricio Ojeda*

OCEANIA

 36 **Nova Caledônia:** O boicote ao plebiscito,
Beatriz Bissio

ECONOMIA

- 39 Unctad: a ambigüidade de sempre, *Pablo Piacentini*
 42 Notas

MEIO AMBIENTE

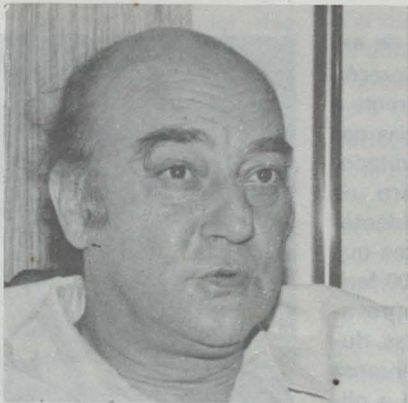
- 43 Uma riqueza em extinção

MULHER

- 45 **Índia:** O direito de andar na rua, *Kalpana Shama*
 46 Notas

47 SUPLEMENTO BRASIL

- Matéria de Capa:** Na guerra do desenvolvimento:
 O capital contra o Estado
 48 Brasil tem padrão ocidental, *Procópio Mineiro*
 51 Privatização: Um problema complexo, *Domar Campos*
 56 **Economia:** Os donos do subsolo
 A guerra dos minérios
 60 **Questão agrária:** O perigo da ruptura ronda campo
 do país
 63 **Questão urbana:** Os senhores do morro
 À margem, na tela e na vida
 64 Pixote leva Fernando da Silva à
 morte, *José Louzeiro*
 65 **Esporte:** Por que vamos fazer feio em Seul,
Walmyr Peixoto
 69 Mangueira, uma escola diferente
 70 Jogos Pan-Americanos, um retrato
 72 **Opinião:** O desafio do crime organizado,
Neiva Moreira



O ministro da Cooperação de Moçambique, Jacinto Veloso, afirma que seu país tem um grande potencial econômico e mostra como o governo se propõe a reativar a produção



O povo canaque luta pela independência da Nova Caledônia



Os presidentes centro-americanos concordam em se unir em favor da paz



Fernando Ramos da Silva, o "Pixote": a arte imita a vida?

Panorama Tricontinental

Filipinas: "Cory" escapa pela quinta vez

□ A quinta tentativa de golpe de estado contra a presidente Corazón Aquino foi também a mais sangrenta e mais longa de todas as registradas nas Filipinas desde a derrubada do ditador Ferdinand Marcos, em fevereiro de 1986. O levante de militares dissidentes foi dominado depois de combates que deixaram 55 mortos e mais de 200 feridos, mas as cicatrizes da crise provavelmente ainda vão ficar abertas durante algum tempo. Continua intensa a luta ideológica e política entre a oligarquia e os setores populares, responsáveis diretos pela mobilização de ruas que provocou a queda de Marcos.

"Cory" Aquino está na linha de fogo entre os grandes fazendeiros, industriais e militares direitistas de um lado, enquanto que do outro está a esmagadora maioria da população que exige reformas sociais e econômicas na esperança de alcançar melhores condições de vida. Como se não bastassem os choques de interesses, a presidente das Filipinas enfrenta ainda focos guerrilheiros de esquerda, uma rebelião separatista dos *moros* de origem islâmica e pressões de grupos favoráveis ao fim dos acordos militares que dão aos Estados Unidos o uso de duas importantes bases estratégicas no Pacífico.

Todo o sistema oligárquico e repressivo, instaurado por Ferdinand Marcos ao longo de mais de 20 anos de ditadura, foi afetado pela rebelião popular de fevereiro de 86 que levou "Cory" ao poder. Mas os quase 20 meses decorridos mostraram que a acomodação de forças políticas está sendo muito difícil, provocando uma prolongada instabilidade institucional. As rebeliões direitistas, mesmo sem terem conseguido atingir os seus objetivos, estão no entanto empurrando a presidente cada vez mais para o lado conservador, já que ela passa a depender quase que exclusivamente do apoio militar para continuar no Palácio de Malacanang. Isso provoca um agravamento da irritação popular e aprofunda as divisões entre a esquerda, uma vez que existem setores interessados em dar apoio crítico à presidente enquanto outros acham que é necessá-



Corazón Aquino: na linha de fogo



General Fidel Ramos: protetor de "Cory"

rio uma oposição frontal, como nos tempos de Marcos.

O governo dos Estados Unidos colocou suas apostas na gestão de "Cory", mesmo tendo reservas em relação ao que alguns assessores de Reagan chamam de "populismo exagerado" da presidente filipina. A estratégia do Departamento de Estado norte-americano é tentar enquadrá-la numa posição liberal no terreno social, mas conservadora no econômico e principalmente no que se refere às alianças militares no Pacífico. Além disso, os estrategistas da Casa Branca sabem que não existe nenhuma outra figura de centro capaz de substituí-la, sem provocar uma nova rebelião popular. O general Fidel Ra-

mos, chefe do estado-maior do exército filipino, passou a funcionar, depois da rebelião liderada pelo coronel Gregorio Honasan no final de agosto, como uma espécie de protetor político de "Cory". Ramos é um homem de confiança dos Estados Unidos dentro do complicado processo político filipino.

Como o coronel Honasan não foi preso logo após o fracasso da rebelião, cresceram os temores de que militares de ultradireita estariam criando núcleos rebeldes no interior, contando principalmente com as simpatias de fazendeiros e latifundiários interessados em impedir que Corazón Aquino leve à prática qualquer projeto de reforma agrária.



Um líder rebelde se rende com sua tropa às forças leais à presidente

Angola: Reorganização econômica

□ O governo angolano está pondo em prática um amplo programa de reorganização econômica previsto para durar até 1990, quando então o país terá recolhido dados suficientes para adotar um plano decenal de desenvolvimento econômico. Em entrevista a **terceiro mundo**, o ministro de Estado da Esfera Produtiva, Pedro de Castro Van Dunem, afirmou que inicialmente o projeto de reorganização prevê cortes drásticos nas despesas públicas, através da redução do pessoal empregado e de uma redistribuição das verbas estatais, visando a fortalecer a atuação das empresas públicas. "Essas empresas - garantiu Van Dunem - devem aumentar a sua eficiência e não depender exclusivamente de ajuda oficial".

Outro aspecto importante das alterações iniciadas pelo governo angolano se refere à descentralização da produção e ao incentivo das pequenas empresas no setor da distribuição de bens para consumo. Logo depois da independência e nos anos posteriores, por causa da guerra, o governo angolano foi obrigado a centralizar a economia, devido à fuga dos colonos portugueses e à necessidade de proteger os centros de produção, tanto agrícola como industrial, contra a ação de grupos terroristas. Hoje, no entanto, as autoridades econômicas de Angola acreditam que há necessidade de alterar este quadro visando a um aumento da eficiência e da rentabilidade.

"Nós vamos estimular a entrada de capitais externos em áreas como a agricultura, construção, indústria, pesca e petróleo, mantendo sempre um controle do Estado. Cada setor terá suas regras específicas, podendo variar desde uma participação majoritária do Estado até casos em que o capital privado pode predominar. Outro sistema que pretendemos ampliar é o das *joint-ventures*, que já existem no setor do petróleo", disse Van Dunem durante uma visita de dez dias à América Latina, no começo de agosto passado.

A fase de reajustes inclui também o restabelecimento de contatos com organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, embora as condi-

ções desta reaproximação ainda estejam indefinidas. "Tudo vai depender das condições apresentadas por estes organismos - disse o ministro angolano - pois se elas forem inaceitáveis ou lesivas ao interesse nacional, não haverá entendimento possível".

Segundo Van Dunem, a fase que se estenderá até 1990 servirá para definir futuros grandes projetos de desenvolvimento agrícola e industrial a serem concretizados na última década deste século. Entre esses projetos está a construção de um pólo petroquímico em Luanda, num empreendimento que provavelmente contará com participação brasileira. Outra grande preocupação do governo angolano é a reabertura



DIP-MPLA

Van Dunem: reorganizar a economia

integral da ferrovia de Benguela, que liga o Zaire até o litoral do Atlântico. Além de escoar a produção mineira e agrícola do Zaire, a estrada de ferro de Benguela permitirá que as regiões mais afastadas de Angola possam também colocar sua produção no mercado internacional. Uma boa parte da ferrovia está fechada ao tráfego de trens há quase dez anos por causa de ataques terroristas promovidos por grupos ligados à África do Sul.

No caso do Brasil, Angola vem desenvolvendo ao longo dos últimos dois anos um relacionamento econômico especial, baseado num sistema de comércio compensado, muito próximo ao

barter. As trocas comerciais entre Brasil e Angola já chegam aos 300 milhões de dólares anuais e devem crescer depois que o ministro Van Dunem acertou com as autoridades brasileiras uma nova linha de crédito no valor de 100 milhões de dólares. Ao liberar a linha de crédito, o Brasil se comprometeu em aumentar para 20 mil barris diários as suas importações de petróleo angolano fornecendo em troca manufaturados e serviços. O Brasil já é o terceiro parceiro comercial de Angola, depois dos Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia.

O ministro Van Dunem acredita que o desenvolvimento econômico é um dos elementos essenciais para acabar com o estado de guerra reinante em Angola desde a independência em 1975. "Para nós, acabar com a guerra não significa apenas derrotar o inimigo no campo de batalha. Significa também melhorar as condições de vida do povo. Por isso, nós estamos envolvidos no momento numa série de ações que visam a acabar com a guerra. Ações que vão desde o terreno econômico até o diplomático. Estamos realizando também um esforço de mobilização política junto a populações que estão localizadas na área de ação direta do inimigo, visando a reintegrá-las na sociedade nacional. Até agora os resultados têm sido muito positivos".

Com relação às novas propostas apresentadas aos Estados Unidos visando à solução do problema da Namíbia e ao fim dos ataques sul-africanos a Angola, o ministro Van Dunem disse que se trata de mais uma tentativa de testar a boa-vontade norte-americana na África Austral. "Nós temos mostrado permanentemente uma grande flexibilidade nesta questão, tendo inclusive admitido a retirada de parte do contingente de tropas cubanas estacionadas no país conforme a carta enviada pelo presidente José Eduardo dos Santos ao secretário geral da ONU, em novembro de 1984. Mas as respostas têm sido sempre evasivas, quando não totalmente contraditórias".

"As novas propostas angolanas anunciadas no começo de agosto - prossegue o ministro Van Dunem - são mais uma tentativa de buscar um entendimento, mas estamos convencidos de que os norte-americanos não estão inclinados a um acordo."

México: lista sêxtupla

No mês de setembro do ano anterior à eleição presidencial no México, ocorre o *dedazo* (como é chamado popularmente a indicação arbitrária, a "dedo") daquele que será o candidato oficial, ou seja, o presidente anuncia quem será o escolhido para disputar sua sucessão. (Ver *terceiro mundo*, nº 97 e 99). Desta vez, o *dedazo* não seguiu o ritual tradicional, repetido ao longo dos últimos 50 anos. Agora, como nas corridas de touros, foram escolhidos pelo presidente Miguel de la Madrid seis pré-candidatos, a apenas seis semanas da escolha definitiva do candidato do PRI (Partido Revolucionário Institucional).



Reuter

Presidente De la Madrid: seis escolhidos

Ao contrário do que se possa pensar, essa designação múltipla não foi uma surpresa. Há dez meses, os ministros do Governo, Energia e Minas, e Programação e Orçamento (Manuel Bertlett Díaz, Alfredo del Mazo e Carlos Salinas de Gortari, respectivamente) haviam sido apontados nos círculos oficiais como os mais prováveis candidatos à designação presidencial. Quanto aos outros três (Miguel González Abelar, Jorge García Ramírez e o prefeito da Cidade do México, Jorge Ramón Aguirre) se considera que seus nomes tenham sido incluídos na lista dos presidenciáveis para despistar sobre uma possível decisão premeditada.

Qual é o objetivo dessa nova tática? Alguns analistas consideram que os ar-

gumentos do lacônico comunicado divulgado pelo PRI em 13 de agosto passado – no qual esses seis cidadãos são apresentados como merecedores de serem pré-candidatos do PRI à presidência, por sua ampla aceitação nas fileiras partidárias – são fruto de uma decisão realmente democrática. Outros, porém, qualificam essa mudança de uma farsa.

Como a cúpula do PRI realizou uma convocação para que os seis pré-candidatos propostos compareçam diante dos três setores do partido e do governo – o camponês, o operário e o popular – alguns comentaristas vêem nesse gesto um esforço do partido oficial de terminar com o *dedazo* e realizar uma eleição de candidatos com ampla participação das bases.

Ao se pronunciar sobre o assunto, o ex-presidente Luis Echeverría Alvarez disse que já não há mais essa prática, porque com essa nova tática se procurou dar maior participação às bases do partido nas designações mais importantes do país.

Por seu lado, o setor da oposição liderado pelo Partido Socialista Unificado do México (PSUM), que reúne seis partidos da esquerda, afirmou através de seu presidente, Heberto Castillo (ele também é pré-candidato desse partido para as eleições presidenciais do próximo ano), que o PRI agiu dessa forma forçado pelo exemplo democrático dado pelos socialistas, que decidiram realizar eleições primárias para escolher seus pré-candidatos. "Não passou de uma fachada de democracia interna no PRI", afirmou Castillo.

Os opositores políticos de outros partidos coincidem em afirmar que, em última instância, a eleição do candidato do PRI, como vem acontecendo desde 1939, será decidida pelo presidente que está deixando o cargo.

No que todos concordam é que nem os líderes da classe operária ou camponesa, nem mesmo o chefe do partido do governo, Jorge de la Vega Domínguez, poderão influir realmente na decisão de Miguel de la Madrid. Apesar das aparências, as regras do jogo não mudaram. Tem-se que esperar o próximo dia 25 – data em que se conhecerá o candidato oficial – para saber quem será o próximo presidente do México.

Educação bilíngue

Os rescaldos da colonização espanhola no México ainda continuam pesando nos ombros dos herdeiros das grandes civilizações indígenas, massacradas durante quatro séculos. Sendo que agora os herdeiros dos "invasores", respaldados pelos grupos dominantes transnacionais, estão utilizando uma arma mais sutil e devastadora: a discriminação étnico-cultural. As vítimas são as crianças indígenas, ou seja, 3,2 milhões de menores, 40% da população indígena que hoje é formada por oito milhões de pessoas (a população do México, segundo o censo de 1981, é de 80 milhões de habitantes). Na dianteira da batalha, a "castelhanização" das crianças, que são obrigadas a estudar nas mesmas escolas que as crianças de língua materna castelhana.

A saída encontrada pelo governo mexicano foi implantar uma educação bilíngue nas escolas. Em 1982, esse sistema educacional bilíngue atendia a 170 mil crianças indígenas entre cinco e seis anos de idade e a 440 mil no "Programa Primário Bilíngue Bicultural".

Ruínas maias sob as águas

Falando em termos de Patrimônio Histórico e Cultural, alguns governos continuam priorizando aquilo que chamam de "progresso" em detrimento do passado histórico de seu país. Desta vez, os protagonistas são os presidentes Miguel de la Madrid e Vinício Cerezo, do México e da Guatemala respectivamente, que estão acertando a execução de um projeto conjunto para a construção de uma represa hidrelétrica sobre o rio Usumacinta, que separa os dois países. Com a construção da represa, será irreversível o prejuízo contra o patrimônio histórico e a ecologia do México e da Guatemala, porque uma área de 700km² será inundada, ficando sob as águas as ruínas maias de Yaxchilán, no lado mexicano, e as ruínas de Piedras Negras, na parte guatemalteca. O "Grupo dos Cem", movimento ecológico criado há dois anos por escritores e artistas mexicanos, enviou uma carta ao presidente De la Madrid, pedindo o cancelamento do projeto.

Afeganistão: Governo de coalizão?

□ O governo do Afeganistão tem tomado atitudes conciliatórias a fim de persuadir os grupos rebeldes a se integrarem a um governo de coalizão em Cabul, mas os dirigentes da guerrilha, pelo menos por enquanto, não parecem estar interessados nessa proposta.

No final de julho passado, o principal líder afegão, Najib Ullah, reiterou sua oferta de compartilhar o poder com os rebeldes, um plano que conta com o respaldo da União Soviética. Mikhail Gorbachev confirmou seu apoio à política de abertura de Cabul durante um encontro com Najib em Moscou.

Os analistas locais vêem a iniciativa de Cabul como um ramo de oliveira oferecido aos rebeldes, que vêm combatendo as tropas afegãs e soviéticas há oito anos, a partir de bases localizadas no Paquistão.

Mas os líderes "contras" (que têm suas bases na cidade paquistanesa de Peshawar, na fronteira com o Afeganistão), recusaram a oferta de Najib de dar-lhes cargos no gabinete se eles despussem as armas.

Num programa de 70 minutos transmitido pela Rádio Cabul, Najib, de 41 anos, anunciou o prolongamento do cessar-fogo unilateral, declarado pelo governo em janeiro passado, por mais seis meses.

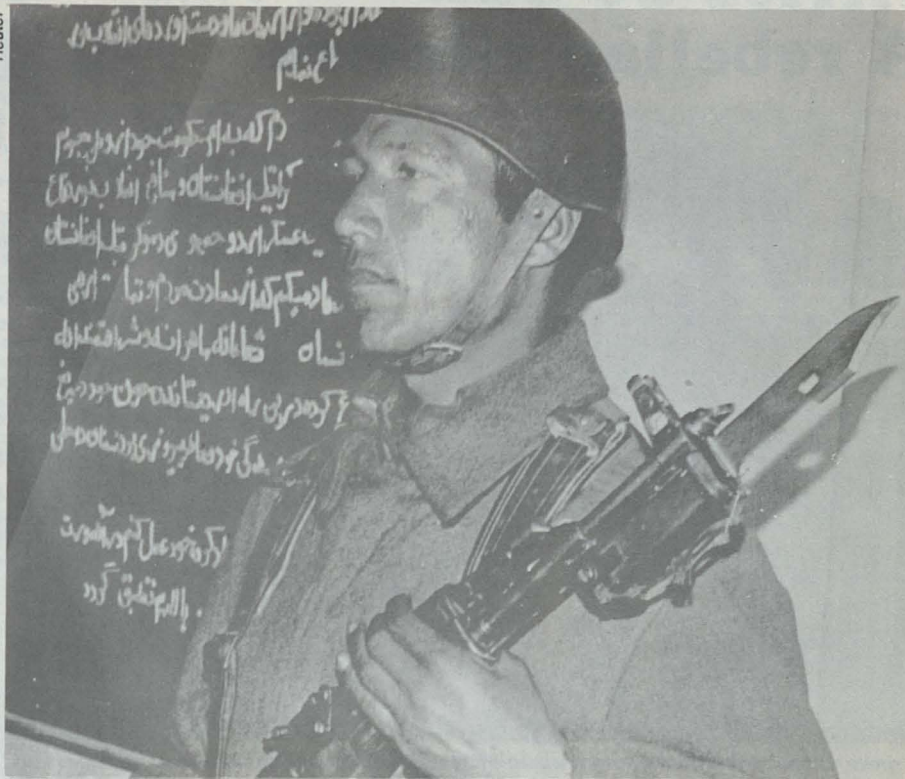
O cessar-fogo foi rejeitado pelos grupos guerrilheiros que intensificaram sua resistência à estratégia oficial de cortar suas vias de abastecimento, que vêm do Paquistão. Os guerrilheiros muçulmanos afirmam que derrubaram vários aviões soviéticos e afegãos com a sua última aquisição militar: projéteis terra-ar do tipo *Stinger* (ferrão), dos Estados Unidos.

Em consequência dessa negativa, Cabul propôs dividir o poder com o ex-rei do Afeganistão, Zahir Sha, e com três facções moderadas da aliança de sete partidos que tem sua base em Peshawar.

Também anunciou que em breve será distribuído em todo o Afeganistão o projeto de uma nova Constituição para que seja discutido por "representantes de todos os setores de opinião".

No novo projeto de Constituição proclama-se o Islã como religião oficial e o nome oficial do país volta a ser Repúbli-

Reuter



Os contra-revolucionários afegãos têm suas principais bases no Paquistão

ca do Afeganistão, como era antes ao governo atual, que adotou o nome de República Democrática do Afeganistão. Najib afirma que deseja um governo de coalizão de base ampla, em Cabul, que possa sobreviver à futura retirada dos cerca de 115 mil soldados soviéticos estacionados no Afeganistão.

"Estamos dispostos a abrir a porta àqueles que quiserem se unir a nós na paz", disse Najib no mês passado, numa reunião de sua organização, o Partido Democrático do Povo do Afeganistão. "A coalizão não será um símbolo usado com fins propagandísticos, não sendo necessário que os partidos que se incorporarem estejam de acordo conosco em questões de teóricas, estratégicas ou táticas", disse ele. No entanto, acrescentou que todos os partidos teriam que apoiar o objetivo comum: a paz no Afeganistão, o não-alinhamento e o "fortalecimento da histórica e tradicional amizade com a União Soviética".

O ex-monarca Zahir Sha, que vive no exílio na Itália, se nega a dividir o poder com Najib. Por sua vez, o Paquistão, no qual se encontram cerca de três milhões de refugiados afegãos e cujo território é utilizado pelos contra-revolucionários

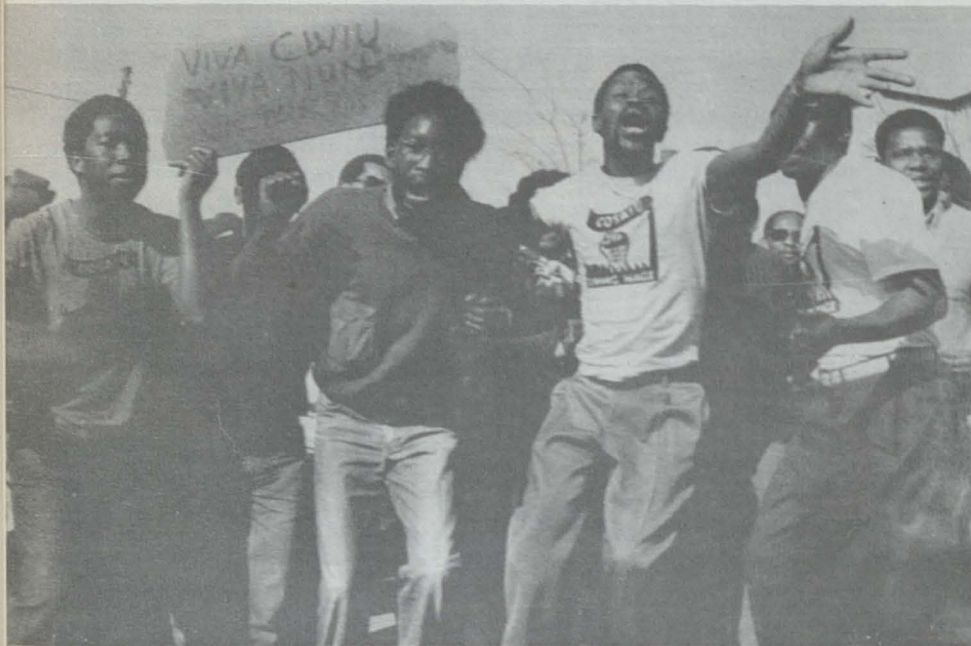
para introduzir armas, também descartou a possibilidade de participar desse plano de reconciliação.

Mas o primeiro-ministro afegão, Mohammed Khan Junejo, respondeu que esse processo constitui uma questão interna do Afeganistão e que só o povo e os grupos rebeldes devem determinar o que é melhor.

Washington, que financia os grupos guerrilheiros cujas bases estão no Paquistão, expressou ceticismo em relação ao plano de reconciliação do governo afegão.

No entanto, é evidente que a proposta de Cabul cria para os norte-americanos sérias dificuldades em sua estratégia em relação ao Afeganistão, já que abre a possibilidade de um diálogo com os rebeldes muçulmanos e leva em consideração uma das reivindicações mais sentidas: a volta do Islã como religião oficial. Observadores regionais acham que nos próximos meses pode ocorrer um racha entre os grupos financiados por Washington, ficando a frente opositora armada muito debilitada, assim como, em consequência, a estratégia dos Estados Unidos em relação ao regime de Cabul.

África do Sul: A rebelião mineira



A greve demonstrou o nível de organização e força dos sindicatos dos mineiros

□ "O sindicalismo negro sul-africano provavelmente jamais será o mesmo depois da greve geral dos mineiros". Foi com esta frase que o líder da National Union of Miners (NUM), Cyril Ramaphosa, definiu os resultados parciais da paralisação de 44 das 46 minas de ouro e carvão da África do Sul, num movimento que envolveu cerca de 340 mil trabalhadores negros, na maior greve geral já promovida por uma categoria sindical no país. A greve surpreendeu tanto os sindicatos como a própria Câmara de Minas (que reúne as seis maiores empresas mineiras da África do Sul), não só pela adesão dos trabalhadores como também pela forma como a paralisação foi conduzida.

O longo conflito salarial entre mineiros e mineradoras e a tensão racial existente no país criaram um clima que poderia facilmente gerar uma nova onda de conflitos durante a greve, uma vez que tradicionalmente as empresas fecham os alojamentos (*compounds*) onde os trabalhadores vivem isolados e os submetem a toda a sorte de intimidação, como sempre aconteceu em greves anteriores. Mas desta vez, uma boa parte dos grevistas abandonou as minas antes da deflagração do movimento, e

os próprios patrões se mostraram vacilantes na hora de usar a violência, temendo choques que poderiam causar danos irreparáveis às instalações.

A longa duração da greve mostrou que a NUM é hoje o mais combativo dos sindicatos negros sul-africanos e aquele que é capaz de atingir diretamente uma das bases econômicas do *apartheid*. Aproximadamente 65% da economia sul-africana dependem do ouro e do carvão. Mostrou também que a organização dos trabalhadores negros está atingindo índices inéditos na história do país, uma vez que a principal central sindical, a Cosatu (Congress of South African Trade Unions), em apenas 18 meses de existência, viu os seus quadros aumentarem de 300 mil para 750 mil. Nem mesmo a ameaça da Câmara de Minas de demitir 19 mil mineiros em represália à greve foi suficiente para que o movimento fosse suspenso. Ao exigir aumentos salariais de 30%, a NUM fixou também um padrão para futuras negociações salariais de outras categorias, o que seguramente vai tornar bastante difícil a situação dos grandes empregados privados e até do próprio governo sul-africano.

A greve foi suspensa depois de três

semanas, durante as quais as empresas tiveram prejuízos da ordem de 160 milhões de dólares e cerca de 40 mil mineiros foram demitidos. O acordo alcançado entre a Câmara de Minas e a NUM prevê a readmissão dos grevistas que perderam seus empregos, o fim da discriminação racial no preenchimento de cargos especializados e um aumento no pagamento de férias e indenizações. As empresas mineradoras não aceitaram a exigência de aumentos salariais de 30% e nem o fim do sistema de alojamentos segregados entre brancos e negros. Mas o resultado mais importante da greve foi político. Os próprios patrões reconheceram esse fato, pois nunca antes na história da África do Sul uma greve de mineiros negros havia durado tanto tempo e nem reunido tantos participantes. Nem mesmo a poderosa Câmara de Minas usou a palavra "vitória" ao comentar os resultados da greve.

COLÔMBIA

Guerra contra monopólio

□ As quatro maiores associações de jornalistas da Colômbia – o Círculo de Jornalistas de Bogotá (CPB), o Colégio Nacional de Jornalistas (CNP), a Associação Colombiana de Jornalistas (ACP) e a Federação Colombiana de Jornalistas (Fedeprensa) – resolveram se unir na luta contra o monopólio da informação em seu país, enviando uma carta ao Parlamento, onde exigem a elaboração de uma legislação que colha a formação de mais uma "aldeia global" na América do Sul, como acontece no Brasil. À frente do movimento, o jornalista Jaime Botero, que denunciou a tentativa do jornal diário *El Tiempo*, o de maior circulação no país, de monopolizar a informação através de sua agência "Intermedios". Na carta, os jornalistas foram taxativos: "Esses monopólios são mais graves para a saúde social do país do que qualquer outro. Representam um atentado contra a democracia social, econômica e política da Colômbia".

CADERNOS DO **terceiro mundo** postal

O REEMBOLSO CULTURAL QUE CRESCE JUNTO COM VOCÊ.

CONVITE
Quando vier ao centro do Rio, visite
nosso setor de livros. Você vai gostar
e "descontar".
Rua da Lapa, 180 / 1105

**louis
althusser**

**APARELHOS
IDEOLÓGICOS DE
ESTADO**

Nota sobre os Aparelhos
Ideológicos de Estado

Introdução Crítica de
J. A. GUILHON ALBUQUERQUE

**APARELHOS
IDEOLÓGICOS DE
ESTADO**

De: Louis Althusser

NOVO NA
ESTANTE

Este é um livro considerado como básico para a compreensão da questão ideológica sob o ponto de vista da teoria marxista de hoje. O que são os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)? Quando um indivíduo consciente percebe, identifica e participa a nível de análises deste assunto, está muito mais apto a compreender e desenvolver sua visão do mundo contemporâneo e colocar-se como ser social. 128 pág.

E-115 Cz\$ 188,00

**O DISCURSO DO AVESSO
(para a crítica da Geografia que se ensina)**

De: Ruy Moreira

LANÇAMENTO

A geografia que se ensina é uma disciplina porque disciplina. Quando a sociedade civil resolver sair da armadilha de um desprestígio da geografia, intencionalmente montada pela razão de estado, e, assim, incorporá-la às suas lutas por uma ordem democrática sem adjetivos e efetiva? É deste tema que trata este livro. 190 pág.

E-148 Cz\$ 250,00

**NÓS, AS
MULTINACIONAIS E
OS ESTADOS UNIDOS**

De: Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.

E-073 Cz\$ 125,00

**A CRIANÇA DA FAVELA E
SUA VISÃO DO MUNDO:**
Uma contribuição para o repensar da escola
De: Lígia de Medeiros

A autora conviveu por dois anos com as crianças da favela da Rocinha, em uma de suas áreas mais pobres - a Rua Um. O que começou com um objetivo acadêmico, transformou-se em um trabalho cujos frutos extrapolam sua intenção puramente formal. 122 pág.

E-103 Cz\$ 132,00

ANDRÉE KARTCHEVSKY-BULPORT
DANIELE CORNÉ
MIRIAN GOLDENBERG
HELENE DE MORAIS
HELENE MOREIRA
DANIELE KENDRY
PATRIC BARROS VILARINHO
FRANÇOISE CHABRIER
DOMINIQUE VICKROY-BILLAGSCHNIGER
ELIZABETH WOLFE LEBOW
LINDA THOMPSON
LÉNA-GUYARD
SUELA BRITTO
JONATHAN BONNY
MARCELA PACHECO
ANNIE BOUQUÉ
MARGARET MARIANI
MARGA RIZZALI

O SEXO DO TRABALHO



O SEXO DO TRABALHO

Org.: Andrée Kartchevsky-Bulport

NOVO NA
ESTANTE

O livro traz abordagens históricas das relações freqüentemente tumultuadas - sempre complexas - entre o movimento operário e o movimento das mulheres, e abordagens monográficas centradas nas operárias, seu trabalho e suas lutas. Uma vontade comum se expressa: pensar a classe operária no feminino. Participam 18 personalidades, estudiosas e líderes da questão da mulher no mundo. 193 pág.

E-118 Cz\$ 310,00

**PARA UMA PSIQUIATRIA
DA LIBERTAÇÃO**

De: Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O temário do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatria do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos. 107 pág.

E-083 Cz\$ 100,00

**ANÁLISES
ANTROPOLÓGICAS -
ESTUDO TEÓRICO**

De: Felte Bezerra

NOVO NA
ESTANTE

O autor procura expor, sem prevenção e sem paixões, diversos aspectos das principais correntes, em uma investigação cuidadosa do assunto. Eis o índice: Introdução (das classes ou estruturas sociais); A Antropologia e a corrente marxista; Existe uma Antropologia econômica autônoma? Modos de produção em povos fora da Europa; a eterna questão do parentesco; análises e conclusões. 283 pág.

E-126 Cz\$ 290,00

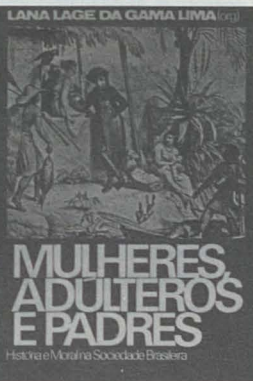
**ANARQUISMO OU
MARXISMO: UMA
OPÇÃO POLÍTICA**

De: Gilbert Green

FIM DE
ESTOQUE

A revolta e a agitação juvenis, com a radicalização inerente à rebelião em massa da juventude, são estudadas dentro de uma perspectiva histórica. O autor vai fundo em suas colocações, levantando pontos cruciais como: liberdade/sociedade, o problema da autoridade e a crise do liberalismo, a lição da Comuna de Paris, os anarquistas e a guerra civil espanhola. 200 pág.

E-94 Cz\$ 160,00



**MULHERES, ADÚLTEROS
E PADRES**

Org: Lana Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letrados portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apóia em fontes legais, discursos morais, processos eclesásticos. 101 pág.

E-109 Cz\$ 120,00

A QUESTÃO JUDAICA

De: Karl Marx

Obra importante da juventude de Marx onde ele inaugura, nos trabalhos aqui reunidos, a perspectiva do socialismo e do homem novo. 73 pág.

E-097 Cz\$ 75,00



**NICARÁGUA,
NICARÁGUITA - UM POVO
EM ARMAS CONSTRÓI A
DEMOCRACIA**

LANÇAMENTO

De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaráguita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro". (Frei Betto). 156 pág.

E-144 Cz\$ 250,00

**CONVITE À LEITURA
DE GRAMSCI**

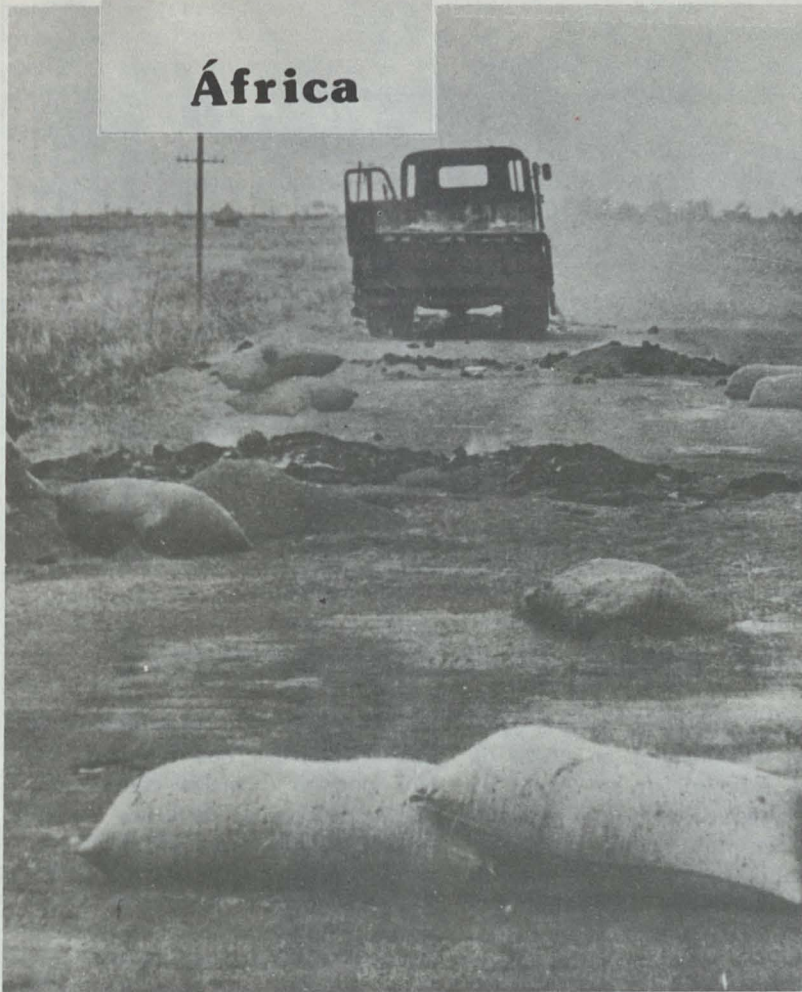
Org. Pedro Celso Uchôa Cavalcante e Paolo Piccone

A presente coletânea de textos gramscianos reporta-se aos primeiros anos de sua atividade jornalística e editorial; "anos de ferro, fogo e chumbo". O livro mostra um Gramsci que, generosamente, acredita no homem e, criticamente, questiona o conceito de cultura como saber enciclopédico, discutindo, inclusive, o que seria uma escola humanista para o proletariado. 131 pág.

E-085 Cz\$ 110,00

FIM DE
ESTOQUE

VIRE. TEM MAIS LIVROS E O CUPOM NO VERSO.



Os ataques da Renamo a alvos econômicos já fizeram mais de 100 mil vítimas, civis na sua maioria

Danilo Guimarães

Tempos de guerra

Por trás de um aparente diálogo, a África do Sul continua desestabilizando o governo de Moçambique, com medidas de retaliação destinadas a asfixiar a sua frágil economia

Baptista da Silva

Moçambique vive hoje um dos períodos mais difíceis e dramáticos da sua curta história como país independente.

A guerra que a vizinha África do Sul tem promovido no seu interior – treinando, armando e financiando os rebeldes da Renamo – alastrou-se por praticamente todo o país. O terror e a insegurança instalaram-se em quase todas as suas dez províncias.

As autoridades moçambicanas calculam que mais de 100 mil pessoas, na sua maioria civis, tenham morrido em consequência dos ataques do movimento rebelde apoiado pelo regime do *apartheid*. Mais de quatro milhões de pessoas – numa população total de cerca de 13,5 milhões – se viram obrigadas a abandonar as suas terras e casas e hoje correm o risco de morrer de fome ou de doença devido ao longo período de alimentação deficiente.

Segundo o Unicef, Moçambique apresenta atualmente uma das mais al-

tas taxas de mortalidade infantil do mundo. Tomando como base o ano de 1985, a taxa de mortalidade foi de 200 por cada mil bebês de até um ano de idade e de 375 por cada mil crianças de até cinco anos de idade.

De uma forma geral, os alvos escolhidos pelos rebeldes da Renamo – “bandidos armados” como em geral são chamados pelas autoridades e população moçambicanas – são os centros de produção, as redes elétricas, estradas de ferro e rodovias, as aldeias e povoados indefesos.

Os custos humanos e sociais são impossíveis de ser calculados: um milhão e meio de desabrigados em situação precária na periferia das grandes cidades, como Maputo ou Beira, e nas demais capitais provinciais; mais de 300 mil refugiados nas zonas fronteiriças (principalmente nas fronteiras com Zimbábue e Malawi); 25% da rede sanitária nacional foram destruídos.

Entre 1980 e 1985, a atividade dos rebeldes provocou o fechamento de mais de 1.800 escolas, o deslocamento de 314 mil alunos, além do sequestro ou morte de 300 professores.

No setor agrícola, do qual vivem 80% da população, a produção caiu nos últimos anos de 12 milhões de toneladas para apenas 1,2 milhão. A Renamo destrói pelo menos 50% da produção agrícola antes das colheitas serem feitas e a parte restante dificilmente pode ser comercializada devido às dificuldades existentes no seu escoamento por via terrestre. A anterior especialização da produção em cada província (estado), que levava em conta as características e aptidões das diferentes regiões, deu lugar à necessidade de se produzir quase tudo na periferia das cidades e povoados mais importantes, com destaque especial – pela sua extensão – para as zonas verdes que estão sendo criadas em torno de Maputo e da cidade da Beira.

África do Sul: a fome como arma

As autoridades moçambicanas também tiveram que enfrentar os efeitos das calamidades naturais que têm devastado o país. Em 1977, as cheias dos rios Limpopo e Nkomati (no sul) e, no ano seguinte, as do Zambeze (centro-norte) obrigaram o deslocamento de mais de 220 mil pessoas e causaram estragos superiores a 64 milhões de dólares. Após três anos de secas consecutivas, que atingiu oito das dez províncias do país, o Limpopo voltou a transbordar, em 1985, e um ano depois ocorreram novamente cheias no vale do Zambeze. Todas essas calamidades, mais o furacão "Demofna", que literalmente varreu o sul de Moçambique em 1984, colaboraram decisivamente na estratégia montada pelo regime do *apartheid* para desestabilizar Moçambique: desarticular a economia, utilizando a fome como fator de pressão e arma de guerra.

R. Faria



Os rebeldes, hoje, recebem apoio logístico do regime de Pretória

O que é a Renamo?

□ Com a queda do sistema colonial e a chegada ao poder da Frelimo, o regime de Ian Smith, na então Rodésia, apoiado por ricos ex-colonos em Moçambique, como Jorge Jardim, começa a estruturar o movimento rebelde moçambicano. A sua base de recrutamento era essencialmente os ex-militares negros que haviam servido no exército colonial português e ex-combatentes da Frelimo que haviam desertado ou entrado em dissidência, que eram, na maior parte dos casos, ex-militares portugueses pagos por Jardim. A organização do movimento estava a cargo do então chefe do serviço de informações do regime rodesiano, Ken Flowers.

Com a independência da Rodésia, hoje Zimbábue, em 1980, o regime da África do Sul assume a tutela do movimento e cria uma base de treinamento em Phalaborwa, no nordeste do Transvaal, província sul-africana fronteiriça com Moçambique.

Gozando do apoio de alguns colonos portugueses que naquele período haviam se estabelecido na África do Sul ou regressado a Portugal, o movimento rebelde passou a ser regularmente financiado também por certos países conservadores. O regime de Banda, no Malawi – um satélite

da África do Sul – se tornou outra das retaguardas dos rebeldes. Lá, eles podiam inclusive contar com preparação militar dada por instrutores israelenses que se encarregavam do treinamento das forças armadas do Malawi. As rotas de abastecimento eram variadas: a partir do Malawi, da África do Sul e ainda das ilhas Comores, cujo regime tinha (e tem) afinidades políticas e religiosas com os regimes árabes conservadores, financiadores da desestabilização em Moçambique.

Recorrendo à intimidação e à chantagem sobre muitos moçambicanos emigrados que trabalhavam na África do Sul e raptando jovens nas aldeias e povoados que atacavam não encontrava dificuldades no recrutamento de efetivos. O elo de submissão definitiva ao movimento rebelde é muitas vezes feito por meio de um crime de sangue. Através dele, os chefes rebeldes têm a garantia de que os novos recrutas dificilmente terão coragem de abandonar as suas fileiras. Eles rompem os laços dos jovens com suas famílias e suas etnias, fazendo-os participar de massacres e tortura de populações das quais não são oriundos e na pilhagem dos bens de seus parentes e conterrâneos.

A Renamo tem cumprido à risca essa estratégia: sempre se assumiu apenas e exclusivamente como grupo militar, e não como uma força política cujo objetivo seja a aplicação de um programa de governo. Alimentando-se do tribalismo como única ideologia, a sua prática se baseia exclusivamente no uso do terrorismo.

"No entanto, o movimento rebelde se beneficiou de alguns erros cometidos pela Frelimo nos campos econômico e político", nos disse um alto dirigente moçambicano. "As atitudes verticalistas de alguns quadros políticos, o recrutamento por tempo indeterminado para as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), a perseguição aos chamados "desocupados", que ocorreu durante um certo período, e a implantação de aldeias comunais em zonas onde as populações não só não estavam preparadas para aceitá-las, como as encravavam como contrárias à sua forma de organização tradicional, dificultaram a conscientização do nosso povo, que é a única arma eficaz para enfrentar o terrorismo", acrescentou o mesmo dirigente.

Por outro lado, e segundo vários depoimentos recolhidos, as atividades da Renamo não foram inicialmente encaradas com muita preocupação, talvez subestimando a sua capacidade desestabilizadora.

A África do Sul nunca deixou de apoiar, armar e abastecer os terroristas moçambicanos, mesmo tendo se comprometido solene e formalmente a deixar de fazê-lo. Esse era, em síntese, o conteúdo do Acordo de Nkomati, assinado em 1984 pelos presidentes Pieter Botha e Samora Machel. Nas vésperas do acordo – se descobriria mais tarde – a África do Sul infiltrara centenas de rebeldes em território moçambicano e a divulgação dos documentos apreendidos no quartel-general da Renamo, a chamada "Casa Banana", na Gorongosa, em agosto de 1985 (ver **terceiro mundo** n.º 83), tornaria evidente que esse apoio – ao mais alto nível militar e governamental – nunca parou após Nkomati. Desde então, a imprensa moçambicana tem reiterado as constantes denúncias de violações do espaço aéreo e marítimo por parte dos sul-africanos, com o objetivo de abastecer os rebeldes.

O número de efetivos atribuídos aos bandos da Renamo são muito diferentes e alvo de controvérsia, embora as mais conceituadas publicações sobre questões militares afirmem haver 25 mil terroristas envolvidos na desestabilização de Moçambique.

Os cerca de 60 mil efetivos das FPLM têm tido limitações para debelar a ação criminosa da Renamo. As suas ações terroristas chegaram até as portas de

Maputo. Não é simples fazer a transição de um exército guerrilheiro para forças armadas de tipo tradicional. É um processo complexo, vivido em quase todos os outros países africanos de expressão portuguesa. Não é a mesma coisa preparar uma ação ofensiva de guerrilha do que preparar a ação militar de resposta a uma operação desse tipo. E hoje as forças armadas de Moçambique enfrentam grupos contra-revolucionários que agem com táticas de guerrilha.

Por outro lado, não se poderia falar em conflito de gerações, mas existe uma discreta luta pelos cargos de chefia. Como ocorre em outras partes, também em Moçambique é difícil a integração e o total aproveitamento dos quadros formados no exterior, em geral melhor preparados e com uma bagagem técnica superior. Não se trata de um fenômeno típico das forças armadas. Ele pode ser sentido em toda a sociedade. Muitas vezes, as pessoas em cargos de chefia, diante da chegada de um recém-formado no exterior, tendem, mesmo inconscientemente, a dificultar sua inserção no novo trabalho.

Defesa: prioridade máxima

Tanto o falecido presidente Samora Machel, sobretudo na fase final de seu mandato, como seu sucessor, Joaquim Chissano, têm procurado dar às FPLM a



R. Faria

Com a guerra não-declarada contra Moçambique, a produção do país atravessa a mais grave crise de sua história

organização e eficiência operacional que a guerra exige. Os resultados, porém, são lentos devido às extremas dificuldades que o país atravessa e cujos efeitos se fazem sentir também ao nível da defesa.

Um dos passos mais importantes foi o início e posterior incremento da cooperação militar com a Grã-Bretanha. As autoridades britânicas prometeram, durante a recente estada em Londres do presidente Chissano, intensificar essa cooperação. Por outro lado, na base de Nyanga, no Zimbábue, cerca de 400 militares moçambicanos por ano estão recebendo treinamento e instrução de combate na luta antiguerrilha de oficiais ingleses, número este previsto para ser duplicado a curto prazo. Por sua vez, um número ainda reduzido de oficiais moçambicanos também está se formando na Academia Militar britânica de Sathurst.

Um outro salto qualitativo no combate aos terroristas da Renamo foi a participação no campo de operações de importantes contingentes das forças armadas do Zimbábue e da Tanzânia. As tropas zimbabueanas, calculadas oficialmente em 12 mil homens, têm dado provas da sua alta preparação e operacionalidade. Embora seu objetivo inicial fosse a defesa do Corredor da Beira (vital ao abastecimento do Zimbábue e ao escoamento das suas exportações como alternativa independente às vias de comunicação e portos sul-africanos, por onde transitam ainda 80% do comércio externo desse país), com o correr do tempo esse contingente passou a participar dos mais importantes combates travados no centro e norte do território moçambicano.

Remodelações nas chefias militares

Por outro lado, a mudança na atitude do Malawi só ocorreu após vários pedidos de Samora Machel, reiterados por outros líderes dos países da Linha de Frente. Pediu-se ao presidente do Malawi, Hastings Kamuzu Banda, que seu país deixasse de prestar apoio e de servir de retaguarda aos terroristas da Renamo. Em setembro de 1986, com a assinatura de um acordo com Moçambique, o presidente Banda se comprometeu a fazer cessar toda a atividade da Renamo em território do Malawi e aprovava a criação de uma comissão mista de

segurança para zelar pelo cumprimento do acordo.

A introdução recente de medidas disciplinares contra os militares que cometam infrações de vários tipos (falta de assiduidade, embriaguez, candonga¹, falta de controle sobre material de guerra de que são responsáveis etc.) e o anúncio feito pelo presidente Chissano, em junho passado, de importantes alterações nas chefias militares, são indícios de que algo está mudando nas FPLM. O general Sebastião Mabote, chefe do estado-maior, foi substituído pelo até então comandante da força aérea, António Hama Thai, tendo na mesma época sido substituídos os comandos militares de nove das dez províncias do país e nomeados novos chefes para diferentes ramos das FPLM.

Tudo indica que a guerra vai se intensificar no futuro. É pouco provável que "o diálogo político e a reconciliação nacional" que os bispos católicos moçambicanos defenderam, na sua carta pastoral de 30 de abril passado, como "única via para uma paz digna e honrosa", venham a se concretizar. Em primeiro lugar, devido à própria natureza da Renamo, baseada no tribalismo e no banditismo; em segundo, porque o curso da guerra dependerá sempre, em última análise, da vontade dos dirigentes do regime do *apartheid* e do poderoso aparelho militar sul-africano.

A hierarquia católica moçambicana reconhece a dificuldade desse hipotético diálogo, pois sabe muito bem – através das informações trazidas por muitos religiosos e missionários, espalhados pelo país – dos atos terroristas cometidos pela Renamo e a violência indiscriminada de que são alvo as populações. O grande mérito da carta pastoral é, portanto, o de proclamar em alto e bom som a necessidade da paz em Moçambique, que é o maior sonho de todo o povo.

África do Sul: a guerra não-declarada

O apoio à atividade terrorista da Renamo é apenas uma das frentes na guerra não-declarada que a África do Sul promove contra Moçambique. Outra, não menos importante, é a do boicote e da asfixia econômica, através das pressões sobre a principal fonte de captação de divisas para Moçambique:

as transferências dos emigrantes moçambicanos na África do Sul (a maioria tradicionalmente trabalhando nas minas) e a utilização do porto de Maputo como via natural do comércio externo para a província sul-africana do Transvaal.

A emigração de trabalhadores moçambicanos para a África do Sul, assim como o volume de carga que transita no porto de Maputo com destino ou origem na África do Sul, têm sido drasticamente limitados nos últimos anos pelas autoridades de Pretória como forma de pressão política e econômica sobre o Partido Frelimo e o governo de Maputo.

O presidente Chissano afirmou recentemente que o atual número de moçambicanos que trabalham na África do Sul não ultrapassa os 30 mil, metade do registrado em 1986 e quatro vezes menor que o verificado há alguns anos. No que se refere ao porto de Maputo, constata-se que de 7 milhões de toneladas de mercadorias com procedência ou destino à África do Sul que por ali transitaram em 1973, se passou para um movimento de apenas 960 mil toneladas em 1985, com uma queda de receitas de mais de 200 milhões de dólares para a economia moçambicana.

Os sul-africanos explicam esta queda, alegando o mau funcionamento da estrada de ferro que liga o nordeste do território sul-africano à capital moçambicana, mas o presidente Chissano afirma que tudo não passa de um pretexto.

Segundo dados oficiais, os custos da guerra não-declarada da África do Sul contra Moçambique, entre 1975 e 1984, elevam-se a cerca de 1,15 bilhão de dólares.

Se acrescentarmos a esse montante o custo do boicote econômico decretado pelas autoridades moçambicanas ao regime de Ian Smith – o que implicou, de fato, o fechamento do Corredor da Beira –, antes da independência do Zimbábue, avaliado em 556 milhões de dólares, obtém-se um valor total que ultrapassa 1,7 bilhão de dólares. Verba astronômica para um país que, embora potencialmente rico, se encontra entre os mais pobres do mundo. ●

¹ Candonga é como popularmente se denomina o "mercado negro" em Moçambique.

Sobreviver: um imperativo

Mais de cem mil pessoas morreram em consequência dos ataques da Renamo, braço armado da desestabilização organizada e financiada pela África do Sul

Etevaldo Hipólito

O general Magnus Malan, ministro sul-africano da Defesa, acusou os presidentes Joaquim Chissano, de Moçambique, José Eduardo dos Santos, de Angola, e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, de serem responsáveis por uma campanha "de inspiração soviética" contra seu país. Apesar de recorrer a um argumento já muito gasto, o tom das declarações (como ocorreu no período imediatamente anterior à morte do presidente Samora Machel, a 19 de outubro do ano passado) era demasiado pesado para ser considerado mera retórica.

O alto chefe militar sul-africano reagia, assim, contra a firme posição des-

ses dirigentes, apoiada por outros governos do continente africano, de rejeitar os resultados apresentados pela "Comissão Margo", criada por Pretória, para se pronunciar sobre a queda do avião que vitimou o presidente Samora Machel. Contrariando os procedimentos normais em um caso dessa gravidade, o regime de Pieter W. Botha havia decidido unilateralmente dar o caso por encerrado, sem que os resultados apresentados tenham sido conclusivos.

Essa posição não foi aceita por Moçambique, que continuou a insistir no aprofundamento das investigações em torno do desastre, que ocorreu em território sul-africano (ver *terceiro mundo* nº 95).

Apoiando-se em fatos mais do que evidentes, as autoridades moçambica-

O general Magnus Malan (ao alto, dir.) fez graves acusações contra os chefes de Estado dos países vizinhos da África do Sul, que lembram o tom utilizado pouco antes do desastre aéreo que vitimou Samora Machel

nas passaram a denunciar a responsabilidade de Pretória: durante uma visita à província de Cabo Delgado, ao norte do país, o presidente Chissano havia apresentado a morte de seu antecessor como um ato deliberado de agressão executado pelo regime do *apartheid*. Ele explicou a milhares de pessoas, durante um comício, como o avião havia sido desviado de sua rota normal por um falso sinal de rádio, indo de encontro a montanhas situadas no interior da África do Sul, muito próximas da fronteira com Moçambique.

Milhares de mortos

Os mortos resultantes do audacioso ataque realizado pelo comando sul-africano em Maputo, no final de maio passado, são apenas uma fração mínima do incontável número de crimes em todo o território moçambicano. Em apenas 12 anos de independência, Moçambique perdeu nada menos do que 100 mil pessoas em consequência da violência dirigida pela África do Sul através da Re-



namo.

Menos conhecida, mas também produto do cálculo relativo à guerra não-declarada contra o governo da Frelimo, é a morte prematura e silenciosa de milhares de menores de cinco anos. Um recente estudo publicado pelo Unicef¹ indica que, somente em 1985, 82 mil crianças menores de cinco anos teriam morrido em Moçambique como resultado do esquema de desestabilização acionado pelo regime do *apartheid*.

A violência introduzida no país afetou os planos do governo para setores vitais, como saúde, produção de alimentos, fornecimento de água potável e transportes. Os progressos que despontavam em 1979/1980 – reconhecidos a nível internacional – foram comprometidos pelos ataques desferidos contra áreas onde se desenvolviam projetos de grande importância social e econômica. Assim, destroem-se centros de saúde e maternidades, força-se a população a abandonar zonas de cultivo, atacam-se as regiões onde se realizam projetos de abastecimento de água, desorganizam-se as vias de transporte.

No entanto, o regime instituído pela Frelimo após a derrubada do colonialismo português teve alguns êxitos significativos. Um deles foi o de Moçambique ter mantido um lugar de destaque dentro da SADCC. O clima de guerra não tem impedido a chegada de delegações estrangeiras interessadas no financiamento de projetos.

Outro fato importante para Moçambique foi a visita, no mês de junho, de Mobutu Sese Seko, do Zaire. Essa viagem indicaria, por parte do dirigente zaireense, uma nova maneira de encarar a verdadeira natureza dos problemas que afligem a África Austral.

Num contexto mais amplo, encontram-se as relações com organismos internacionais do nível do Clube de Paris. Em julho passado, representantes de 22 países da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento (OCDE) e mais outras 13 instituições se dispuseram a emprestar a Moçambique cerca de 800 milhões de dólares anuais. Esses recursos seriam canalizados para o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) promulgado pelo governo. ●

¹ "Children on the Front Line, the Impact of Apartheid, Desestabilization and Warfare on Children in Southern and South Africa", Herbold Green, Dereje Asrat, Marta Maurás e Richard Morgan, Unicef, 1987.

A Renamo nos EUA: Quem dá mais?



O senador Jesse Helms, ultraconservador, defende a ajuda dos EUA à Renamo

Carlos Cardoso

A diplomata norte-americana Melissa Wells nunca poderia imaginar que acabaria se tornando o pivô de uma complicada disputa entre o Departamento de Estado e a ultradireita norte-americana em torno da política da administração Reagan em relação a Moçambique. Melissa foi nomeada em novembro do ano passado para a embaixada do seu país em Maputo, mas até agosto último seu nome não havia sido aprovado no Senado norte-americano devido ao bloqueio parlamentar organizado por 28 senadores liderados pelo ultraconservador Jesse Helms (da Carolina do Norte). Helms quer fazer o que alguns políticos no Congresso já classificaram de *horse trading* (negócio de cavalos). Esse adjetivo, pouco lisonjeiro, expressaria simplesmente uma barganha para a aprovação do nome da nova embaixadora em troca do estabelecimento de contatos oficiais entre o governo dos Estados Unidos e o grupo terrorista Renamo.

O episódio da senhora Wells foi extremamente pródigo em evidências sobre como questões domésticas e pessoais influenciam as grandes decisões norte-americanas em matéria de políti-

ca internacional, notadamente no que se refere às relações com países do Terceiro Mundo. Nos debates públicos e privados em torno da indicação da nova embaixadora norte-americana em Maputo surgiram desde questões étnicas sobre o lugar de nascimento da diplomata, suas leituras e posições assumidas em cargos anteriores, até a aberta barganha de cargos e favores entre políticos e altos funcionários do governo.

No depoimento de Melissa Wells perante a comissão do Senado, que aprova as nomeações de embaixadores, os integrantes do grupo de Jesse Helms provocaram risos no plenário ao fazerem perguntas tais como: se a diplomata já havia lido livros de Marx e Lênin; se ela não estava "contaminada" por esses livros; que tipo de educação dá a seus filhos etc. O objetivo dos ultraconservadores era tentar mostrar que a senhora Wells era "liberal demais", rótulo que foi criado pelo senador Helms e que aparentemente tem origem no currículo profissional da provável nova chefe da embaixada dos Estados Unidos em Maputo. Melissa foi assessora do ex-embaixador dos EUA na ONU, Andrew Young (hoje, um crítico do *apartheid*), foi representante do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em Uganda e, para irri-

tação do *lobby* direitista, nasceu na Lituânia, hoje uma das repúblicas da União Soviética.

Mas a parte mais polêmica do depoimento da embaixadora foi no momento em que os senadores a interrogaram sobre a Renamo. "A julgar pelas ações e não pelos comunicados do grupo - disse ela -, os membros da Renamo não podem ser classificados de nacionalistas, nem demonstraram capacidade de conquistar, preservar e administrar territórios. Não tem programa político nem outra estrutura interna, a não ser a militar, que demonstre que eles têm uma base real no país". Jesse Helms perguntou também por que o Departamento de Estado mantém contatos com o Congresso Nacional Africano (ANC), a maior organização anti-racista da África do Sul, e não com a Renamo. A diplomata respondeu que o ANC só optou pela luta armada após décadas de ação pacífica, além de ter um amplo apoio popular interno, "enquanto a Renamo foi organizada, treinada e equipada primeiro pelo serviço secreto da antiga Rodésia (hoje, o Zimbábue) e depois transferida para o controle sul-africano".

Para Melissa Wells, "o passado dos membros da Renamo indica falta de preocupação pelo sofrimento do povo de Moçambique", ao mesmo tempo em que criticou os ataques dos bandos armados a caminhões que transportam ajuda aos refugiados, fornecida pela organização assistencial norte-americana Care.

A embaixadora disse que as relações entre os Estados Unidos e Moçambique melhoraram depois que o governo de Maputo passou a receber assistência militar da Inglaterra; aceitou entrar para o FMI; liberalizou parte de sua economia; passou a se abster nas votações na ONU em questões como a divisão das duas Alemanhas, Afeganistão e Camboja; assinou um acordo de paz com a África do Sul; permitiu uma maior representação de políticos independentes na Assembleia Nacional e melhorou o relacionamento entre o Estado e a igreja. Sobre as relações entre Moçambique e a União Soviética, a senhora Wells teve o cuidado de afirmar ao senador Helms que "o governo moçambicano nunca tinha afirmado que abandonaria seu projeto socialista, mas passou a incentivar a iniciativa privada, não



"Os membros da Renamo não se preocupam com o sofrimento do povo moçambicano"

permitiu a instalação de bases militares soviéticas em seu território e orientou sua política externa pelo não-alinhamento".

O jogo de vantagens

A posição de Jesse Helms de procurar por todos os meios o reconhecimento da Renamo pelo Departamento de Estado tem origem principalmente no *lobby* da Heritage Foundation, um dos principais núcleos de pressão da extrema direita norte-americana. A Heritage, inclusive, cedeu uma sala dos seus escritórios em Washington para a Renamo e foi quem distribuiu à imprensa nos Estados Unidos artigos afirmando que o grupo terrorista moçambicano controla 80% do território do país.

Helms também tem ligações com o governo da África do Sul, mas o esforço do senador pela Carolina do Norte tem sido parcialmente frustrado pelas sucessivas vitórias alcançadas pelo exército regular moçambicano e por forças aliadas do Zimbábue e Tanzânia. Os reveses mais recentes sofridos pela Renamo em Moçambique mostram que a organização não tem nenhuma "zona sob controle" e que seus adeptos não obedecem a nenhum comando centralizado, tanto que vários grupos agem por conta própria. O recente massacre de 388 civis na cidade de Homoine mostrou o tipo de ação desenvolvido pelos bandos armados e deu ao Departamento de Estado motivos para insistir na sua po-

lítica de evitar contatos diretos com a Renamo.

Mas o *horse trading* em torno dos terroristas moçambicanos, na verdade, é profundamente influenciado pelo jogo interno em Washington. Helms já deixou claro que abre mão do bloqueio à indicação da senhora Wells se o Departamento de Estado aceitar contatos com a Renamo. O senador ultraconservador poderá, no entanto, ser obrigado a fazer concessões caso o seu colega Edward Kennedy cumpra a ameaça de bloquear a nomeação de Helms para um alto cargo no Poder Judiciário.

Outro exemplo que comprova o peso dos interesses pessoais nas questões diplomáticas foi dado pelo senador republicano Robert Dole. Ele é candidato a candidato na sucessão de Ronald Reagan e, por causa disso, resolveu se aproximar da ultradireita em seu partido, votando com Helms. Dole pediu que parte da ajuda alimentar norte-americana a Moçambique fosse entregue diretamente à Renamo mas, diante das péssimas repercussões do seu gesto, acabou recuando parcialmente. O colunista do *New York Times*, Anthony Lewis, muito respeitado nos círculos de poder da capital norte-americana, criticou o "oportunismo" de Dole e aconselhou-o a mudar de posição porque "sua aliança com a direita somente contribui para isolar a América da África".

Enquanto políticos como Jesse Helms procuram levar a política dos Esta-

dos Unidos na África claramente para uma posição clássica de luta entre o bem e o mal; diplomatas, como o subsecretário de Assuntos Africanos, Chester Crocker, defendem uma linha mais sofisticada. Segundo Crocker, a "política de compromisso construtivo adotada em relação a Moçambique conseguiu afastar Maputo de Moscou". Na verdade, trata-se de um argumento para uso interno no Departamento de Estado e no Congresso, pois Moçambique nunca foi "satélite" de Moscou. O chefe de Chester Crocker, o secretário de Estado George Schultz, também defende essa linha de "compromisso construtivo" e já se opôs em mais de

uma oportunidade ao vice-presidente George Bush (também candidato a candidato à sucessão de Reagan), que vê com bons olhos a aproximação com a Renamo.

O próprio Reagan tem se mostrado satisfeito com o andamento das relações com Moçambique, atendendo a alguns conselhos que lhe foram dados por sua filha Maureen, que representou o pai no enterro do presidente Samora Machel, em novembro do ano passado em Maputo. Por sua vez, Moçambique, envolvido numa luta diária contra seu inimigo, o sistema do *apartheid*, optou pelo fortalecimento de suas relações com o grupo nos Estados Unidos que

defende um entendimento entre Washington e Maputo. Isso está sendo feito em relação aos demais países do mundo, e esse relacionamento especial com alguns setores de Washington teve o mérito de impedir o uso da ajuda alimentar como arma política. Diplomatas moçambicanos garantem que "se for possível evitar que facções políticas norte-americanas apoiem ativamente a Renamo, terá sido dado um passo de extrema importância para que o *apartheid* acabe com aquilo que Samora Machel classificou como "ciclo de violência na África Austral".

Editado e condensado por Carlos Castilho

Reativar a economia e os transportes



Veloso: apoio aos produtores rurais, com ênfase nas unidades familiares

Agressão externa e a seca estão impondo a Moçambique modificações básicas não só no seu programa econômico como na estratégia militar, destinada a combater o terrorismo.

Apoiada e armada pela África do Sul, a Renamo tem atuado preferencial-

mente contra alvos econômicos, desorganizando o sistema de transportes, sobretudo o ferroviário, e a produção agrícola.

O governo está envidando esforços especiais para restabelecer o funcionamento dos principais eixos ferroviários do país (ver matéria "As vias estratégi-

cas...", pág. 22), não apenas reconstruindo as estradas mas limpando do seu percurso os bandos terroristas.

Um dado positivo para a reabertura do chamado "Corredor de Nacala" é a posição do Malauí, cujo território foi usado durante muito tempo para a infiltração de terroristas. Com essa via paralisada, o Malauí teve de recorrer, para as suas exportações, ao sistema ferroviário da África do Sul, encarecendo suas mercadorias.

Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, o ministro da Cooperação, Jacinto Veloso, afirmou que a reativação das linhas ferroviárias será efetivada. "Estamos chegando a um entendimento com o Malauí. Já existe um acordo assinado para a não-utilização do seu território para ações de desestabilização em Moçambique. E, o que é fundamental, o Malauí tem interesse em poder usar os corredores da Beira e de Nacala", declarou Veloso.

A via marítima

Um outro alvo permanente das sabotagens, além das vias férreas, são as rodovias e pontes. Organizar um eficaz sistema de transportes, inclusive marítimo, é, portanto, um dos desafios fundamentais em qualquer plano de reativação econômica.

Moçambique depende em grande parte do transporte marítimo para escoar a sua produção. Por isso, dentro dos projetos de reativação econômica, seu governo já manifestou a disposição de se associar com países vizinhos, co-



"Moçambique tem enormes recursos hídricos, mas ainda não foi possível aproveitar a água por falta de meios. Quando isso acontecer, em um ou dois anos, venceremos a seca"

mo o Zimbábue, para fundar companhias de navegação. O transporte de cabotagem poderia se beneficiar das facilidades que os seus 10.800km de costa oferecem. "Mantendo a capacidade de transporte ao longo do litoral, podemos ativar a economia de maneira substancial", afirma Veloso.

O ministro da Cooperação considera muito viável a criação de uma frota mercante que atinja esses objetivos. Há pouco tempo foi realizado, com êxito, o transporte de alimentos e medicamentos por via marítima, ao longo da costa, num programa das Nações Unidas. Também em alguns rios, como o Zambeze, têm sido usados barcos, com um bom aproveitamento.

"Isso tem dado uma nova dinâmica aos transportes, mas é claro que não cobrimos hoje nem um centésimo de nossas necessidades", nos diz o ministro moçambicano.

Atualmente, Moçambique tem uma companhia estatal de navegação, que faz o transporte com navios maiores (3 mil a 4 mil toneladas). Mas o transporte menor é administrado localmente, quase sempre por proprietários privados.

Simultaneamente às medidas para vitalizar o sistema de transportes, o governo moçambicano está incentivando o aumento da produção, através de várias iniciativas de apoio aos produtores ru-

rais, a começar pelo estímulo às pequenas unidades familiares. A meta é conseguir que estas se auto-abasteçam e ainda disponham de excedentes para comercializar.

O governo assegura aos produtores uma série de estímulos e lhes fornece instrumentos para o trabalho, aparelhos de utilidade doméstica, roupas, sabão, calçados etc. Também orienta os produtores sobre preços, condições de mercado e outros dados importantes para a colocação dos excedentes e lhes propicia ensinamentos sobre melhores métodos de plantar, principalmente algodão, e colher e tratar a castanha do caju, grande riqueza nacional.

"No ano passado, foram utilizadas novas sementes para o arroz e a sua produção subiu bastante", esclarece Veloso. "Tivemos uma boa colheita, naturalmente insignificante para as necessidades do país, mas o importante é que se colheu bem, a um nível que nem na época colonial foi atingido".

O ministro da Cooperação chama a atenção para a ampliação do sistema cooperativista. "As cooperativas ainda são poucas, mas o importante é que o camponês já manifesta interesse em se associar a outros".

E a seca?, perguntamos. "Tem sido forte e prolongada. O Estado tem feito tudo a seu alcance para minorar os

efeitos da seca e vem contando com a ajuda internacional. Além das medidas de emergência, o governo vem dando grande prioridade ao abastecimento de água, nas cidades e no campo".

O ministro Veloso esclarece: "Moçambique tem, pelo menos, dez grandes rios e está entre os 10 ou 12 países do mundo com maiores recursos hídricos, com a sua abundante água subterrânea (em alguns lugares a cinco, seis, dez metros de profundidade). Mas, embora a água exista em quantidade, ainda não foi possível aproveitá-la de acordo com as nossas necessidades".

"Estamos tentando todos os meios, a começar pelo uso das bombas manuais, para ampliar o uso das águas subterrâneas. Se conseguirmos fazer com que as famílias tenham acesso a esses meios, a seca será completamente vencida, com a água do subsolo."

As poucas cooperativas, empresas privadas, estatais e familiares que conseguiram obter água estão com uma boa média de produção. "Se nós resolvermos o problema da água, podemos modificar em um, dois ou três anos a situação alimentar de Moçambique", afirma o ministro.

Um dos problemas mais graves nas zonas rurais de Moçambique é o deslocamento de populações, premidas pela seca e pelas agressões terroristas. O ministro Jacinto Veloso avalia em 4,5 milhões o número de pessoas afetadas.

A guerra de desestabilização forçou o governo a redimensionar alguns projetos. Um deles foi o complexo do Vale do Limpopo, que foi, desde a independência, uma das bases do plano econômico da revolução. A grande empresa original foi dividida em pequenas empresas, que assumem as tarefas de orientar e coordenar os produtores.

"Mas o Limpopo – acentua Veloso – continua sendo um eixo fundamental do nosso desenvolvimento econômico, sobretudo agora, com a reativação da estrada de ferro que corta a região e que também serve ao Zimbábue."

E como repercute todo esse esforço de transformar a economia agrícola junto aos camponeses?

– Bem. Um fenômeno novo, com aspectos muito positivos, é que muita gente já pensa em voltar ao campo ou até mesmo já está fazendo isso.

E os grandes projetos de desenvolvimento econômico planejados com a vitória da Frelimo?

— Nós temos valiosas riquezas naturais já identificadas. Uma parte das reservas já está inclusive avaliada, o que nos permitiria pôr em prática numerosos projetos, por exemplo, na área de energia hidrelétrica, carvão, fertilizantes etc., que em uma década fariam de Moçambique um país próspero e estável. Mas é exatamente nessas áreas que ocorrem as destruições, os comandos terroristas, as bombas, os atentados, como acontece na província de Inhambane.

“Atualmente, nós importamos fertilizantes mas podemos ser um produtor, não só para cobrir nossas necessidades como também as de toda a região. Os terroristas agem no sentido de sabotar o nosso programa”.

A guerra popular

O sr. tem falado sobre os efeitos da agressão e da seca. O que está fazendo o governo para conter e derrotar as ações da Renamo, que é, em Moçambique, o braço terrorista da guerra de desestabilização movida pela África do Sul?

— Em 1985, foi iniciado um estudo para se definir como sair dessa situação. Ficou claro que não se pode desconhecer a existência da guerra. Não é possível fazer planos para desenvolver a economia, sem levar em conta a operação de desestabilização. A estratégia que estamos seguindo é adaptar as estruturas militares para enfrentar a ação terrorista e, ao mesmo tempo, criar condições para que alguns projetos econômicos possam avançar.

Mas o exército moçambicano nasceu na guerrilha. Não estava apto para enfrentar essa nova situação?

— As nossas forças armadas, depois da guerra de libertação, se desenvolveram de uma maneira convencional, com armamentos mais ou menos modernos. Esse tipo de desestabilização não estava previsto. Agora, voltamos à situação da época da luta pela independência, à guerra popular. Naquela época, era a própria população que desenvolvia as ações de guerra, desde que tivesse algum armamento ou mesmo sem ele. Hoje, o que está em prática é também um conceito de defesa popular.

Negociação com o FMI

□ “O FMI apresentou um programa que não era aplicável em Moçambique; seria um desastre e nos criaria dificuldades maiores das que existem agora”, explica o ministro Veloso. “Então decidimos apresentar o nosso próprio programa de reabilitação econômica, que está previsto para três anos: 88-90. Foi esse programa que pusemos em discussão com o FMI. Discussão em termos técnicos, puramente técnicos. Os aspectos financeiros, econômicos, militares, as reformas, os salários, os preços, tudo isso foi definido segundo a nossa visão do problema”.

“Naturalmente, sabemos que a população vai se sacrificar mais ainda, mas o que importa é que com esse programa temos perspectivas de superar a crise. O que queremos é que o poder de compra dos trabalhadores, em relação aos produtos essenciais, não seja afetado um milímetro. Quanto aos outros produtos, isso já é um outro problema.”

“Finalmente, chegamos a um acordo com o FMI depois de mais de um ano de discussões exclusivamente sobre esse programa (porque

a discussão em termos gerais já dura mais de três anos). O acordo já foi ratificado pelo FMI e quando, em situações análogas, temos de discutir com algum país, seja do Leste ou do Oeste, é esse o programa que apresentamos. Porque é o *nosso* programa para superar as dificuldades atuais.

“Quando pusemos em prática o programa de emergência, o PRE, uma das ações foi a desvalorização do metical (a moeda moçambicana). Durante 12 anos não mexemos na moeda, mantivemos a paridade com o dólar (40 meticais, mais ou menos), com pequenas variações, que não correspondiam de maneira nenhuma à realidade.”

Com a primeira desvalorização, o dólar passou a 200 meticais (cinco vezes menos, portanto). E no início de julho último houve uma segunda desvalorização, quando o dólar passou a 400 meticais. “Pensamos que, agora, essa paridade vai se manter, podendo haver reajustes”, explica Veloso. “Ela ainda não corresponde à realidade financeira mas acreditamos que já esteja bastante próxima daquilo que devia ser”.

As forças armadas não podem estar em todos os lugares. Então, o que temos feito, e com grande sucesso, é entregar em todo o país armas à população para que possa se defender. E nos lugares onde nós fizemos isso o banditismo não ataca. As forças armadas ficam responsáveis pelas ações mais importantes e também fazem o treinamento dos civis, o que tem dado origem a uma espécie de milícias populares.

Na sua guerra não-declarada contra Moçambique, o regime sul-africano tem apoiado preferencialmente ações da Renamo que visam a atingir alvos econômicos. Um dos maiores “feitos” nesse terreno foi a sabotagem contra as linhas de transmissão de energia da barragem de Cabora Bassa. Elas estão interrompidas há mais ou menos dois anos, quando uma operação extremamente bem montada destruiu mais de

500 torres de uma só vez. A linha já estava toda pronta: “Íamos iniciar o fornecimento de energia em 15 dias para a África do Sul”, para onde o governo colonial tinha estendido a primeira linha de transmissão. “Agora, estamos estudando uma nova linha, que fornecerá energia para o Zimbábue”, declara o ministro.

“Quando a linha de Cabora Bassa está funcionando, nós recebemos, via África do Sul, a nossa própria energia, portanto não temos despesa, ou melhor, é uma despesa interna. Neste momento, estamos pagando quase um milhão de dólares por mês a Pretória para podermos ter energia vinda das termelétricas sul-africanas.”

Quem ajuda Moçambique

Ninguém melhor do que Jacinto

Veloso, como ministro da Cooperação, para conhecer quais são os países que mais têm ajudado Moçambique diante da sua crítica situação e quais os que podem chegar a desenvolver projetos mais importantes e de interesse comum.

"Naturalmente, o Ministério da Cooperação, tem que procurar apoio para o programa de emergência, por um lado, e para o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), por outro", afirma o ministro. Ele acrescenta que "em relação ao programa de emergência, tivemos uma boa resposta da comunidade internacional. Numa conferência em Genebra, em março passado, após um apelo do secretário geral das Nações Unidas, recebemos aproximadamente 200 milhões de dólares, quase 80% do que era necessário para a compra de comida e remédios. A operação está em curso e novos doadores vão aparecendo. Ainda estamos com muitas dificuldades com remédios, roupas e cobertores".

Em relação aos projetos que possam ser desenvolvidos com países que se propõem a investir em Moçambique, o Ministério da Cooperação está estudando quais são os campos de interesse.

"Para nós, por exemplo, o Brasil é um dos países prioritários para desenvolver uma cooperação: não só falamos a mesma língua como existem muitas semelhanças culturais, além de interesses comuns", afirma o ministro. "Com o Brasil, nos interessam os projetos de formação e de assistência técnica, a vinda para Moçambique de técnicos brasileiros, consultores etc., para o desenvolvimento da agricultura, navegação etc.

"Os problemas da dívida com o Brasil já estão discutidos. Pretendíamos terminar a discussão com o FMI e com o Clube de Paris para então encontrarmos uma solução para a dívida com o Brasil, que será um reescalonamento. E, a partir daí, deveremos criar novos programas. A questão do carvão poderá ser extremamente interessante, uma base material para construir uma cooperação que é do interesse de ambas as partes. Para isso, devemos aguardar que haja condições militares na região para explorar essa nossa riqueza."

Em relação à cooperação internacional para o Plano de Reabilitação Econômica, Veloso explica: "Hoje, uma das maiores ajudas que recebemos do exte-

O papel de Lisboa

Os contra-revolucionários da Renamo contam com um sistema de comunicação muito rápido e aperfeiçoado. "Por isso, muitas notícias chegam a Lisboa antes mesmo de chegar na própria sede do distrito onde se passa o fato", diz o ministro Veloso.

"Lisboa é o centro de propaganda e talvez de outras ações dos bandi-

dos armados. De modo que, o fato de Lisboa ser um centro irradiador de notícias não deve ter sido por acaso, porque a informação que sai de lá, mesmo mentirosa, em princípio, para o mundo ganha mais ou menos credibilidade. Isso porque se supõe que Lisboa devia conhecer exatamente o que se passa nas suas ex-colônias."

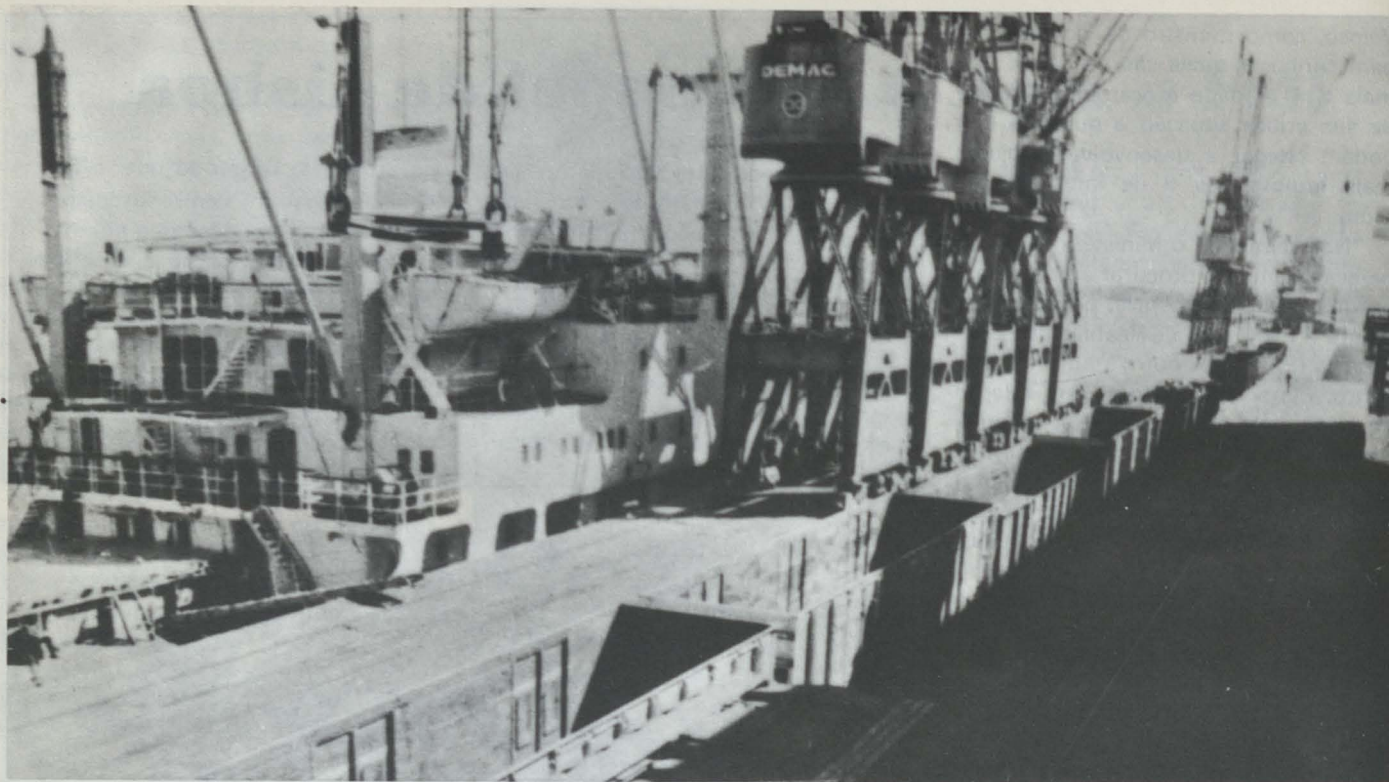


"Nosso país teve boa resposta da comunidade internacional, em termos de ajuda alimentar"

rior vem da Itália, mas também temos cooperação muito estreita com a União Soviética, mesmo em alguns projetos que ainda não estão funcionando por problemas de segurança. Os Estados Unidos também nos ajudam, em particular com alimentos (200 toneladas de cereais). Os países do norte da Europa, especificamente a Holanda, nos dão um apoio bastante significativo e o Canadá começa a nos apoiar, tanto o governo quanto as organizações não-governamentais. A França, depois de um certo tempo em que haviam cessado os seus investimentos, já começou a retomá-

los. Estamos no processo final de acordo".

"Por outro lado, Moçambique é um país importante por sua posição geoestratégica. É natural que desenvolva relações privilegiadas com os países do oceano Índico. Temos excelentes relações com Madagascar, Maurício, Seychelles etc., onde existem populações de origem moçambicana, assim como em nosso país temos populações de origem daqueles países. Por isso, é claro que nos interessa a cooperação com eles, nos campos, por exemplo, do comércio e da navegação na própria região." •



Porto da Beira: na recuperação desse "corredor", de 300km de extensão, deverão ser investidos 590 milhões de dólares

As vias estratégicas alternativas

Os três "corredores" que ligam os portos de Nacala, Beira e Maputo ao interior do continente constituem projetos vitais para o desenvolvimento da região

Os corredores de Nacala (no norte), da Beira (no centro) e de Maputo (no sul), funcionando de forma efetiva e segura, constituem projetos vitais não só para Moçambique como também para o desenvolvimento independente de todos os países vizinhos do interior. Esse é o pensamento dos governantes moçambicanos e de todos os dirigentes dos países que compõem a Conferência para a Coordenação e o Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

Se olharmos o mapa da região meridional do continente africano, logo constatamos que esses "corredores" constituem as artérias naturais para a exportação dos produtos e para o abastecimento dos países do *hinterland*, sem acesso ao mar, como é o caso de Botsuana, Suazilândia, Zimbábue, Malawi e, de certa forma, a própria Zâmbia.

Atualmente, 90% do comércio desses

países é feito através dos portos e estradas de ferro da África do Sul (com exceção da Zâmbia, que é de apenas 30%). Por essa razão, o setor dos transportes foi a principal prioridade da SADCC (desde a sua fundação, em 1980) cujo objetivo é tornar a economia dos países da África Austral independente da sul-africana.

A estratégia do *apartheid* tem sido justamente a de impedir esse objetivo, mantendo – e, se possível, reforçando – a dependência desses países em relação às suas ferrovias e portos. E o faz, fundamentalmente, usando dois tipos de intervenção: definindo como alvos de ataque sistemático da Renamo e da Unita as estradas de ferro e outras vias de escoamento para o mar, e utilizando diversos expedientes econômicos, como o faturamento dos fretes a "tarifas especiais" subvencionadas pelo Estado sul-africano, que é o mais comum.

A drástica diminuição do volume de tráfego nas ferrovias e na atividade nos portos de Moçambique provocou a queda vertical das receitas moçambicanas no setor de transportes e comunicações. Essa receita atualmente é de 45 milhões de dólares, bastante baixa em relação às potencialidades do país, se vivesse em clima de paz, e que pouco ajudará a cobrir o déficit do balanço de pagamentos, de cerca de 400 milhões de dólares.

As potencialidades da região da Beira

Com a independência, o abandono maciço dos antigos colonos¹ e o posterior boicote econômico à Rodésia de Ian Smith, decretado pelo governo da República Popular de Moçambique, o porto da Beira mergulhou numa profunda crise, que a situação de guerra se encarregou de agravar mais ainda.

Hoje, a situação é diferente e tanto Moçambique quanto o Zimbábue encaram o Corredor da Beira como vital para o desenvolvimento econômico. Os dois governos se mostram decididos a promover a reabilitação e modernização do porto da Beira e da ferrovia que, com 300km de extensão, liga aquela cidade à localidade fronteiriça de Mutare, no Zimbábue.

O governo de Harare deslocou uma importante força militar para Moçambique – em particular, para a região norte – a fim de dar proteção à estrada de ferro, ao oleoduto e à rodovia que liga Beira ao Zimbábue.

Lentamente, a cidade da Beira vai ganhando vida. O pequeno comércio parece começar a acordar de uma longa hibernação e alguns restaurantes privados vão abrindo suas portas com um cardápio com algumas opções, mas o prato forte continua sendo o camarão, principal produto de exportação da região.

O porto é o termômetro desse lento despertar. O volume de carga vem registrando um ligeiro aumento, mas ainda está longe do nível de atividade dos últimos anos anteriores à independência em que chegou a atingir quatro milhões de toneladas ao ano.

Durante o primeiro semestre do corrente ano, a atividade do porto atingiu 866 mil toneladas (144 mil toneladas mais do que em 1986). As importações do Zimbábue, Zâmbia e Malauí representaram 70% da carga em trânsito pelo porto durante o período.

Um investimento de 590 milhões de dólares

O investimento global para a recuperação e modernização do Corredor da Beira é avaliado em 589,1 milhões de dólares, dos quais 517,8 milhões deverão ser assegurados por investidores estrangeiros.

Os recursos necessários ao financiamento da fase de trabalhos que irá até 1990 – na ordem dos 189,3 milhões de dólares – já estão praticamente garantidos, sendo que a Comunidade Econômica Européia (CEE) no seu conjunto ou através dos seus Estados membros assegura mais de 50% dos fundos requeridos.

A recuperação do Corredor da Beira se dividirá em três fases que, em princí-

pio, as autoridades moçambicanas esperam ver concluídas até 1995. Com a sua execução integral, procura-se atingir vários objetivos: melhorar a eficiência da administração do porto; renovar e ampliar as áreas de cais acostável; recuperar grande parte da linha férrea e da estrada que liga ao Zimbábue; dragar o porto de sete para nove metros; concluir um terminal de *containers* e algumas unidades hoteleiras; estabelecer uma ligação ferroviária com Lions Don, na Zâmbia.

Três consórcios empresariais internacionais foram constituídos com o objetivo de promover e explorar os benefícios desse projeto: o *Beira Corridor Group* (composto por uma série de transnacionais e instituições financeiras britânicas – como o Standard e o Barclay's Bank – e setores empresariais zimbabueanos), a Empresa Austral de Desenvolvimento (integrada por várias empresas moçambicanas) e o *International Beira Group*, com sede em Oslo (Noruega) e que reúne várias e importantes empresas nórdicas.

Nacala e Maputo

No norte de Moçambique situa-se o Corredor de Nacala, cuja ferrovia liga o porto do mesmo nome – um dos melhores de toda a costa africana do Índico – a Entrelagos, no Malauí. Os trabalhos para a sua reforma – que contam com financiamentos da CEE, de Portugal, Canadá e França – encontram-se relativamente adiantados, estando concluído o trecho Nacala-Lampur. Os projetos nessa área necessitam de mais de 200 milhões de dólares. O Malauí será o principal usuário dessa via.

Segundo os estudos de alguns peritos internacionais, tanto o Malauí (através de Nacala) quanto o Zimbábue (a-



Os alvos preferidos da Renamo são as estradas de ferro

través da Beira) poderão se beneficiar em mais de 100 dólares por tonelada transportada, em comparação aos fretes que teriam de pagar se as mercadorias fossem enviadas através de portos sul-africanos.

Dos projetos de recuperação dos três corredores, o de Maputo é o que se encontra mais atrasado. É em torno da capital moçambicana que a atividade da Renamo mais tem sido sentida, o que é explicado pela proximidade das fronteiras com a África do Sul.

O Corredor de Maputo, constituído pelo porto da capital, para onde convergem as estradas de ferro de Limpopo e Goba, é a via natural de escoamento do comércio com destino ou origem em certas regiões do nordeste da África do Sul, Suazilândia e Zimbábue. No entanto, devido às sabotagens da Renamo, apenas a África do Sul tem utilizado o porto de Maputo, embora promovendo intencional e deliberadamente o boicote à sua atividade.

B.S.

¹ Em 1974, o número de colonos portugueses era avaliado em 280 mil. Segundo dados dos serviços de emigração portugueses, em 1984 residiam na República Popular de Moçambique apenas 21 mil portugueses, não sendo conhecido o número total de antigos colonos que optaram pela nacionalidade moçambicana.

Cuba / EUA

A guerra dos espiões

Os serviços de inteligência cubanos desmantelam a rede da CIA na ilha, por meio de filmes que desmascaram as atividades "encobertas"



Juan Acosta Guzmán e sua mulher Teresa Martínez: agentes cubanos infiltrados na CIA durante 13 anos

Fotos: "Granma"

Omar Sepúlveda/Prensa Latina

A Praça da Revolução, talvez o ponto de Havana mais conhecido no exterior, estava semideserta quando Juan Acosta Guzmán e sua esposa, Teresa Martínez, andaram em direção ao obelisco erguido em homenagem a José Martí, o herói nacional de Cuba.

As primeiras sombras caíam sobre a ampla esplanada, também dominada pelo gigantesco mural do comandante Ernesto Che Guevara, pintado numa das paredes laterais do Ministério do Interior, quando Acosta ligou o pequeno aparelho que trazia dentro de sua bolsa esporte que estava pendurada no seu ombro.

Simultaneamente, em Langley (Virgínia), a centenas de quilômetros da capital cubana, um operador da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, começou a receber a men-

sagem, cuidadosamente cifrada pelo agente "Angel". Os números correspondentes às 88 palavras que a mensagem continha foram emitidos em poucos segundos, via satélite, pelo transmissor RS-804 que Acosta transportava na sua bolsa.

A decodificação em Langley foi a seguinte: "Da nossa histórica Praça da Revolução, em nome dos agentes da Segurança do Estado e todo o nosso povo combatente, envio esta última mensagem. Ratificamos nossa decisão de lutar, em qualquer campo, contra as tentativas de assassinar nosso comandante-em-chefe, contra o bloqueio econômico, contra a propaganda subversiva, contra as ameaças militares, contra as tentativas de impedir nossa solidariedade internacionalista e contra quantas maquinações sejam preparadas para tentar destruir nossa revolução socialista. Viva Fidel. Pátria ou morte. Venceremos. Mateo. Fim. Fim. Fim."

Nem a mudança de assinatura de

Angel por Mateo nem o conteúdo da mensagem devem ter surpreendido a direção da CIA. Horas antes, durante o segundo programa de uma série que bateu todos os recordes de audiência em Cuba, Acosta Guzmán - Angel, para a CIA mas na realidade, Mateo, da Segurança cubana - tinha revelado passo a passo a sua infiltração na agência de espionagem norte-americana, desde que foi recrutado em Las Palmas, ilhas Canárias, em 1974.

Dois dias antes, à tarde, a chancelaria cubana tinha comunicado oficialmente à Seção de Interesses dos Estados Unidos (Sina) de Havana, o início da série "A guerra da CIA contra Cuba".

Mais de uma centena de fotografias de oficiais da CIA que atuaram ou atuam em Cuba foram mostradas no primeiro programa, assim como filmagens das ações de alguns deles em missões de espionagem.

"Diplomatas" depositando em locais desertos pedras falsas que continham

moderníssimos equipamentos de transmissão, dinheiro ou materiais para a escrita secreta, ou fotografando objetivos econômicos ou pontos na costa para a entrada ou saída de agentes, foram mostrados nas telas.

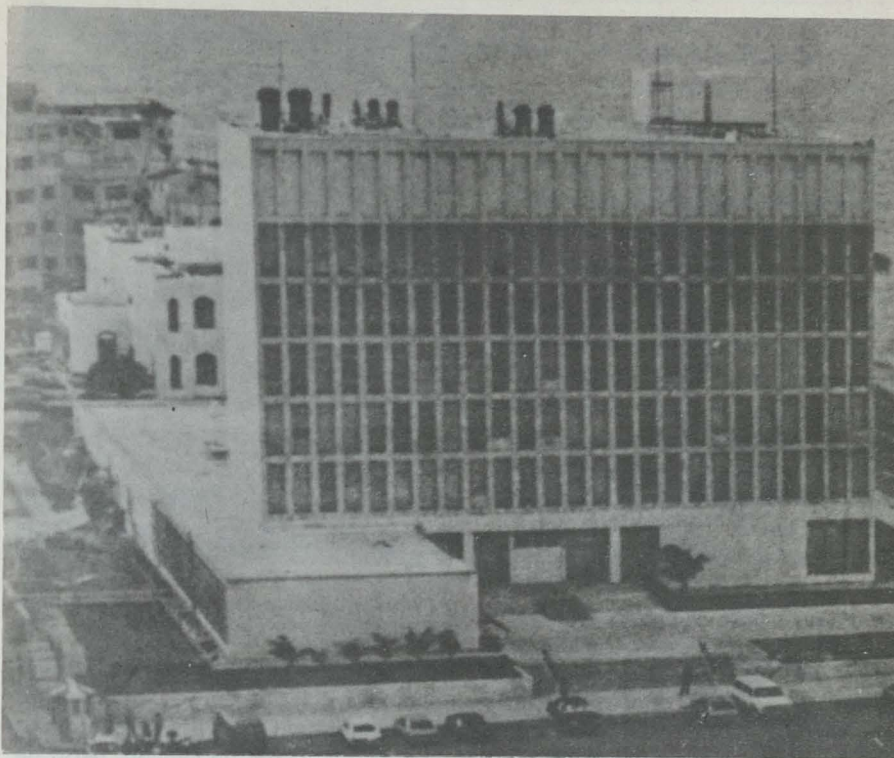
As trapalhadas de um dos oficiais da CIA que, visivelmente nervoso, demorou vários minutos para recolher num ponto previamente combinado um pacote e depois teve que voltar pois tinha se esquecido das chaves do automóvel, recordaram as infelizes aventuras de Maxwell Smart, o superagente 86, contrapartida cômica de James Bond, o espetacular Agente 007, criado por Ian Fleming.

Como nos jogos de baralho, o mundo da espionagem depende quase absolutamente das senhas secretas. As avenidas à beira-mar de Havana, conhecidas como *malecon*, parecem predestinadas a ser palco para todo tipo de mensagem e sinais. Af, milhares de rapazes e moças namoram à noite ao bater das ondas e transmitem inequívocas senhas de amor e paixão. O *malecon* também foi palco de passeatas onde multidões apoiavam a revolução, um sinal claríssimo para que os Estados Unidos saibam que em Cuba o povo está a favor do regime socialista.

Aos pés da vistosa avenida, ergue-se o edifício de seis andares da antiga embaixada norte-americana, sede atual da Sina, um anexo da embaixada suíça em Cuba, no qual também se originam e se recebem mensagens, embora de outro tipo.

Janelas abertas ou fechadas, cortinas descerradas no sexto andar ou a posição dos automóveis no estacionamento em frente à entrada principal, tudo tinha um significado especial para os agentes recrutados pela CIA que trabalham em Cuba. É difícil dizer quantos são. A Segurança cubana revelou a identidade de 24 dos seus membros infiltrados na organização norte-americana, alguns desde meados da década passada.

"Senhores imperialistas, não temos absolutamente nenhum medo de vocês", proclama um cartaz luminoso instalado no *malecon*, a cerca de cem metros da entrada da Sina. Um guerrilheiro barbudo, com o fuzil na mão e junto de uma palmeira, é o encarregado de transmitir a partir de uma ilha, semelhante às dos quadrinhos de naufrágio, durante as 24 horas do dia, essa



O jornal diário "Granma" publicou, em primeira página, o edifício onde funciona o escritório de interesses dos EUA em Havana, sede da estação de espionagem da CIA.

mensagem que ganha hoje mais validade do que nunca.

Quem eram os "infiltrados"

Médicos, empresários, pilotos de aviação, capitães de navios, economistas, jornalistas e até funcionários da diplomacia cubana foram "recrutados" pela CIA enquanto trabalhavam no exterior.

O tipo de contato feito e até os salários básicos (250 dólares durante os primeiros meses) foram quase iguais para todos. Da mesma forma, a maioria teve de se submeter, em diversas oportunidades, ao detector de mentiras (polígrafo) para afastar qualquer dúvida sobre sua lealdade à famosa "companhia". Nenhum deles foi detetado por meio do - segundo a CIA - infalível aparelho que mede as pulsações e a transpiração diante de determinadas perguntas.

As informações exigidas pela CIA a seus agentes em Cuba compreendem um amplo espectro: deslocamentos, segurança e estado de saúde do presidente Fidel Castro, situação econômica de Cuba e seus contatos financeiros internacionais, relações comerciais, situação da agricultura, suas relações com

terceiros países.

A primeira prioridade, no entanto, e segundo disseram os próprios oficiais da CIA nos contatos com seus supostos agentes, era a eliminação física do presidente cubano, objetivo que ganhou caráter obsessivo durante a administração Reagan.

"O presidente (Reagan) disse que Fidel Castro e a Revolução Cubana são como um espinho cravado num pé, e que se for necessário amputar o pé, o faria, pois até valia a pena um banho de sangue se com isso se conseguisse acabar com eles."

Isso foi dito em confiança pelo oficial da CIA Mc Millam ao seu agente "Cruz", Israel Hernández, funcionário das Relações Exteriores de Cuba e também agente da contra-inteligência local, ao qual também foi dito que a Agência tinha preparado "uma boa recepção" a Fidel Castro se este passasse por Paris em 1983.

Os rumores que começaram a correr nos círculos da CIA sobre uma possível visita do líder cubano à França, quando da sua volta da VII Reunião de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, mobilizaram os espiões de Langley, que além de interrogarem insistentemente seus agentes, chegaram a con-

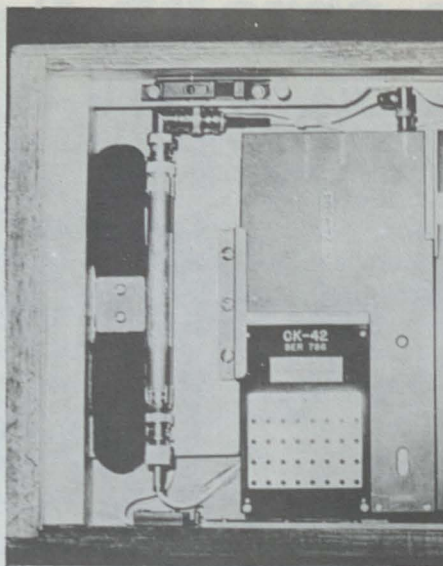
tratar os serviços da Máfia para preparar um atentado que, segundo esperavam, livraria a CIA das acusações.

Meses depois, quando os especialistas de Langley "ficaram só na vontade", Mc Millan contou ao agente "Cruz" que os milhões de dólares investidos no assunto da Máfia não tinham sido perdidos, pois o contato continuava de pé para outras oportunidades.

Também lhe disse que já tinha preparado um grupo de jovens contra-revolucionários na Califórnia para infiltrá-lo em Cuba e tentar assassinar o chefe da Revolução durante o ato de 26 de julho de 1983 em Guantánamo, apresentando o fato como um "justiçamento" dos cubanos.

A CIA nunca descartou a possibilidade de assassinar Fidel Castro dentro de Cuba e, para isso, exigiu de seus agentes informação sobre sua escolta pessoal, o avião que utilizava para viajar ao exterior, as medidas de segurança no aeroporto, os locais onde praticava esporte, sua presença em atos públicos, e até chegou a pedir a uns dos seus supostos homens de Cuba, o dr. José Antonio Márquez – o agente "Noel" da Segurança local – que procurasse conseguir um emprego no hospital onde o presidente cubano era atendido.

Os oficiais da CIA em Havana também fizeram, por sua vez, algumas in-



Uma das partes do aparelho de transmissão RS-804 utilizado pelos agentes da CIA para se comunicarem com a sede da Agência

vestigações, e a televisão cubana mostrou, em flagrante, o sr. Richard Brennan tirando fotos em Varadero (um balneário próximo da capital), perto de uma casa que Fidel Castro usava ocasionalmente.

Orlando Argudín López, um assessor do Ministério da Indústria Açucareira, que foi "recrutado" em 1975 pelo oficial da CIA Peter, em Madri (Espanha), revelou as tentativas dessa Agência de introduzir em Cuba tanques de amoníaco



Os agentes da CIA Richard Michael Davidson e Joseph Jaccarino, que trabalhavam como segundo secretário Político-Econômico do Serviço de Interesses dos EUA em Havana e oficial de Comunicações do mesmo, filmados quando colocam, numa lata de lixo da zona turística "Escaleras de Jaruco", um pacote com um aparelho de transmissão

defeituosos que, ao explodir, causariam uma verdadeira catástrofe.

"A CIA me orientou para que comprasse os tanques numa firma recomendada por eles e me enfatizou a necessidade de que qualquer revisão por parte das autoridades cubanas fosse superficial. A empresa na qual devia comprá-los tinha apresentado uma oferta entre cerca de 40 a 50% inferior às de outros possíveis fornecedores", disse Argudín.

Francisco Díaz, subdiretor da empresa mista Caribmolasses – "Dionisio", para a Segurança cubana e "Julio Méndez" para a CIA – foi "recrutado" há cinco anos em Paris. "Os objetivos principais da CIA – disse – eram conhecer tudo o que estivesse relacionado com a comercialização e produção do açúcar cubano, perspectivas e dificuldades por pragas ou doenças desse cultivo."

Doenças por encomenda

Algumas evidências da participação da Agência norte-americana na introdução de pragas e doenças em Cuba foram mostradas no sexto programa da série.

Doenças como a dengue (1977 e 1981) e a conjuntivite hemorrágica (1981 e 1986) apareceram simultaneamente em vários pontos do país, atingindo centenas de milhares de pessoas e provocando a morte de crianças e adultos.

No terreno agrícola, repentinos surtos de febre súfina africana (1971 e 1979), o carvão e ferrugem na cana-de-açúcar (1978), o mofo azul no tabaco (1979) e a ferrugem no café (1983) causaram sérios prejuízos à economia cubana.

"As características de intensidade, frequência e simultaneidade, disseminação e comportamento atípico de algumas dessas pragas e epidemias permitem suspeitar que sua origem possa ser as ações de guerra bacteriológica dirigidas pela CIA", assinalou o programa.

O ex-cônsul norte-americano em Havana e um dos "astros" da série televisiva, Michael Richard Davidson, foi apresentado num filme com som direto, fazendo-se passar por diplomata polonês a fim de averiguar numa granja experimental de tabaco as incidências do mofo azul nas plantações. Davidson estava acompanhado por um engenheiro agrônomo cubano que, depois de ter sido "recrutado" pela CIA, facilitava as

suas visitas a diferentes centros agrícolas e que – é claro – era um agente da Segurança cubana.

As estórias e revelações das “toureiras” (como são popularmente chamados os agentes secretos, pois esse animal vive em tocas embaixo da terra) cubanas descobertas nas últimas semanas são inúmeras, mas entre todos os depoimentos, talvez mereça destaque o de Mauro Casagrandi, encarregado dos negócios da Ordem de Malta (*ver terceiro mundo nº 88*) e representante em Cuba de firmas italianas de prestígio.

De origem italiana, residente em Cuba há mais de 20 anos, Casagrandi foi “recrutado” como o agente “Luis” pela CIA em 1975:

“Para eles – contou Casagrandi –, meus vínculos com os círculos financeiros e comerciais da ilha eram muito úteis, dada a minha posição como representante da empresa Cogis, que atuava em nome de firmas como a Fiat, Olivetti e Alfa Romeo, entre outras”.

O único problema para a CIA foi que Casagrandi informou imediatamente à Segurança cubana sobre o seu “recrutamento” e aceitou passar a ser o agente “Mario”.

“Tudo o que fiz por este país foi por convicção pessoal, porque considero legítima a defesa de Cuba diante das ações criminosas dos Estados Unidos, que não têm justificativa jurídica nem moral, para destruir uma obra tão humana”, afirmou.

Os 250 mil dólares que recebeu da CIA por meio de uma conta na Suíça, agora estão depositados nos cofres da Revolução.

Acosta Guzmán, sua esposa Teresa (também “recrutada” pela CIA) e os outros 22 agentes da Segurança cubana que durante anos desinformaram a CIA, já não têm que enviar mais mensagens em código diretamente à Sina ou a Langley através do satélite, nem deixar marcas de giz em muros e bancos de praças, nem recolher dinheiro ou equipamentos de rádio em locais ermos...

A única resposta conhecida até agora é a dada pelo governo dos Estados Unidos que ordenou, sem dar nenhuma explicação, a saída dos diplomatas cubanos do Escritório de Interesses em Washington. Aqui, em Havana, quatro dos 13 funcionários acreditados e identificados como agentes continuarão trabalhando sem serem incomodados. ●

Estes são os nomes dos 89 oficiais da CIA, dos quais 28 trabalharam disfarçados de diplomatas permanentes e 61 como diplomatas em trânsito, descobertos pela televisão cubana:

1. Clayton Leverette Cowart
2. Michele Thu Cowart
3. Michael Kent Cline
4. Timothy Lathrop Towell
5. Francine L. Bownan
6. Robert Jordan
7. Richard Michael Davidson
8. John Bruce Tipton
9. William Webster Struck
10. Ralph Dominick Chiocco
11. Saul Stuart Gefter
12. Joan Gefter
13. Lane Adela Nordholm
14. Richard Michael Brennan
15. Virginia Susan Brennan
16. Donald Beson Gueft III
17. Berne Michael Indahl
18. John Joseph Le Beau
19. Cheryl Amy Casebeer
20. Clyde Myron Benford
21. Katherine Benford
22. Lloyd Davis
23. Karen Elizabeth Evans
24. Duane Thomas Evans
25. David Frank Coppersmith
26. Terry Coppersmith
27. Charles Lucian Pruitt
28. Donald Francis Sheeham
29. Raymond Fiala
30. Robert Ceplias Perry
31. Joseph Michael Jaccarino
32. Larry Eugene Coughenour
33. Frederick Charles Savarese
34. William Vineyard
35. Robert Joseph Toner
36. Charles Douglas Peters
37. Frederic Bullock
38. Edgar Stephen Unthank
39. Barbara Lee Graham
40. Gordon Alonson Hull
41. Ivonne Patterson
42. Ronald Kelly
43. Richard Wallage
44. Pedro Alvarez Rivera
45. Frank K. Solis
46. Randolph Howard Pherson
47. Geral Michael Galluci
48. Kenneth L. Schriber
49. Bedford Ernest Swindle
50. David Daniel Nelson
51. Gilbert Roy Callaway
52. David Denis Beltz
53. Gerald Anthony Landy
54. Wessley Brooker
55. Brian Hugh Bramson
56. Christine Macidrowsky
57. Robin Seyk Kent
58. Harry Ronald Kurlp
59. Jennie Collen Manson
60. Jerry H. Breidenfeld
61. Anthony Douglas Branch
62. John Wilhelm Jr.
63. Robert Leroy Cooper
64. Walter Howe Hunter
65. Steven Robert Mann
66. Robert Koenig Geis
67. Joseph Herbert Billingsley
68. Rhonda Gunkle Daly
69. Carlos Juan Aguilar
70. Félix Saucedo
71. Katheleen R. Davis
72. Hiran W. Prichard
73. John McChane
74. Donald William Koran
75. James A. Harthje
76. James Thomas McCandle
77. Daniel Francis Landers
78. Mark Anthony Floxi
79. Barbara Anne Wojciechosky
80. Gabrielle Margaret Solleder
81. Martin Eugene Graves
82. Anthony Joseph Lutkus
83. Casimir John Stankovitz
84. Robert Charles Augutine
85. Michele Ann Chapman
86. Robert David Ferguson
87. Michele Renée Slotnick
88. Joseph Cheevers
89. David John King

Reunião de Cúpula Centro-Americana

Uma derrota para Reagan

O acordo assinado na Guatemala por cinco presidentes centro-americanos constitui um passo "histórico" para a pacificação da região

Marcio Vargas

Os presidentes dos cinco países centro-americanos assinaram um acordo de paz na Guatemala, mas falta a palavra do governo norte-americano para se iniciar o chamado "processo para estabelecer a paz firme e duradoura na América Central".

É a primeira vez que, em conjunto, os governos de Honduras, Nicarágua, Costa Rica, El Salvador e Guatemala decidem se opor à política norte-americana na região e apresentar seu próprio plano de paz. No entanto, nunca dependeram tanto dos Estados Unidos para alcançar seu objetivo.

O presidente guatemalteco, Vinicio Cerezo, afirmou, na tarde da sexta-feira, 7 de agosto passado, no salão de recepções do Palácio Nacional do seu país: "Não foi fácil definir uma estratégia comum", disse, acrescentando: "Estamos conscientes de que será difícil pôr em prática esses acordos, pois sabemos que eles desencadearão reações apaixonadas, mas estamos diante de um desafio histórico que saberemos enfrentar: a utopia da paz começa a ser realidade".

Nesse dia de sol claro, pouco comum em agosto na Guatemala, entre exhibições de fogos de artifício e muitos sorrisos, diante de uma centena de câmaras de televisão e igual número de máquinas fotográficas, tirou-se um documento sem precedentes, assinado por Daniel Ortega (Nicarágua), José Azcona (Honduras), Napoleón Duarte (El Salvador), Vinicio Cerezo (Guatemala) e Oscar Arias (Costa Rica).

Tudo começou em janeiro de 1983, quando foi formado o Grupo de Contadora numa reunião de chanceleres da Venezuela, Panamá, Colômbia e México, na ilha de Contadora, no litoral do Atlântico do Panamá e que deu seu nome ao grupo pacificador.

Os chanceleres se reuniram para ver



Os presidentes centro-americanos optaram pela paz, apesar das pressões dos EUA

o que fariam diante da decisão tomada dois anos antes pela administração norte-americana no sentido de derrubar, a qualquer preço, a revolução sandinista, que tinha saído vitoriosa em julho de 1979 na Nicarágua.

A guerra parecia ser a palavra comum na América Central. Os contra-revolucionários apoiados por Washington atacavam o governo e o povo da Nicarágua. A vitória norte-americana para alguns parecia próxima, a situação era confusa.

Desde então, muita água (e sangue) passou por baixo das pontes latino-americanas, até chegar a fevereiro de 1987, quando o governo costarriquenho do presidente Oscar Arias decidiu propor seu próprio plano de pacificação na região, sintetizando em parte os esforços de Contadora.

Começou mal. A Nicarágua não foi chamada para uma reunião de presidentes realizada em San José da Costa Rica. Foi um erro. Resultado: uma declaração "dos quatro", convidando os

nicaraguenses para uma reunião de presidentes, três meses depois (junho passado) para discutir e aprovar ou não o "Plano Arias".

Um ultimato

O resto da estória é conhecido: a Nicarágua, que por duas vezes tinha aceito assinar as atas de paz elaboradas pelo Grupo de Contadora e seu Grupo de Apoio (Peru, Brasil, Uruguai e Argentina), aceitou a reunião de cúpula, apesar de os Estados Unidos terem pressionado, conseguindo adiá-la para agosto.

Uma semana antes, houve uma reunião de chanceleres centro-americanos, juntamente com seus colegas de Contadora, em Tegucigalpa. O resultado foi um documento conciliatório que dava "caráter prático" ao Plano Arias.

No entanto, isso tudo foi desfeito três dias depois, na Guatemala, pelos "quatro" chanceleres não-nicaraguenses da região, que se esqueceram do que foi discutido em Honduras e voltaram à

estaca zero.

A Nicarágua voltou a aceitar essa nova mudança mas, 24 horas antes da reunião, o governo norte-americano, numa proposta que contou inicialmente com o apoio de alguns líderes democratas do Congresso norte-americano, lançou uma espécie de "iniciativa de paz" a fim de, obviamente, boicotar o encontro dos governantes centro-americanos.

A resposta foi desconcertante. A Nicarágua aceitou dialogar sobre a "iniciativa" e os outros quatro países disseram que deviam continuar discutindo o Plano Arias e não novas propostas: "Se quiserem, poderemos falar sobre isso depois de esgotarmos o Plano Arias", declararam.

Realmente, o "plano" de Washington tinha todos os ingredientes de um ultimato, mas a resposta da Nicarágua e a posição firme dos outros governos centro-americanos (apesar de algumas vacilações) fizeram com que a "iniciativa" do presidente Ronald Reagan fracassasse antes de nascer.

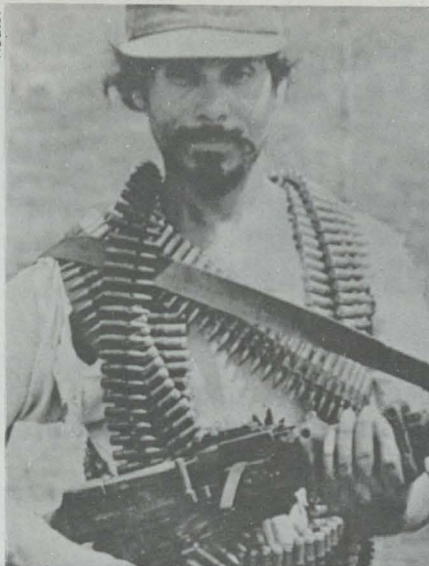
O acordo de paz

Os presidentes centro-americanos se reuniram enfim, no dia 6 de agosto passado, cercados de impressionantes medidas de segurança, no hotel "Caminho Real" da Cidade da Guatemala. Foram 24 horas de incerteza. No final, os cinco presidentes assinaram o acordo de paz.

É difícil, para quem não esteve entre os mais de 400 jornalistas que cobriram a reunião, imaginar a tensão e as opiniões que circularam nessas horas. No entanto, "o acordo final deixou meio mundo de boca aberta", segundo comentário de um jornalista salvadoreño que nos acompanhava no momento da leitura do documento no Palácio Nacional (um castelo de formas clássicas construído pelo ditador Ubico, há 44 anos).

O documento contém os seguintes pontos: diálogo de reconciliação entre os grupos opositores civis em cada país; anistia geral, onde for necessária; formação de uma comissão nacional de reconciliação; fim das hostilidades; realização de eleições livres, para o Parlamento centro-americano e de eleições gerais conforme o estabelecido pela Constituição política de cada país; fim da ajuda a forças irregulares ou movi-

Reuter



"Contras": financiados e armados pelos EUA

mentos insurreccionais; não-utilização do território de um país para agredir outro; continuação das negociações sobre verificação, controle e limitação de armamentos na região; o repatriamento de refugiados; necessidade do desenvolvimento econômico para se chegar à democracia efetiva; formação de uma comissão para acompanhar e verificar os acordos de segurança e um calendário de execução dos acordos.

Dentre os pontos considerados cruciais para o plano de paz assinado na Guatemala, talvez a chave de tudo esteja no aspecto "cessar a ajuda a forças irregulares ou movimentos insurreccionais". Nesse item, os governos centro-americanos pediram a seus colegas, não apenas da região centro-americana, que suspendam qualquer tipo de ajuda (desde munição até propaganda) aos grupos irregulares. Isso, segundo ficou estabelecido, é um elemento indispensável para garantir a paz.

No item "calendário de execução", os cinco presidentes concordaram em que o fim da ajuda aos grupos irregulares deverá se concretizar, de forma simultânea, 90 dias depois de assinado o acordo, juntamente com a anistia geral, o cessar-fogo, a democratização e a não-utilização do território de algum dos países da região para agredir outro.

Também há outros pontos-chaves. Um deles é a formação da Comissão Nacional de Reconciliação. Diz-se no documento que tal comissão estará composta por um representante do governo, um bispo católico escolhido em

lista tríplice pela conferência episcopal de cada país, um "notável" sugerido pelo governo e um representante dos partidos políticos de oposição.

Finalmente, outro ponto decisivo também é a não-utilização do território de um país para agredir outro. Em relação a essa questão, principalmente Honduras e, em menor escala, El Salvador têm que se posicionar a respeito dos "contras". Será que Honduras poderá fazer um esforço dessa natureza que convença a Nicarágua em particular e a comunidade internacional, em geral, sobre a não-presença dos "contras" em seu território?

Ortega: "um passo em direção à paz"

O presidente nicaraguense Daniel Ortega qualificou o acordo da Guatemala como um documento "importante e histórico", mas apenas "um passo em direção à paz". Enquanto isso, os nicaraguenses acenaram com alguns gestos unilaterais de paz. O principal deles foi a suspensão da ação movida perante a Corte Internacional de Haia pelo uso dos territórios hondurenho e costarricense como base de agressão contra-revolucionária. No caso de Honduras, o julgamento foi suspenso por mais de 150 dias. No caso da Costa Rica, a ação foi sustada incondicionalmente.

Embora a Casa Branca não pareça disposta a mudar de estratégia e tudo indique que continua apostando na guerra, muitos acham que na América Central chegou a hora do realismo; que os governantes centro-americanos compreenderam que a guerra não beneficia ninguém e que, além disso, não há indícios de que possa levar à derrota da revolução sandinista.

Se alguém duvida do realismo dos presidentes da região, pode estudar o documento assinado na Guatemala. O seu texto não deixa dúvidas sobre a decisão do istmo de conviver com uma revolução popular, como uma realidade inegável.

Poderão conseguir isso? Que atitude adotarão os Estados Unidos diante do desejo de paz tão explícito agora por parte dos centro-americanos?

É necessário aguardar 90 dias. A declaração da Guatemala pode ser um elemento de grande importância histórica. A paz está ao alcance, só falta um "sim".

O ideal de Bolívar pode estar mais próximo

A decisão de criar um foro de presidentes latino-americanos, com perspectivas de se constituir em uma instância permanente, é um fato novo nas relações hemisféricas

Uma reunião de oito presidentes latino-americanos será realizada, nos dias 27 e 28 de novembro próximo, na Cidade do México. O encontro de cúpula – o primeiro da América Latina sem a participação dos Estados Unidos – foi convocado pelos representantes dos países membros do Grupo do Rio, um “mecanismo permanente de consulta e acordo político”, criado em dezembro do ano passado, a partir dos grupos de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) e de Apoio (Peru, Brasil, Argentina e Uruguai).

Reunidos novamente no Brasil de 7 a 11 de agosto passado, os oito chanceleres participaram, na verdade, de dois eventos: 1) a reunião dos Grupos de Contadora e de Apoio, no hotel Caesar Park, no centro da cidade de São Paulo, para tratar de questões referentes à paz na América Central; e 2) o encontro do Grupo do Rio ou Grupo dos Oito, que realizou seu trabalho no Palácio de Inverno do governo do estado de São Paulo, na pequena cidade de Campos do Jordão (a 200km da capital paulista) para definir uma posição latino-americana comum diante dos problemas políticos e econômicos internacionais.

A reunião conjunta dos grupos de Contadora e Apoio tinha sido convocada para uma discussão informal. No entanto, no final do encontro, os chanceleres emitiram um comunicado de firme apoio ao acordo de paz que os presidentes centro-americanos tinham assinado na véspera, na Guatemala.

Uma vez tirada uma posição em relação à situação da América Central, os

Antonio Marques



O chanceler mexicano Bernardo Sepúlveda

oito ministros se dirigiram a Campos do Jordão onde, a uma altitude de quase dois mil metros e com uma temperatura que chegou a 3°C abaixo de zero, marcaram para 27 e 28 de novembro a reunião de presidentes, que terá como objetivo principal estabelecer mecanismos de cooperação e integração regionais.

Os chanceleres também concordaram em voltar a se encontrar de 23 a 25 de outubro próximo em Punta del Este, Uruguai, para uma conferência preparatória. Atendendo a um pedido da delegação-brasileira de que “deve haver uma continuidade nas reuniões presi-

denciais”, os ministros decidiram que em 1989 haverá um segundo encontro de cúpula, dessa vez no Uruguai.

Essa decisão foi considerada a mais promissora e importante das que foram adotadas desde o estabelecimento do sistema interamericano na sua forma atual, no final da década de 40 e começo da de 50. A última reunião de presidentes latino-americanos ocorreu em 1967, em Punta del Este, por iniciativa norte-americana. Como observou em São Paulo o chanceler mexicano Bernardo Sepúlveda, “será a primeira vez que os chefes de Estado latino-americanos se reúnem sem serem convocados pelos Estados Unidos”.

O Grupo do Rio reúne países com mais de dois terços da população do continente e os de maior potencialidade política e econômica. A reunião de cúpula do México poderá contar também com a presença do Chile, Equador e República Dominicana, países que, juntamente com a Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela assinaram o Consenso de Cartagena, uma posição comum em relação ao problema da dívida externa que repudia a imposição de programas recessivos.

O foro presidencial, que se instala com perspectivas de se constituir numa instância permanente, discutirá uma vasta agenda que compreende temas como a institucionalização do Parlamento Latino-Americano e a formação do Mercado Comum Latino-Americano.

A unidade dos principais países latino-americanos diante de problemas tão concretos como a paz e a dívida externa constitui um fato novo nas relações hemisféricas. O Departamento de Estado norte-americano não disfarça sua irritação diante do fato de que os latino-americanos se reúnam agora a portas fechadas, sem que se conheça previamente a sua agenda – e aprovelem comunicados lacônicos que refletem pouco o que foi discutido.

“A América Latina – explicou o jovem chanceler peruano, Allan Wagner – resolveu olhar o mundo através da ótica dos seus próprios interesses. Esse mecanismo de consulta e acordo político que estamos consolidando nos permitirá adotar uma posição comum diante de cada fato importante que aconteça no cenário mundial”.

Paulo Cannabrava Filho

Panamá



Reuter

Milhares de pessoas em passeata levam cartazes contra a política norte-americana e o Fundo Monetário Internacional

Uma crise pré-fabricada

Para forçar uma revisão dos Tratados Torrijos-Carter, que devolvem o Canal à soberania panamenha, Reagan fomenta a desestabilização de Eric del Valle e do general Noriega

Fabricio Ojeda

A seis anos da trágica e ainda não bem esclarecida morte do general Omar Torrijos, artífice do tratado com os Estados Unidos que devolverá ao Panamá a soberania sobre o Canal, esse pequeno país que une geograficamente a América do Norte e Central com a América do Sul – e o oceano Pacífico com o Atlântico –, se debate numa profunda crise política, difícil de ser entendida por muitas pessoas, mas muito clara para o governo de Ronald Reagan e os interesses norte-americanos.

Como sempre, os Estados Unidos levantam as bandeiras da democracia, da



Reuter

General Manuel Antonio Noriega: campanha orquestrada nos EUA

liberdade e dos direitos humanos como estratégia para desestabilizar regimes "incômodos" que afetam, de alguma forma, suas pretensões hegemônicas, enquanto apóia governos despóticos (como os da África do Sul e Chile, por exemplo), que mantêm uma política subserviente para com a Casa Branca.

Já desde 1976, a equipe de Reagan

se opunha abertamente aos planos do então presidente James Carter, de negociar a entrega do Canal aos panamenhos. Os conservadores republicanos basearam suas críticas na segurança geopolítica norte-americana, tráfego – segundo eles – pela administração democrata.

Quando faltam apenas 13 anos para a devolução do Canal ao Panamá, o presidente Reagan e o Congresso norte-americano encontram – talvez não tão casualmente – um pretexto para atacar os militares que seguem a linha “torrijista”: as graves denúncias de um coronel reformado contra o general Manuel Antonio Noriega, comandante das Forças de Defesa Panamenhas.

Entre outras coisas, o coronel Roberto Díaz Herrera garantiu que Noriega era diretamente responsável pelo suposto assassinato de Torrijos, falecido num desastre aéreo a 31 de julho de 1981. Também afirmou que o general organizou – juntamente com o major Luis Córdoba e o capitão Mario del Cid – o plano para sequestrar, torturar e decapitar o médico-guerrilheiro Hugo Spadafora, que lutou primeiro ao lado dos sandinistas e depois contra eles, quando estes assumiram o poder na Nicarágua.

Mas não acabam aí as acusações do coronel. Tão logo soube que havia sido passado para a reserva, deu declarações nas quais envolvia Noriega numa suposta fraude eleitoral para impor o atual presidente Eric del Valle nas eleições de 1984.

Seria arriscado qualificar Noriega como um “santo” ou como um herói popular. Mas também se corre outro risco ao não admitir que Noriega representa o nacionalismo defendido pela aliança governamental entre o Partido Revolucionário Democrático (PRD), do presidente Del Valle, e as Forças de Defesa, que são as forças armadas panamenhas.

Pescando em rio turbulento

O coronel Díaz Herrera se apresentava como um militar “cavalheiro, progressista e patriota”, antes de desencadear a tempestade de 10 de junho passado com suas acusações a Noriega. Nesse mesmo dia, começaram os protestos de grupos empresariais, profissionais liberais e estudantes da classe média, fortemente reprimidos pelos militares e muito bem aproveitados – e organizados – pelos Estados Unidos e pelo Partido Democrata Cristão panamenho, especialmente pelo seu principal dirigente,

Ricardo Arias Calderón, que soube “pescar em rio turbulento”.

Se as denúncias contra Noriega são graves – e devem ser investigadas – também o são as afirmações do presidente Del Valle no sentido de que a crise faz parte de uma campanha desestabilizadora dirigida contra o Panamá, porque esse país centro-americano “exige o cumprimento dos Tratados do Canal”.

Del Valle assegura que a crise foi



Protestos contra o governo: de carro e com lenços



O governo foi tolerante com os protestos



As classes média e alta fizeram eco da campanha norte-americana

provocada pelos inimigos da democracia devido às gestões de paz na região, das quais o Panamá participa por meio do Grupo de Contadora, e à sua posição de exigir o cumprimento dos Tratados do Canal, assim como à disposição do seu governo de buscar soluções terceiro-mundistas para o problema da dívida externa.

O presidente também acusa políticos "inimigos da República", de estimularem ações de violência e subversão com o objetivo de chegar ao poder para satisfazer suas ambições políticas e pessoais.

Para isso, segundo Del Valle, "eles utilizaram como veículo as declarações desvairadas de Roberto Díaz Herrera", ex-chefe do estado maior e ex-segundo homem das Forças de Defesa.

Embora não o tenha dito diretamente, Del Valle se referia principalmente a Ricardo Arias Calderón, agora transformado em líder da Aliança Democrática de Oposição e da chamada "Cruzada Civilista", integrada por grupos empresariais e organizações políticas de centro e de direita.

O Partido Democrata Cristão não é o principal partido de oposição no Panamá e, nas últimas eleições, obteve apenas 0,5% dos votos. Por isso, Arias procura tirar proveito da atual conjuntura a fim de torná-lo um partido "de massas", coisa que nunca foi.

Com essa finalidade, se arvorou em porta-voz e cabeça da chamada "revolução da classe média", uma das poucas "revoluções" apoiadas diretamente pe-



Omar Torrijos: um líder nacionalista

los Estados Unidos que pretendem instaurar no Panamá um governo com uma posição "mais moderada" em relação aos Tratados do Canal, mais de acordo com os seus interesses geopolíticos na América Central e menos comprometido com o Grupo de Contadora e com o bloco terceiro-mundista dos países devedores.

Esse homem, assim como Napoleón Duarte em El Salvador, é Ricardo Arias Calderón.

O embaixador do Panamá na Venezuela, Marcel Antonio Salamín, deu uma entrevista coletiva em plena crise, para alertar sobre aquilo que chamou de "iminente invasão dos Estados Unidos no istmo" e denunciou o treinamento na Zona do Canal de quase 10 mil efetivos norte-americanos com este objetivo.

Os militares norte-americanos, de acordo com relatórios do Pentágono,

foram postos em "alerta Charlie", último passo para uma intervenção armada. Salamín afirmou também que o número de efetivos norte-americanos na área do Canal foi aumentado secretamente, sem ter sido comunicado ao Panamá, violando os convênios assinados entre os dois países.

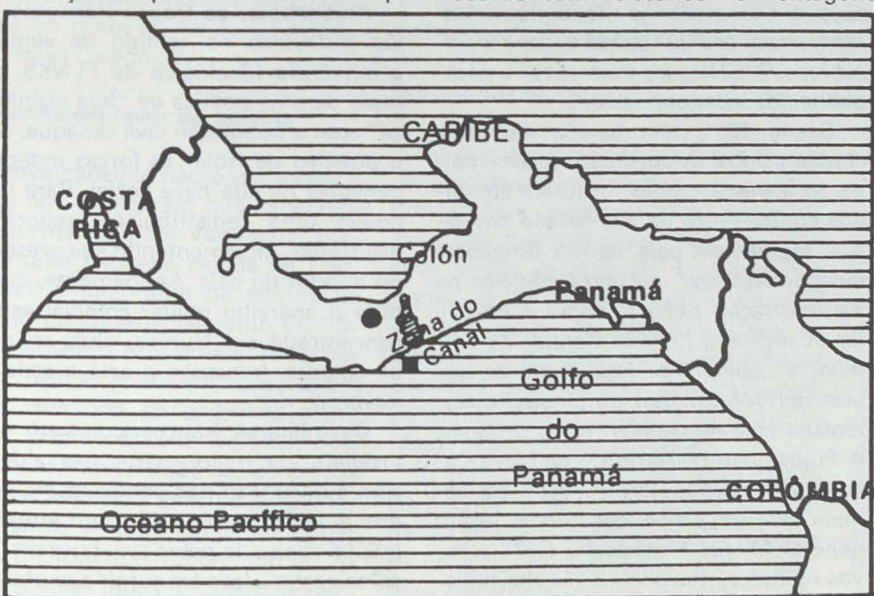
Os Estados Unidos vêem o Panamá como um país estratégico naquilo que consideram como seu "quintal", principalmente depois da assinatura dos tratados Torrijos-Carter. A administração Reagan sustenta que esses acordos devem ser "reavaliados" se os Estados Unidos quiserem manter sua presença militar na região.

Essa reavaliação é uma prioridade para o Pentágono, pois a base militar norte-americana no Panamá não está destinada unicamente a controlar o Canal. Ela é, além disso, o centro de todas as ações de espionagem e informação política sobre El Salvador, Cuba e Nicarágua, qualificados como "países problema" por Reagan e seus assessores.

Há um ano, o jornal *The New York Times*, que assumiu a luta contra o atual governo panamenho e a defesa dos interesses norte-americanos - inclusive pedindo a Reagan "pulso de ferro" com o Panamá -, acusou Noriega de tráfico de drogas, informação que o senador Jesse Helms aproveitou para acrescentar o pretense assassinato de Torrijos entre os delitos supostamente cometidos pelo general.

Mais tarde, em setembro, o Congresso aprovou uma "emenda Helms", que obrigava a Agência Central de Inteligência (CIA) a investigar as "violações dos direitos humanos e o tráfico de armas no Panamá", tornando óbvios, por sua vez, todos os princípios de soberania que, ao que parece, os Estados Unidos só defendem quando se trata do seu próprio território.

Por esses motivos, o governo panamenho afirma que a posição do Congresso e do governo norte-americano em relação ao seu país constitui não apenas uma "intromissão inadmissível em seus assuntos internos, mas também "uma ameaça para a soberania e independência nacionais, por mais que se tenha procurado revestir a hipocrisia dessa intromissão e a prepotência dessa ameaça com a já gasta roupagem de falsos ideais de liberdade".



O canal do Panamá é o pivô da crise fomentada pelos Estados Unidos

Oceania

Nova Caledônia

A Frente de Libertação Nacional Canaque denuncia o caráter antidemocrático do referendo que a França organizou para decidir o futuro de sua colônia

O boicote ao plebiscito



A população canaque sai às ruas de Numea, a capital dessa colônia francesa, para reivindicar o direito à independência

Beatriz Bissio

A 13 de setembro, os eleitores da Nova Caledônia terão que se pronunciar sobre o destino político dessa colônia francesa na Polinésia, situada a 1.500km a leste da Austrália e a 1.700km ao norte da Nova Zelândia. Eles deverão escolher entre permanecer como território pertencente à República francesa ou se tornar independente.

Tudo planejado aparentemente dentro dos mais estritos cânones democráticos, a não ser porque, dos 91.609 eleitores inscritos, praticamente a metade é de franceses. A população autóctone, os *kanaks*, organizada na Frente de Libertação Nacional Canaque Socialista (FLNKS), optou por boicotar o plebiscito, enquanto os *caldoches* (como são chamados os colonos franceses) mobili-

zam seus militantes da Organização para a Caledônia na República (*Rassemblement pour la Calédonie dans la République-RPCR*) para neutralizar a campanha dos independentistas.

Desde 1984, tem havido inúmeros choques entre as duas partes, com mais de 30 ações armadas, inclusive atentados contra redes de alta tensão em várias regiões do país, contra dirigentes independentistas¹ e contra edifícios da administração pública, como o Palácio da Justiça e o Correio Central de Numea, a capital. Por isso, teme-se que este período anterior ao plebiscito seja tenso e possam ocorrer novos choques. A França tem no território da Nova Caledônia, segundo informações do comandante-em-chefe das forças locais, general Michel Franceschi, 5.877 efetivos militares, dos quais 3.403 são soldados do exército, 767 da marinha, 130 da

aeronáutica e 1.577 policiais.

Atualmente, as tropas francesas estão instruídas no sentido de eliminar a influência ideológica da FLNKS, por meio de uma política de "boa vizinhança" com a população civil canaque, com o objetivo de isolar as forças independentistas de sua base social. Para isso, houve uma redistribuição geográfica das tropas, incrementando sua presença no interior do país. Antigamente, quase todo o aparelho militar colonial estava concentrado em Numea, onde residem os colonos franceses e está a sede do governo.

Os militares franceses entram e se instalam na maior parte das aldeias, sem autorização dos chefes locais, nem dos prefeitos da FLNKS, num processo que foi chamado pelos canaques de "recolonização". Isso fez surgir a expressão popular de que o referendo está sendo

organizado à *coup militaire*, por meio de um "golpe militar".

O presidente da FLNKS, Jean Marie Tchibaou, alertou sobre essa "manobra psicológica" do colonialismo, advertindo aos militantes que deviam se empenhar em esclarecer a população sobre quais eram as verdadeiras intenções dos militares franceses, que agora adotaram uma nova postura para com os civis. "Não pode haver nenhum namoro com as tropas coloniais", afirmou.

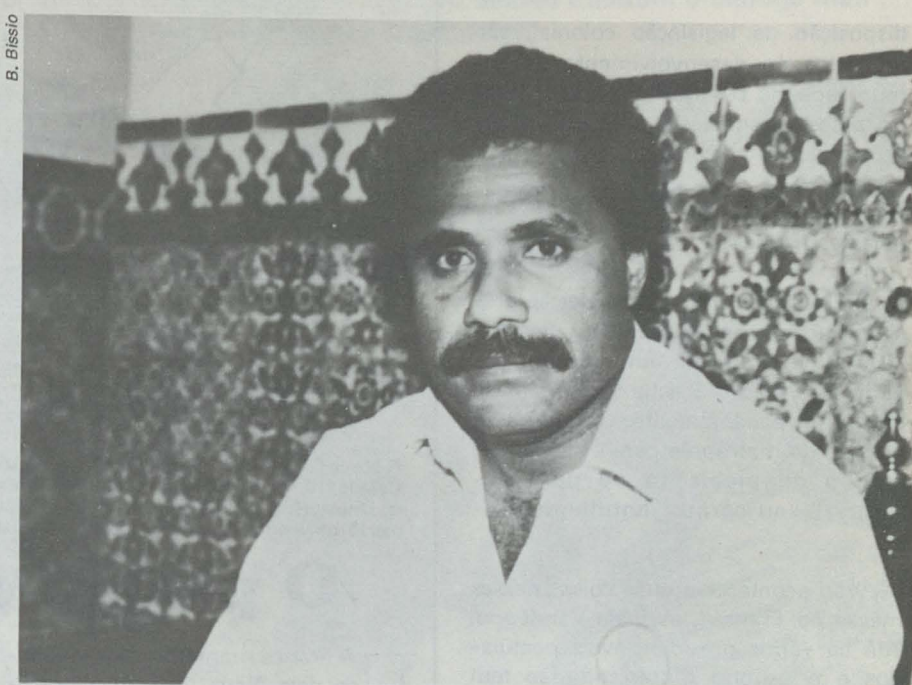
Aymard Bouanaoué, prefeito da ilha de Belep – que faz parte do arquipélago da Nova Caledônia – e ministro da Segurança do governo provisório proclamado pelos canaques no território sob seu controle, conseguiu, nesse sentido, um êxito importante, quando, em janeiro passado, exigiu e obteve a saída dos pára-quedistas e policiais que tinham sido enviados à ilha como parte da campanha de ação psicológica das tropas francesas.

A França, no entanto, não se apóia exclusivamente na ocupação militar para neutralizar o movimento independentista. Recentemente, decidiu impulsionar a economia da colônia investindo maciçamente em diferentes campos de atividade.

Os colonos franceses, por seu lado, se organizam em milícias armadas que lembram muito a OAS (grupo paramilitar francês de extrema-direita) que atuou na Argélia durante a guerra de libertação. Alguns dos seus membros são, efetivamente, *ex-pied noirs*² que, depois da independência da ex-colônia francesa do norte da África, se instalaram na Nova Caledônia.

A campanha em favor do boicote

"O povo canaque não pode aceitar a consulta nos termos em que está colocada", afirma Clément Vandégou, prefeito de uma pequena cidade de 1.500 habitantes e integrante da equipe do Ministério do Desenvolvimento Econômico do governo proclamado pelos canaques. "Não só nunca nos consultaram sobre o conteúdo do plebiscito como também, numa consulta legítima, nós, os canaques, deveríamos ser os únicos habilitados a votar. É ridículo perguntar a um francês se quer continuar sendo francês. E é isso que o referendo faz ao habilitar a votar todos os cidadãos residentes no país há mais de três anos, in-



Clément Vandégou: "Não é possível aceitar o plebiscito nestes termos"

dependente de ser francês ou canaque".

"A iniciativa de realizar um plebiscito foi da FLNKS – acrescenta Vandégou –, mas o governo francês se apoderou da idéia e a desvirtuou, procurando anular a legítima reivindicação do nosso povo."

Diante da decisão do governo socialista francês de realizar o plebiscito nessas condições, a Frente de Libertação Nacional Canaque Socialista realizou um congresso, a 30 de maio passado, e se definiu pela abstenção. Desde então, os militantes da FLNKS estão voltados para a tarefa de organizar o boicote.

Na agenda da ONU

O problema da Nova Caledônia está na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas desde o ano passado, entre os países a serem descolonizados. "Foi uma vitória importante. Recebemos o apoio de 87 países e agora estamos atuando junto às delegações que se abstiveram ou votaram contra a nossa proposta por pressão dos franceses, para informá-las sobre a situação do nosso país", explica Vandégou.

O governo proclamado pela FLNKS, no interior da Nova Caledônia, está organizado como qualquer outro (existem ministérios de Economia e Finanças, Relações Exteriores, Cultura etc.) e, na base social, formaram os Comitês de

Luta, que mantêm relações com a autoridade política através dos Comitês de Controle. Dos Comitês de Luta, participam os habitantes de uma determinada comunidade, organizados no plano econômico, cultural, sanitário, social e também nas escolas populares.

O país, seguindo o modelo francês, se divide administrativamente em comunas que têm prefeituras governadas por membros da FLNKS. O presidente da FLNKS, J.M. Tchibaou, por exemplo, é o prefeito de Hienghène. O sistema é do tipo autogestionário.

Essa forma organizativa data de 1984, quando se realizaram as últimas eleições na Nova Caledônia. O governador francês, Edgard Pisani, juntamente com o então primeiro-ministro Laurent Fabius, dividiu o país em quatro regiões administrativas e propôs conceder uma autonomia limitada à colônia. Nas eleições, a FLNKS ganhou em três das quatro regiões. Perdeu justamente em Numea, a capital, conhecida como a *ville blanche*, a "cidade branca", porque ali estão os colonos franceses e os monopólios estrangeiros que exploram as grandes riquezas do país, principalmente minérios.

Dessa forma, o movimento revolucionário passou a controlar administrativamente todo o interior, onde já contava com amplo apoio político. Os impostos recolhidos nas comunas, por

disposição da legislação colonial, são utilizados no desenvolvimento da comunidade, ao contrário do que acontecia antes, quando iam engrossar a receita do aparelho colonial.

As relações com os partidos franceses

Devido à proximidade da eleição presidencial francesa (o sucessor de Mitterrand deve assumir em maio do próximo ano), a FLNKS acha que será difícil encontrar aliados dentro do espectro político da metrópole para evitar a realização do plebiscito ou para denunciar seu caráter antidemocrático.

"Vão acontecer muitas coisas nesses meses na França", assinala Vandégou. "Já há vários presidenciais postulados e o próprio Mitterrand não tem maioria para governar. Por outro lado, nós nunca pensamos que a independência de nosso país seria uma dádiva, nem mesmo tendo um governo socialista na França. Para nós, sempre foi muito claro que a independência deveria ser conquistada".

¹ Em 1984, foi assassinado Eloi Machoro, o comandante das forças guerrilheiras da FLNKS.

² Assim são chamados os descendentes diretos de franceses nascidos na Argélia ou no norte da África.



A Nova Caledônia (19.058 km²) é um arquipélago integrado pelas ilhas de Nova Caledônia (16.700 km²), Lealdade-Ouvea, Lilou, Mare e Walpore; pelos arquipélagos de Chesterfield, Avon, Huón e Belep e a ilha de Numea. Está localizado na Melanésia meridional, entre Vanuatu (a leste) e a Austrália (a oeste)

O perigo de ser rico

□ A França mantém o seu interesse pela Nova Caledônia principalmente por duas razões: suas riquezas naturais e sua posição geopolítica no Pacífico Sul.

Grande produtora de níquel (25% a 30% da produção mundial), a Nova Caledônia também tem cromo, ferro, cobalto, manganês e nódulos polimetálicos recentemente descobertos, assim como um enorme potencial pesqueiro. Também é um centro turístico reconhecido internacional-

mente.

Por outro lado, a França tem um interesse militar nesse território: utiliza-o para dar cobertura às suas experiências nucleares e lançamentos espaciais no Pacífico, assim como para depósito de resíduos da indústria química.

Noventa por cento das receitas por exportações do país provêm do níquel, que é enviado fundamentalmente para a França e, em menor escala, para a Austrália e Cingapura.

Criando uma nova nação

A população canaque é calculada atualmente em 60 mil habitantes, dos 150 mil que vivem na Nova Caledônia. O principal esforço econômico nas áreas controladas pela FLNKS - onde estão implantadas as estruturas do governo canaque - foi feito nos microprojetos de estrutura cooperativa. Trata-se de criar uma atividade econômica independente da economia colonial, na qual a participação nativa era praticamente inexistente.

A base da economia é a agricultura e o governo dessas áreas incentiva a participação popular nas decisões econômicas, financeiras e políticas. Além disso, está sendo estruturada a Sociedade Anônima de Economistas, uma organização destinada a estudar fórmulas

econômicas apropriadas para todo o país, depois que a independência for proclamada. Ao mesmo tempo, a organização deverá servir de interlocutora das Organizações Não-Governamentais (ONG) que desejam financiar projetos em curso no território sob controle da FLNKS.

Durante a dominação francesa, não existiam escolas que educassem as crianças dentro dos padrões culturais e dos valores tradicionais canaques. Ao ser proclamado o governo autóctone no interior da Nova Caledônia, pôs-se em prática um projeto para mudar o conteúdo dos programas educativos e adaptá-los às necessidades atuais da população. Até 1958, os filhos dos nativos não tinham direito a entrar nas es-

colas públicas (francesas) do arquipélago. Os poucos que tinham condições, iam obrigatoriamente para as escolas particulares, em geral religiosas, administradas por padres e freiras.

Somente a partir de 1958 o acesso ao ensino primário se tornou mais democrático, por isso o número de quadros canaques com educação superior só começou a aumentar recentemente.

Depois da instalação do governo canaque, foram criadas as "escolas populares", um fato que implicou uma verdadeira ruptura com o regime colonial francês. Nelas se ensina a língua canaque, a cultura local e são em particular as mulheres, chamadas carinhosamente de "mamães", que são as responsáveis por essa atividade.

Economia

O Norte industrializado e o Terceiro Mundo mantêm o diálogo mas os resultados concretos são frustrantes



O estancamento da economia mundial afeta principalmente os produtores dos países do Terceiro Mundo

Christine Pinheira

Unctad: a ambiguidade de sempre

Pablo Piacentini

Durante quase um mês, os representantes dos países subdesenvolvidos debateram com seus colegas das nações industrializadas os problemas econômicos que os afetam, chegando com dificuldade a um acordo que atende, parcialmente, às suas reivindicações.

Trata-se do foro mundial mais importante sobre esse tema, a VII Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), realizada em Genebra entre os dias 9 de ju-

lho e 3 de agosto passado.

Essas reuniões acontecem a cada quatro anos e colocam em pauta temas econômicos centrais das relações Norte-Sul: comércio, matérias-primas, recursos para o desenvolvimento, endividamento externo etc.

Desta vez, o próprio destino da Unctad esteve em jogo, pois um grupo de nações do Norte, liderado pelos Estados Unidos, se lançou a uma campanha para mudar o papel da Conferência.

Os países subdesenvolvidos, reunidos no chamado Grupo dos 77, tinham se encontrado em abril em Havana (Cuba) para coordenar seus pontos de vista.

Apesar da disparidade de interesses dos seus membros, o G-77 tirou uma posição unificada em torno da Declaração de Havana, que reitera a solidariedade entre os países membros e coloca o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo como o principal objetivo das relações econômicas internacionais. O documento reafirma o direito soberano das nações a implementarem suas próprias políticas econômicas e declara que o caminho para concretizar os acordos e políticas orientadas para o desenvolvimento é a cooperação multilateral.

Esses conceitos são contrários aos sustentados pelos Estados Unidos e

seus aliados mais próximos que, inspirados no liberalismo econômico, afirmam que as forças do mercado devem ser soberanas e não sofrer interferências do Estado, nem nos âmbitos nacionais nem na esfera internacional. Segundo esse enfoque, a solução para os problemas do subdesenvolvimento deve ser resultado do livre jogo dos fatores econômicos.

É fácil comprovar que, sem uma decidida e unificada ação entre os governos, os sérios desequilíbrios entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos só tenderão a se agravar. Isso não é uma mera questão teórica. Enquanto o G-77 vê na Unctad um mecanismo essencial para o debate e a definição desses temas, o governo dos Estados Unidos se propôs a transformar a Conferência num organismo encarregado da assistência técnica ao desenvolvimento, tirando-lhe a capacidade de traçar diretrizes políticas. Se essa tese tivesse saído vitoriosa, a Unctad teria sido rebaixada a uma simples executora de políticas decididas em outras sedes, principalmente no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Nesses dois organismos, exatamente, os Estados Unidos e seus aliados dispõem de ampla maioria, já que os votos são proporcionais às contribuições financeiras.

A oposição do Terceiro Mundo

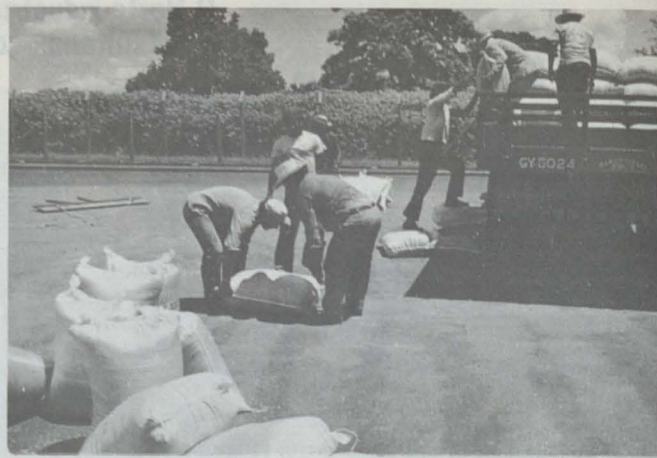
Pode-se discutir longamente se um organismo de representação universal como a Unctad conseguirá algum dia que seja aplicado um programa mundial concreto, capaz de encontrar solução para as desigualdades que existem no

planeta. O que não deixa dúvidas é que, sem foros como este, os países subdesenvolvidos não teriam onde debater de igual para igual com as nações industrializadas e chegar a acordos a respeito das políticas e medidas a serem instrumentadas.

A posição de Washington provocou a oposição unânime do Terceiro Mundo. A proposta norte-americana não passou. Para alguns desses delegados, esse fato constitui uma verdadeira vitória, pois a Unctad, que nas vésperas da reunião parecia ameaçada, no final saiu fortalecida.

Em princípio, podemos concordar com essa conclusão, mas as aspirações do Terceiro Mundo a respeito do conteúdo da Conferência viram-se refletidas apenas em parte e de forma muito genérica no documento final. O diagnóstico assinala que a economia mundial sofreu um declínio com uma diminuição do crescimento da demanda e da produção. Para caracterizar a situação, se apresenta um conjunto de sintomas que afetam particularmente os países do Terceiro Mundo: o crescente endividamento externo, as altas taxas de juros, o protecionismo, fluxos financeiros escassos, o tipo de câmbio instável, a diminuição dos mercados de matérias-primas, os enormes gastos em armamentos e um ambiente geral de insegurança.

A análise explica que a histórica tendência negativa dos mercados de matérias-primas — que constituem o grosso das exportações dos países subdesenvolvidos — é consequência de fatores estruturais e das desigualdades existentes no intercâmbio econômico internacional.



Preço das matérias-primas: uma batalha desigual

Dentro dos fatores estruturais se assinalam algumas tendências recentes ou que se acentuaram durante os últimos anos: as mudanças tecnológicas, a substituição de matérias-primas e as modificações da demanda. Em relação a esse último aspecto, diversos fatores têm influenciado, como por exemplo, a mudança nos hábitos dos consumidores ou as técnicas e produtos novos que exigem um consumo menor de matérias-primas.

A queda das receitas do Terceiro Mundo

Esse fenômeno é gravíssimo para os países do Terceiro Mundo, já que implica uma diminuição constante das suas receitas. No ano passado, a queda dos preços das matérias-primas significou perdas de 94 bilhões de dólares nas exportações dos países subdesenvolvidos.

Para atenuar as consequências dessa queda, foi criado um mecanismo destinado a defender os interesses dos exportadores de produtos básicos: o Fundo Comum de Produtos Básicos, criado com a finalidade de estabilizar os preços. Esse organismo também está encarregado da pesquisa de técnicas e métodos para aumentar a competitividade das matérias-primas.

Durante essa VII Conferência não se conseguiu uma adesão coletiva ao Fundo — o que teria permitido reunir os recursos necessários para iniciar a sua tarefa de mecanismo estabilizador de preços —, embora tenha havido avanços significativos. A incorporação da União Soviética, que até agora tinha se mantido afastada do Fundo, é um fato muito positivo. O documento solicitou aos paí-



Unctad: desequilíbrio entre países pobres e ricos

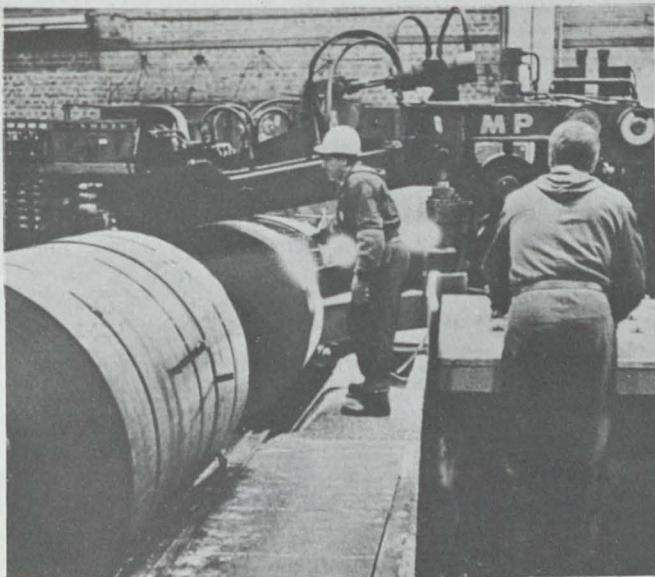
ses que ainda não fazem parte do Fundo, ou que ainda não tenham ratificado o seu ingresso, que o façam "num futuro próximo".

Também houve acordo em reconhecer o princípio da interdependência e das co-responsabilidades, na medida em que a crise econômica dos países do Sul é um mal que também afeta o Norte e que isso reforça a necessidade de políticas comuns. A Conferência declarou que a expansão econômica dos países subdesenvolvidos contribuirá para um crescimento não-inflacionário, com benefícios, como o aumento do número de emprego nos próprios países industrializados. Assim, o documento afirma: "Se tanto as políticas nacionais como as internacionais fossem orientadas para o crescimento e se reforçassem mutuamente, a interdependência seria, em contraste com o passado recente, um veículo para a transmissão e acumulação de impulsos positivos. Isso implica a aceitação de uma responsabilidade comum para encarar ações convergentes".

Um apelo ao Norte

O texto incita os países industrializados a adotarem políticas coordenadas e orientadas para o crescimento e apela a estes e aos da área socialista a ampliar o acesso dos produtos dos países subdesenvolvidos aos seus mercados, a aumentarem a transferência de fundos públicos e privados e a intensificarem a assistência econômica.

Segundo estatísticas da ONU, no de-



Industrializados pressionam para esvaziar os acordos

correr dos três últimos anos, as nações do Terceiro Mundo carentes de capitais exportaram para o mundo industrializado um montante líquido de 72 bilhões de dólares.

Na prática, é duvidoso que esses apelos se traduzam em atitudes eficazes. A referência à transferência de fundos corresponde a um programa adotado pelo Japão, antes da Conferência, que destina ao Terceiro Mundo 20 bilhões de dólares provenientes dos seus excedentes comerciais.

O Japão e o Grupo dos 77 brigaram para que o documento contivesse alusões concretas à "reciclagem" – ou seja, o emprego dos recursos originados pelos excedentes comerciais – por parte dos países que, como a potência nipônica, dispõem de superávits. Mas a Alemanha Federal – país ao qual se dirigiram os principais apelos neste sentido – impediu que o texto fosse objetivo e incluísse o termo "reciclagem", de modo que só ficou uma recomendação genérica.

O pedido do G-77 de duplicar o capital do Banco Mundial foi transformado numa imprecisa exortação aos países industrializados para fornecerem fundos "quando for necessário". Como era de se esperar, foi descartada uma proposta dos países socialistas para dispor dos recursos liberados por eventuais acordos de desarmamento.

No tratamento da dívida externa é onde talvez fique mais ressaltada a ambiguidade dessa Conferência que buscava um consenso entre interesses opostos. É, sem dúvida, importante o reconhecimento de que devedores e credores partilham as responsabilidades na solução de um endividamento que ultrapassa um trilhão de dólares (graficamente, para ficar mais claro 1.000.000.000.000 de dólares).

Uma terminologia conhecida

Para a solução do problema, afirmou-se que deve-

riam ser articuladas políticas de desenvolvimento a médio prazo, que compreendam programas de ajuste adotados pelos próprios devedores.

Esses programas devem levar em consideração a capacidade de pagamento e as necessidades de desenvolvimento dos devedores, isto é, fatores "tais como as perspectivas de receitas por exportações, os termos do intercâmbio, os pedidos de exportações, o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e o volume e termos dos possíveis fluxos financeiros futuros".

No entanto, ao mesmo tempo que reconhece aqueles princípios, o documento julga "essencial", nos países devedores, o ajuste econômico, utilizando uma terminologia demasiadamente parecida com a empregada pelo Fundo Monetário Internacional, para condicionar as economias dessas nações ao pagamento da dívida, com políticas que sugam os seus recursos para o desenvolvimento.

Era nesse capítulo que se podiam esperar medidas específicas, inclusive porque tinha sido antecipado que havia um certo consenso quanto às providências para aliviar a situação dos países mais pobres (sobretudo os africanos).

Por isso, chama a atenção a indefinição dos acordos. Admite-se a necessidade de adotar "medidas concretas" em favor dos devedores africanos, mas se faz referência unicamente às negociações com o Clube de Paris (que trata apenas das dívidas de origem governamental) e a "possibilidade" de reduzir os juros.

Quanto aos países endividados de "receitas médias", que são principalmente os latino-americanos – os mais endividados –, o documento não sugere nenhuma medida específica.

A ambiguidade negociada

É provável que uma conclusão correta dessa Conferência diga que os países do Terceiro Mundo conseguiram manter boa parte de suas posições sobre como encarar os seus problemas e que tipo de política deve ser implementada para favorecer o desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, não resta dúvida de que as concessões feitas pelos países capitalistas industrializados, a nível dos princípios, não encontram correspon-

dência em termos de compromissos práticos. Esses países saíram de Genebra com "as mãos lavadas", depois de insistentes reivindicações do Terceiro Mundo para que se adotassem medidas concretas.

Justifica-se essa ambiguidade pela necessidade de se evitar uma divisão que mostraria o fracasso da Conferência e dificultaria futuros acor-

dos.

Essas análises dão ênfase ao fato de que, por causa dos interesses divergentes entre países ricos e pobres – com a agravante da ideologia ultraliberal dominante nos Estados Unidos e seus aliados mais importantes, como a Grã-Bretanha –, não teria sido realista esperar muito mais do que o que foi con-

Mas se o enfoque deixa de ser colocado nesta versão do realismo e se coloca nas necessidades sociais originadas pelo subdesenvolvimento e pela crise econômica, os resultados obtidos na Unctad e em outros foros multilaterais nos últimos anos deixam uma sensação arrasadora de desigualdade e impotência.

NOTAS

COLÔMBIA: CAEM EXPORTAÇÕES DE CAFÉ

As receitas da venda do café, principal produto de exportação da Colômbia, diminuíram em 733 milhões de dólares, ou seja 45%, no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado.

Um relatório divulgado recentemente pelo Departamento Nacional de Estatísticas revelou que as exportações totais foram, no período analisado, de 2,13 bilhões de dólares, 14,5% menos do que no primeiro semestre de 1986.

A diminuição das receitas da venda do café é consequência dos baixos preços registrados no último ano no mercado mundial. No final do ano passado, a cotação do café era de mais de quatro dólares por quilo, o que causou a quebra do acordo de cotas, dentro da Organização Internacional do Café (OIC), mecanismo regulador do mercado.

PINOCHET CONTINUA PRIVATIZANDO A ECONOMIA

A venda das ações das empresas filiais da Corporação de Fomento à Produção (Corfo) aumentou para 70 milhões de dólares no final de julho passado, informou uma autoridade em economia do regime militar. A Corfo, uma *holding* estatal, teve um importante papel na criação da "área de propriedade social" durante o governo de Salvador Allende.

Seu atual gerente geral, o coronel Guillermo Letelier, revelou que a meta para este ano é privatizar empresas da Corfo, num total de 140

milhões de dólares. A Confederação de Trabalhadores do Cobre (Codelco) afirma que o governo se orienta no sentido de desnacionalizar também as principais jazidas desse metal, que geram 43% das divisas arrecadadas por esse país sul-americano.

NIGÉRIA: IMPACTO NEGATIVO DA RECEITA DO FMI

O programa de ajuste estrutural imposto pelo Fundo Monetário Internacional teve um impacto negativo sobre a economia da Nigéria e foi, em grande parte, incapaz de resolver os problemas econômicos do país, segundo afirmaram em Lagos, a capital, renomados especialistas e empresários.

Os participantes de um seminário, realizado no mês passado em Lagos, sobre o tema "Desenvolvimento econômico e política externa na Nigéria", no qual se discutiram os efeitos do plano imposto pelo FMI, concordaram em que este foi contraproducente.

"A introdução e funcionamento do mercado de divisas estrangeiras com a finalidade de obter um tipo de câmbio realista, provocou a desvalorização maciça do *naira*, que é inflacionária", afirmou Eghosa Osagie, do Instituto Nacional para Estudos Políticos e Estratégicos. "A desvalorização da moeda nacional não trouxe a esperada melhora do balanço de pagamentos do país nem estimulou um aumento da produção nacional de bens e serviços", explicou o economista.

Osagie também se referiu aos

problemas que a Nigéria está enfrentando para pagar o serviço da dívida externa, "uma questão que seguramente terá implicações de longo alcance na política comercial externa", previu ele.

"Os países devedores do Terceiro Mundo têm que criar uma frente comum para resistir a essas pressões, sugerindo enfoques alternativos e apresentando novas iniciativas para a solução do problema", acrescentou.

SELA E CEPAL: AMPLIAR O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Representantes dos principais organismos de cooperação da América Latina, reunidos no mês passado em Santiago do Chile, propuseram diversas iniciativas no sentido de promover o comércio intra-regional e suas formas de financiamento.

O encontro foi convocado pelo Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), cujo secretário permanente, o venezuelano Sebastián Alegrett, considerou-o "altamente satisfatório".

A definição dos mecanismos de crédito e monetários para a promoção do comércio regional foi um dos aspectos centrais dessa reunião, analisada à luz das experiências das entidades sub-regionais e setoriais da área.

Além do Sela, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), anfitriã do evento, e da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), assistiram ao encontro altos dirigentes de outras 11 entidades de integração da América Latina e do Caribe.

A depredação causada pelo uso exaustivo da madeira das regiões tropicais ameaça a ecologia de vastas áreas do planeta



FAO

As reservas florestais do planeta foram reduzidas à metade e continuam sendo destruídas a um ritmo cada vez maior

Uma riqueza em extinção

Quando a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) foi criada, em 1954, a preservação de uma riqueza natural tão abundante como as florestas tropicais, com certeza, não fazia parte das preocupações de seus fundadores. Um recurso renovável, que abrangia bilhões de hectares de bosques, distribuídos ao longo da vasta faixa equatorial do Terceiro Mundo, devia parecer sem dúvida uma fonte inesgotável, capaz de suprir eternamente as necessidades de madeira do homem.

Mas, hoje, depois de décadas de exploração predatória, as reservas florestais do planeta foram reduzidas à metade e continuam sendo destruídas a um ritmo de cinco a 20 milhões de hectares por ano.

Um relatório da FAO elaborado em 1980 assinala que, se o ritmo atual for

mantido, até o final do século a Indonésia terá perdido 10% de seus bosques, as Filipinas 20%, a Malásia 24% e a Tailândia 60%. Ao mesmo tempo que, na África, a Nigéria e a Costa do Marfim ficarão completamente desmatadas, a Guiné terá perdido a terça parte dos seus recursos madeiros, Madagascar 30% e Gana 26%. Na América Latina, segundo o documento da FAO, para o ano 2000, a Costa Rica terá perdido 80% das suas florestas, Honduras, Nicarágua e Equador mais da metade, e a Guatemala, Colômbia e México a terça parte.

A costa asiática do Pacífico

Segundo ficou estabelecido na Conferência sobre a Crise de Recursos Florestais no Terceiro Mundo, organizada em setembro do ano passado em Penang, Malásia, pela *Sahabat Alam Malay-*

*sia*¹, em nenhum lugar do planeta a destruição de florestas é tão alarmante como na região da costa asiática do Pacífico. "Em 1979 – diz o relatório da conferência –, só a Malásia e a Indonésia responderam por 58% da produção mundial de madeira e por 75% das exportações de todo o mundo".

O documento denuncia ainda que o desmatamento da região está se processando a um ritmo de dois milhões de hectares por ano. De acordo com essa tendência, nas duas primeiras décadas do próximo século, muitas das florestas da Ásia tropical terão desaparecido.

Além disso, existem no mundo cerca de 200 milhões de pessoas que vivem em sociedades tribais que dependem das selvas para sua sobrevivência. Para

¹ A "Sahabat Alam Malaysia" ("Amigos da Terra") é uma organização não-governamental que faz uma campanha em defesa do meio ambiente malaio.



O desmatamento equivale à destruição da cultura das populações nativas

muitos desses grupos, hoje invadidos pelas companhias madeireiras com seus projetos de industrialização, o desmatamento equivale à extinção do seu modo de vida e à destruição de sua identidade cultural.

Khor Kok Peng, um pesquisador malaio², chama a atenção para o fato do Terceiro Mundo ser sistematicamente responsabilizado pela depredação das florestas tropicais. Atribui-se aos camponeses, disse Peng, o desmatamento para a produção de lenha ou para abrir espaço para a agricultura e acusam-se os governos do Terceiro Mundo de serem incapazes de proteger seus recursos naturais.

Mas os dados de exportação e consumo apresentados na Conferência de Penang apontam em outra direção. Em 1985, o Japão, o maior consumidor de madeira tropical do mundo, importou 12,8 milhões de toneladas métricas de lenha do Sudeste Asiático, 64% do total de exportações da região.

O perigo está nos hamburguers

Na América Central, as florestas são cortadas numa média de 400 mil hectares anuais pelas transnacionais de ham-

² Diretor-pesquisador da Associação de Consumidores de Penang, Malásia, uma das principais organizações não-governamentais do ramo no Terceiro Mundo.

burguers. Randy Hayes, diretor da Rede Norte-Americana de Proteção às Florestas, afirma que as empresas norte-americanas que "estão destruindo fazem parte da rede de fabricantes de sanduíches do tipo hambúrguer". Trata-se de centenas de companhias que operam tanto no financiamento quanto na exportação de gado e no processamento e exportação de carnes.

A Rede Norte-Americana de Proteção às Florestas tem realizado uma campanha denunciando a depredação aos consumidores, porém falta convencê-los da necessidade de preservar o meio ambiente das cadeias de *fast food*.

Em 1984, a Europa, o segundo mercado de madeira tropical, importou 12 milhões de toneladas de madeira. Os maiores consumidores são a França, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Itália e os Países Baixos, que importam troncos em bruto da África, principalmente da Costa do Marfim, e madeira serrada do Sudeste Asiático, em especial da Malásia, Indonésia e Filipinas.

Os dados disponíveis evidenciam que o desmatamento é impulsionado pelo consumo desenfreado dos países ricos, onde a madeira tropical está em moda, pois dá *status*. Na Grã-Bretanha, quase a metade da madeira tropical que se importa é destinada à construção, sendo usada também para mobiliar escritórios e residências, para acabamento de luxo.

Numa campanha de educação dos consumidores britânicos, os "Amigos da Terra" usaram uma tampa de vaso sanitário de caoba (um tipo de madeira de lei), atualmente na moda, como mostra de que "a cada ano se destroem 14 mil quilômetros quadrados de florestas para consumo supérfluo".

"Durante muito tempo, os pobres levaram a culpa pela utilização irracional e pela destruição das florestas", disse Nandana Shiva, uma pesquisadora da Índia. "Mas agora sabemos que não é isso. Os recursos florestais foram destruídos pelas operações de desmatamento das companhias, o que obrigou os nativos da região a se refugiarem nas montanhas e a se abastecerem das árvores que caíam. A raiz do problema está na indústria madeireira que atua no Terceiro Mundo", finalizou a cientista indiana.



A madeira dos países pobres (na foto, Filipinas) serve para o luxo dos países ricos

Ao cair da tarde, milhões de indianas perdem sua liberdade, não podendo andar sozinhas sem medo de serem assaltadas

O direito de andar na rua

Kalpana Shama*

Nova Déli, 8:30 da noite de um dia qualquer. Ao sair de uma farmácia onde acabava de comprar alguns remédios, uma repórter do *Indian Express* é atacada por um homem forte que lhe torce o braço até fazê-la gritar de dor. A mulher resiste ao assaltante e ele, selvagemamente lhe golpeia a cabeça, a poucos metros de um ponto de táxis, enquanto os motoristas observam impassíveis a cena.

Em uma carta dirigida ao *Indian Express*, Selvi Subramaniam conta que, enquanto caminhava com uma amiga pela rua do Parlamento, no coração de Nova Déli, foram perseguidas por um motociclista que lhes fazia toda sorte de gestos obscenos. Quando se aproximaram de dois policiais para pedir-lhes ajuda, os guardas sorriram e insinuaram que as duas mulheres estariam procurando um "freguês" e que talvez tivessem se oferecido demais ao motociclista.

Para muitas mulheres indianas, especialmente aquelas que vivem em Nova Déli e em outras cidades do norte, esses incidentes não surpreendem, uma vez que já fazem parte de sua vida diária. A liberdade de milhões de mulheres é automaticamente restringida ao anoitecer. Seu maior temor são os estupros, mas há outras formas de agressão que, de tão comuns, se tornaram a regra geral.

Apesar dos traumas provocados diariamente por esses acontecimentos, os órgãos de imprensa menosprezam sua importância, qualificando-os como "arruaças do anoitecer". Esse tipo de "arruaça" alcança seu ponto máximo durante os festejos de 'oli, quando milhares de mulheres no norte da Índia sofrem todo tipo de ataque.

Os ataques sexuais são apenas uma parte da violência que as mulheres têm que enfrentar: desde estupros até assassinatos (muitos para roubar seus pertences), passando por mutilações e incestos.

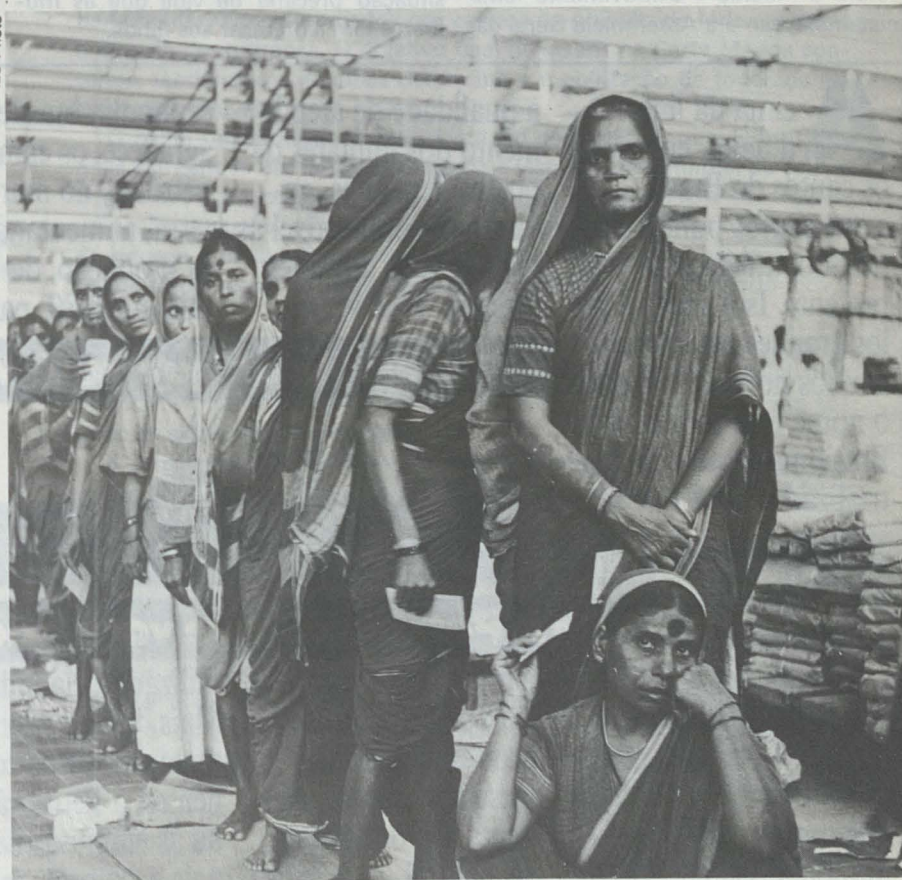
Até que ponto os meios de comunicação contribuem para legitimar a perseguição e a violência sexual de que as mulheres são vítimas? E, particularmente, qual a responsabilidade do cinema comercial?

Apesar dos grandes cortes feitos pela Junta de Censura, a violência contra a mulher continua presente acintosamente nos filmes indianos, a tal ponto que as pessoas acabam por acostumar-se e achá-la natural.

As cenas de estupros e ataques sexuais à que são submetidas as mulheres na tela influenciam o comportamento masculino com relação ao outro sexo. Para comprovar isso, basta observar a expressão no rosto dos homens que saem de qualquer cinema especializado nesse tipo de filme.

As campanhas organizadas pela polícia de Nova Déli não passam de simples rotina e se repetem – também rotineiramente – ano após ano. É evidente que nem uma maior eficiência da polícia, nem a aprovação de leis mais severas – embora sejam muito necessárias – podem chegar à raiz do problema.

A solução exige uma mudança profunda nas atitudes da sociedade com relação ao sexo.



Os ataques sexuais são apenas uma parte da violência que as mulheres têm que enfrentar

* A autora é editora do *Express Magazine*, suplemento do *Sunday Express*, o jornal indiano em língua inglesa de maior tiragem.

NOTAS

FILIPINAS: ABORTO DIVIDE OPINIÕES

O nome é sugestivo: "Em favor da vida". Esse é o lema e o nome de um grupo de mulheres filipinas que resolveu, em meados do ano passado, iniciar uma luta particular contra o aborto - praticado ilegalmente em clínicas particulares. Em julho de 1986, esse grupo colocou as mangas de fora e saiu às ruas de Manila, a capital, propondo a extensão dos direitos humanos, tão desrespeitados pelo ex-ditador Ferdinand Marcos, às pessoas que ainda não nasceram.

O grito de alerta deu certo, e em fevereiro último, foi incluída no texto da nova Constituição a seguinte disposição: "O Estado protegerá de igual maneira a vida da mãe e do feto, desde o momento da concepção".

Os grupos de mulheres que se opuseram à medida - o movimento feminista *Kalayaan* e a Assembléia Geral das

Organizações de Mulheres filipinas ("Gabriela") - entraram na batalha, mas não abertamente a favor do aborto e sim a favor de medidas democráticas. "Não formamos o grupo 'Em favor do aborto' e sim o 'Em favor de eleições'", disse Raninne Sarmiento, coordenadora do projeto de criação do Centro para Recursos Femininos, ironizando o nome do grupo contra o aborto.

Ainda em fevereiro, as mulheres do "Em favor da vida" voltaram à carga, exigindo que o governo complementasse a lei, incluindo a proibição da apologia, promoção, distribuição e venda de anticoncepcionais com efeitos abortivos. O plano não deu certo, a Constituição foi ratificada e a decisão ficou nas mãos da presidente Corazón Aquino.

Por trás da briga, a presença forte da igreja católica, que tem 90% de adeptos na população filipina, e, do outro lado, a situação precária de vida que as mulheres têm a oferecer aos filhos.

CABO VERDE: A MULHER E O DESENVOLVIMENTO

A modificação das estruturas familiares tradicionais, em consequência de um alto índice de emigração masculina, levou o governo caboverdiano a iniciar projetos de integração da mulher ao desenvolvimento nas dez principais ilhas do país.

Os novos programas, que começaram em fins de 1984, procuram fortalecer a organização comunitária e favorecer o autoabastecimento das famílias dirigidas por mulheres.

As principais atividades abrangidas pelo plano são a agricultura e a pesca, que ocupam 57% e 10%, respectivamente, da população ativa - pouco mais de 110 mil pessoas - dessa nação que se tornou independente de Portugal em 1975.

"A primeira fase do projeto consiste em promover atividades globais comuns a todos os habitantes, antes de se ocupar das ações especificamente dirigidas à população feminina", declarou Arlette Spencer Freitas.

A cima da linha d'água, em todos os cantos do Brasil e em muitos pontos do mundo, a Petrobrás está presente. Isto você vê pelos grandes navios construídos no país, levando o nome e os produtos do Brasil moderno e industrializado. Você vê e sente

P ara chegar ao nível que você possa ver, a Petrobrás vai ao fundo do mar e descobre petróleo em águas de mais de 1.000 metros de profundidade. Conquista que outras partes do mundo ainda não viram. Vai a outros países e tam-

a qualidade de atendimento dos milhares de postos Petrobrás, garantindo combustível às regiões mais distantes do país. Você vê, e a

A Petrobrás que você vê.



A Petrobrás que você não vê.

bém descobre petróleo. E do petróleo faz fertilizantes para ajudar nossa agricultura. Aumenta a produção de gás natural, para substituir o óleo combustível

economia brasileira agradece, os campos de petróleo, no mar e na terra, aumentando nossa produção, de 187 mil, em 1980, para os

utilizado pela indústria. Mais do que isso: presente em vários continentes, a Petrobrás ajuda as empresas nacionais a exportar seus produtos. Foram 34

atuais 600 mil barris por dia. Refinarias e conjuntos petroquímicos garantindo produtos para o mercado interno e para exportação. O que você vê são 34 anos de trabalho da Petrobrás, o que significa autonomia energética e avanço tecnológico.

anos que passaram tão rápido que você nem viu que a sua Petrobrás é hoje uma das maiores empresas de petróleo do mundo. Com tecnologia brasileira.



PETROBRAS

Do poço ao posto, o motivo é você.

CADERNOS DO
terceiro mundo

MOÇAMBIQUE
recuperando
a economia

AMÉRICA CENTRAL
o acordo
fortalece a paz

PRIVATIZAÇÃO
mito e realidade

CUBA-EUA
A GUERRA
DOS
ESPIÕES



CADERNOS DO **terceiro mundo**

Suplemento Brasil

O capital contra o Estado

*Será mesmo a economia abalada
pelo Estado?*

Pág. 48-55

Os donos do subsolo

*Riquezas minerais provocam
corrida por posse*

Pág. 56-59

O perigo da ruptura ronda o campo

Intransigência estreita faixa de negociação

Pág. 60

Os senhores do morro

*Reinos da coca, uma face da
questão urbana*

Pág. 63

À margem, na tela e na vida

*Um pixote cumpre seu destino de
menino de rua*

Pág. 64-65

Por que vamos fazer feio em Seul

*O Brasil recusa a engrenagem que
faz campeões*

Pág. 66-71

Ao longo dos trabalhos que a Constituinte vem desenvolvendo e que só agora entram em fase decisiva, muitas batalhas foram travadas nas comissões daquela assembléia, nos corredores parlamentares movimentados por grupos de pressão de todos os tipos e através da imprensa. O objetivo final de inserir na Carta Magna conceitos, tendências e escolhas determina a mobilização de todos os recursos disponíveis.

O papel regulador do Estado é o pano de fundo do que se tornou a mais estrepitosa das batalhas armadas à vista da Constituinte, ou seja, o debate sobre a presença estatal na produção de bens e serviços e a privatização daquelas atividades apontadas como excessivas. O caminho da riqueza e da superação das dificuldades, segundo tal pregação, dependeria de recuo da presença estatal, definida como mastodôntica e deficitária.

Tal presença, porém, efetua-se nos moldes tradicionais do Estado ocidental, rebatem os que lhe atribuem uma função muito especial, a de orientar o desenvolvimento nacional e atuar de forma pioneira em setores de significação estratégica.

A privatização pela privatização poderia gerar efeitos, ao final, nocivos ao conjunto do desenvolvimento nacional, se fosse relegado o fator orientador do Estado, dizem ainda.

O confronto de opiniões desliza, por vezes, para o argumento emocional ou recorre, pela mágica da transposição pura e simples, a exemplos de políticas em curso em um ou outro país adiantado.

O desenvolvimento nacional deve ser o ponto de referência permanente e, por isso, é importante relembrar o que ocorreu até aqui e vislumbrar quais são as perspectivas com que se defronta o Brasil, de modo a se repor a objetividade na discussão. É para isso que esperamos contribuir, com a matéria que abre este Suplemento.

A GUERRA DO DESENVOLVIMENTO

O capital contra o Estado

A discussão em torno da presença do Estado na economia sobe de tom, à medida que a Constituinte se aproxima dos instantes decisivos e o empresariado privado nacional e estrangeiro ocupa todos os espaços disponíveis para reclamar do que define como excessiva ingerência econômica estatal, a qual ameaçaria a saúde do desenvolvimento brasileiro, por reduzir os espaços de atuação dos demais segmentos.

O recuo estatal que se prega parte do princípio de que a economia da nação moderna deve ter seu desenvolvimento definido pela ação do capital privado, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento deve contemplar maior inserção na economia mundial, fugindo ao que se aponta como uma tendência bra-

sileira ao isolamento. Assegura-se, ainda, que o capital transnacional não fará maiores estragos na roça do capital privado nacional, mesmo porque se considerava que a afluência do capital externo ao país é um dos requisitos básicos para a manutenção do crescimento econômico.

Do outro lado, posiciona-se a tese, escorada na experiência de modernização conduzida até agora, de que as características econômicas e sociais do país impõem ao Estado a tarefa de traçar os rumos do desenvolvimento e sustentá-lo, agora talvez mais do que nunca, porque o Brasil atingiu a fase em que tem condições de dar um salto decisivo, o da capacitação tecnológica, tarefa para a qual não se pode contar com a boa vontade do capital externo, nem

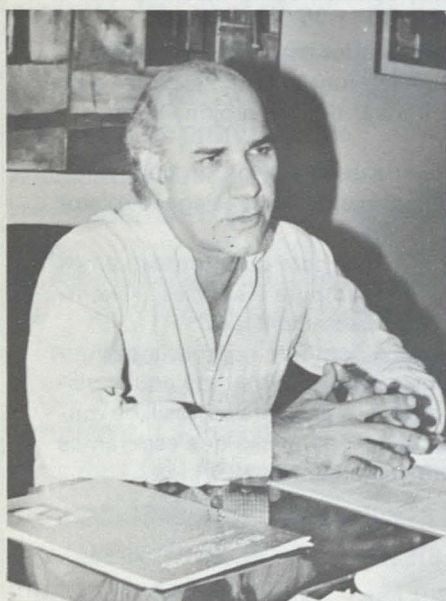
com a capacidade exclusiva do capital privado nacional, o que torna natural a presença estatal.

Nesse confronto, que diz respeito ao futuro do Brasil, eagem-se exemplos, como a política de *desregulation* do governo conservador inglês, de Margaret Thatcher, com suas privatizações, que ecoam do outro lado da Mancha, na política antiestatal do gabinete francês, e o que se considera exemplar abertura econômica da Coreia do Sul.

Na entrevista com o professor Fábio Celso Macedo Soares Guimarães, presidente da Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, e na análise apresentada pelo economista Domar Campos, a seguir, o leitor encontrará dados e argumentos que ilustram a importância do assunto para o país. •

Brasil tem padrão ocidental

Os críticos exageram a participação estatal na economia brasileira, que, na realidade, não é diferente do que se pratica na maior parte do Primeiro Mundo, diz Fábio Celso Macedo Soares Guimarães



Walter Santos

Procópio Mineiro

Na análise dessa questão entre Estado e iniciativa privada no Brasil, é preciso que se encontrem os devidos termos, para que o debate possa fluir com base na realidade e não sobre preconceitos – alerta o presidente da Finep. “Para tanto, três respostas devem ser procuradas, para que se conheça a real dimensão estatal na economia, a forma como se deu sua evolução e qual o papel do Estado numa economia com as características da brasileira”.

Macedo Soares Guimarães chama a atenção para o fato de que nenhuma nação do Terceiro Mundo pode aprofundar seu desenvolvimento, com a uti-

lização apenas do puro jogo de mercado, onde atuam forças desiguais e a primazia é externa. “Além disso, no caso brasileiro, há o problema estratégico, de superar o atraso e os desequilíbrios”, diz ele.

Tamanho do Estado

Para definir o tamanho do Estado na economia, alguns parâmetros podem ser analisados, tomando-se o que é predominante no tipo de economia em que se insere o Brasil, isto é, o capitalismo ocidental. Assim, o padrão que se verifica (veja quadro “Propriedade Estatal nos Setores”) é que o Brasil não destoa do conjunto de países escolhidos, alguns do Terceiro Mundo e a maioria do Norte industrializado, onde se nota constância na participação es-

Guimarães: a importância do Estado

tatal – e até monopólio – em setores considerados estratégicos, como as comunicações (correios e telecomunicações), energia (eletricidade, gás, petróleo, carvão), transportes (ferrovias e aviação), siderurgia, construção naval e indústria de motores.

Depreende-se do quadro, cujas cifras sofreram muito poucas modificações recentes, que só mesmo os Estados Unidos se caracterizam pela predominância do privatismo, tornando-se assim uma exceção e não o padrão do comportamento do Estado ocidental, em relação aos setores econômicos considerados de base.

“Vemos, assim – aponta Macedo Soares Guimarães – que o Brasil se encaixa num quadro comum às nações mais desenvolvidas, com o detalhe de estar ausente de setores que chegam a ser estatais em algumas delas, como a indústria de motores e a construção naval, e tendo apenas pequena participação no transporte aéreo, amplamente estatal na maioria dos casos.”

Segundo ele, é preciso notar que a presença do Estado brasileiro fora de tais setores básicos é esporádica ou eventual, decorrente, quase sempre, de problemas que o governo foi chamado a resolver, muitas vezes a pedido do próprio empresariado privado ou para solucionar questões de emprego.

As despesas

Na argumentação que se desenvolve no Brasil a favor do capital privado, cita-se a despesa pública como um indicador do desperdício do setor, o que não se comprova na comparação com outros países, quando até mesmo os Estados Unidos gastam, proporcionalmente, bem mais. Somente o Japão e a Coreia do Sul apresentam índices inferiores aos do Brasil, o que poderia ser explicado por algumas características da economia japonesa, imitadas pelos coreanos, entre as quais a íntima união entre o Estado e a empresa privada, que Macedo Soares Guimarães define como “uma quase simbiose”. (Veja quadro “Despesas do Setor Público”).

Comparação semelhante vale a pena ser feita, com relação ao funcionalismo público em geral (federal, estadual, municipal), quando se verifica que a posição brasileira chega a ser modesta ante outros países. (Veja quadro “Funciona-

PROPRIEDADE ESTATAL NOS SETORES (%)

Países	Correio	Telecomunicação	Eletricidade	Gás	Petróleo	Carvão	Estr. de Ferro	Transporte aéreo	Inds. de motores	Aço	Construção Naval
Austrália	100	100	100	100	0	0	100	75	0	0	(*)
Áustria	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(*)
Bélgica	100	100	25	25	(*)	0	100	100	0	50	0
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	25	0	75	0
Grã-Bretanha	100	100	100	100	25	100	100	75	50	75	100
Canadá	100	25	100	0	0	0	75	75	0	0	0
França	100	100	100	100	(*)	100	100	75	50	75	0
Alemanha Oc.	100	100	75	50	25	50	100	100	25	0	25
Holanda	100	100	75	75	(*)	(*)	100	75	50	25	0
Índia	100	100	100	100	100	100	100	100	0	75	100
Itália	100	100	75	100	(*)	(*)	100	100	25	75	75
Japão	100	100	0	0	(*)	0	75	25	0	0	0
México	100	100	100	100	100	100	100	50	25	75	100
Coreia do Sul	100	100	75	0	(*)	25	100	0	0	75	0
Espanha	100	50	0	75	(*)	50	100	100	0	50	75
Suécia	100	100	50	100	(*)	(*)	100	50	0	75	75
Suíça	100	100	100	100	(*)	(*)	100	25	0	0	(*)
EUA	100	0	25	0	0	0	25	0	0	0	0

(*) Não se aplica e/ou produção desprezível.
Fonte: The Economist, Jan, 1979.

lismo”).

Quanto ao déficit público, o mais recente vilão das dificuldades nacionais, os dados do Banco Mundial (veja quadro “Déficit Público”) demonstram que os Estados Unidos têm déficit muito superior ao brasileiro, o mesmo ocorrendo com o Canadá, Itália, Bélgica, Reino Unido, por exemplo.

“No Brasil, tornou-se moda jogar toda a culpa no déficit público. Não queremos dizer que esse fator não pressione a inflação, mas é preciso assinalar que é apenas um dos fatores inflacionários e nem é mesmo sequer o mais importante” – destaca o presidente da Finep. “Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que o déficit atua positivamente sobre o crescimento econômico, tanto que não há país com crescimento alto, sem razoável taxa de déficit. Os dados assinalados pelo Banco Mundial referem-se a 1982, mas, mesmo se formos levar em consideração os 5% que se lhe atribui hoje, verificaremos que o índice do país é ainda inferior ao de nações desenvolvidas, as quais, aliás, não sofrem inflação alta”.

Para ele, outra conclusão faz-se necessária: a de que déficit público e inflação alta não podem ser relacionados, como causa e efeito, pois as nações desenvolvidas mostram altos índices de

déficit, mantendo baixa a inflação.

“A questão talvez não seja reduzir o déficit, cortando os gastos governamentais, que vemos ser comparativamente baixos” – conceitua Macedo Soares Guimarães. “As dificuldades podem ter origem, não nos gastos, mas nas receitas. Talvez o Estado esteja arrecadando pouco, para a necessidade que tem de investir. O verdadeiro déficit é o dos investimentos públicos, tanto que as áreas de alçada estatal estão muito aquém do que se precisa. Parece-me, portanto, que a saída não está no simples corte de despesas públicas, mas em melhorar a eficiência de tais gastos e, sobretudo, aumentar a arrecadação.

Evolução

A evolução da participação estatal na produção de bens e serviços caracterizou-se pela especialização em setores de infra-estrutura, ao mesmo tempo em que se verificava o crescimento da empresa privada nacional. Um dos dados utilizáveis para se medir a presença do Estado é a renda disponível do setor público, em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), que decresceu entre 1970 e 1985, baixando de 17,45% a 8,9%, enquanto o setor privado crescia de 81,7% a 85,9%, segundo dados coligidos

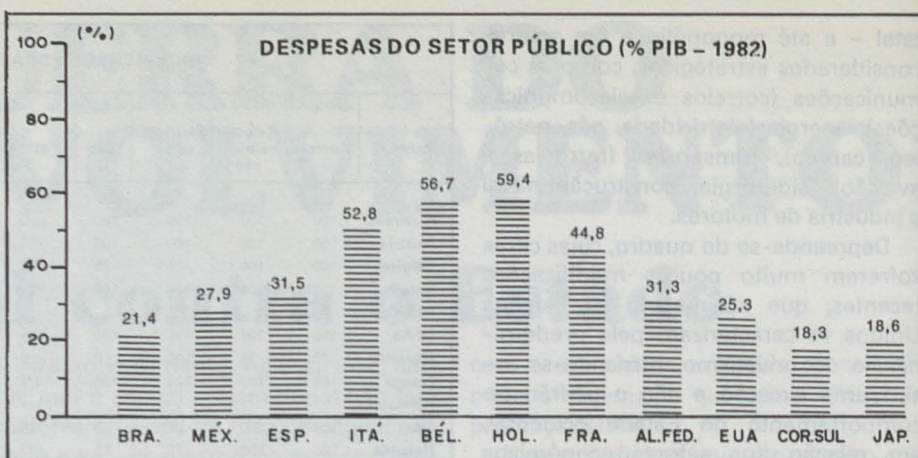
das Contas Nacionais, pelo economista Rogério Werneck, da Pontifícia Universidade Católica-PUC. As transferências ao exterior é a percentagem que falta, que evoluiu de 0,85% para 5,2%, em 1985.

Constata-se, assim, que a participação do Estado na renda nacional, nesse período de 15 anos, baixou à metade.

Quanto à participação estatal no investimento fixo, levantamento elaborado pelo economista Fernando Faynzylde, da Comissão Econômica para a América Latina-Cepal, mostra que, em 1980, era de 23% no Brasil, 25% na Coreia do Sul, 29% no México, e 20% na Argentina.

O papel do Estado

“O Brasil é um país, onde o estado tem um papel a desempenhar” – lembra Macedo Soares Guimarães. “Nossos problemas não podem alcançar solução fora do crescimento econômico: a receita e a produção precisam crescer, para que o Estado obtenha as rendas que lhe permitam cumprir as tarefas exigidas. Com recessão, é impossível. O nível de problemas exige, ao mesmo tempo, que se fixem prioridades, o que nos lembra da necessidade de planejamento adequado. Neste setor do planejamento, houve retrocesso nos anos 80. Não podemos ficar a vida inteira com políticas de 24 horas. É claro que os planos de curto prazo, visando a es-



Fonte: Banco Mundial, 1986

tabilizações, são necessários, mas não resolvem as questões de longo prazo, que definem as linhas do desenvolvimento.”

A importância de um planejamento de linhas de longo prazo impõe-se, segundo ele, porque o Brasil está no limiar de um novo estágio, com a superação da simples industrialização, já alcançada.

“Este é um país industrializado, cuja modernização do parque produtivo será consequência automática do crescimento econômico. O desafio real hoje é de outra ordem: trata-se de passar ao domínio da tecnologia” – destaca.

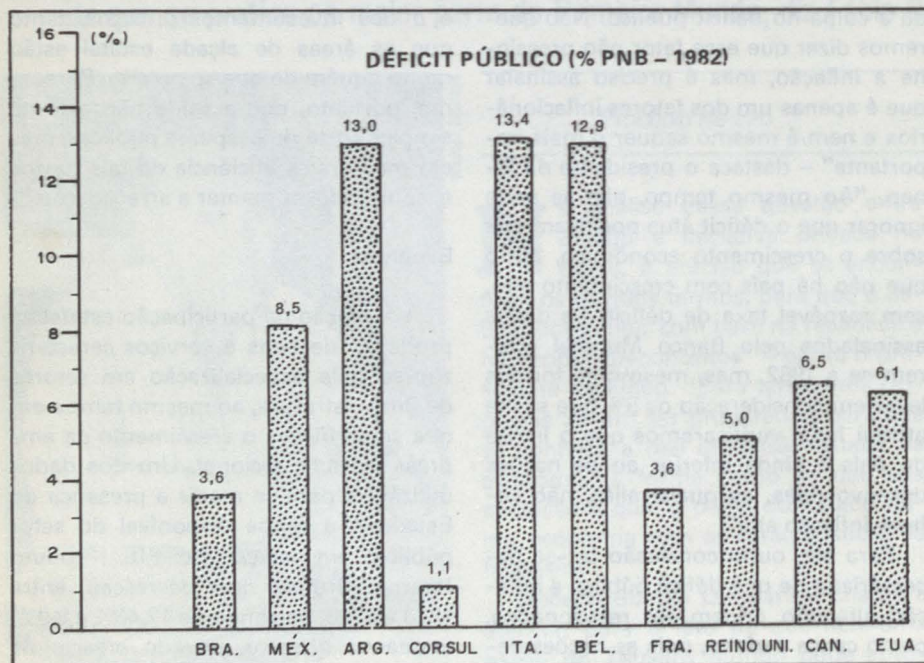
Para o presidente da Finep, o Brasil começa a dominar tecnologia, com a possibilidade de desenvolver os chamados setores de ponta, de modo a adqui-

rir dinâmica própria e poder passar a uma estrutura industrial mais adequada à nossa realidade, extraindo maior eficiência dos investimentos. Ele compara o confronto entre industrialistas e agraristas, nos anos 50, ao que hoje põe, em campos opostos, os progressistas, favoráveis à plena capacitação tecnológica do país, e os conservadores, adeptos da estratégia de importar as descobertas dos mais adiantados.

“Este é o confronto mais nítido, hoje em dia, e o tema central é a capacitação tecnológica. Tudo o mais gira em torno disso. E, quando falamos em capacitação tecnológica, lembramos que o Estado, nesse novo impulso do desenvolvimento, tem papel fundamental a desempenhar. O motivo é simples: o capital externo não colabora em desenvolvimento tecnológico” – observa Macedo Soares Guimarães.

Ele compara os dois momentos, lembrando que, para a industrialização, o capital externo colabora, reservando para si os setores mais dinâmicos. Mas, para a etapa do domínio da tecnologia, somente o próprio país pode abrir caminho, pois a empresa estrangeira não repassa o conhecimento. Ele dá um exemplo: se, por acaso, a IBM se retirar do país, a IBM do Brasil ficará tecnologicamente desguarnecida, pois todo o conhecimento é da matriz estrangeira.

Por isso, viu com preocupação o recente documento enviado pelas transnacionais à Federação das Indústrias de S. Paulo-Fiesp, conclamando à formação de uma frente do empresariado, nacional e estrangeiro, para influir na Constituinte, de modo a estabelecer uma maior abertura do Brasil ao capital de fora, considerado essencial para a solução dos problemas econômicos in-

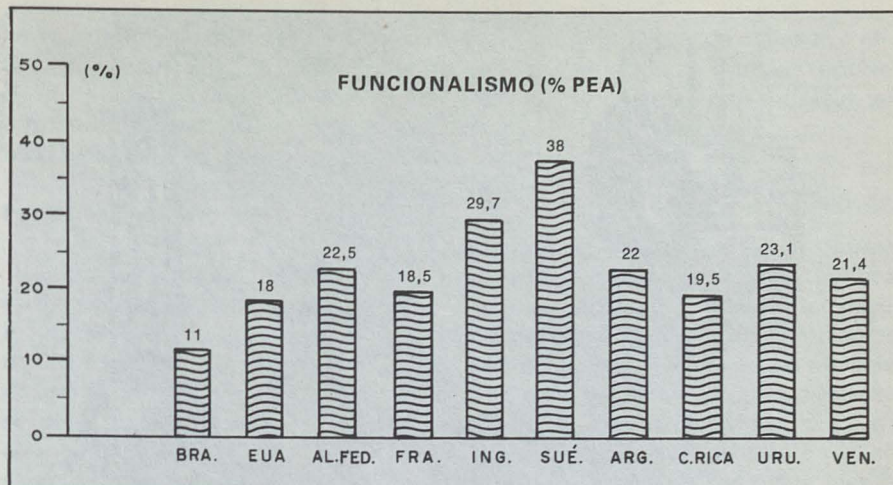


Fonte: Banco Mundial, 1986

ternos, e tendo como uma das metas eliminar ou impedir reservas de mercado, a estratégia nacional para desenvolver tecnologia.

"Na realidade, a participação estatal não é grande, não cresceu e é necessária" – frisa Macedo Soares Guimarães. "O que se deve destacar é que há carência de investimentos no país e que ao Estado cabe conduzir o desenvolvimento nacional, pelas particularidades que este apresenta. Existe um aspecto estratégico. Não estamos numa situação em que apenas se necessite dar estabilidade ao sistema econômico – que é a preocupação nas economias desenvolvidas – mas estamos obrigados a crescer, para superar o atraso, e a pobreza, os desequilíbrios regionais. E nos defrontamos, ainda, com uma questão histórica: estamos numa fase de mudança, estamos adquirindo novas feições".

Segundo ele, o confronto de idéias, que hoje se verifica, repete outros mo-



Fonte: Sérgio Cutolo dos Santos – Jul/87

mentos da nossa história, em que se definiram grandes linhas de atuação. E, em tais ocasiões, sempre há gente a favor da história e gente contra a história, mas o pensamento dominante tem sido o que leva a avanços, mesmo em cir-

cunstâncias desfavoráveis. Ele recorda que, tocado pela opinião pública, um Congresso de predominância rural soube aprovar programas decisivos para a industrialização brasileira, no passado, e o mesmo pode ocorrer agora. ●

Privatização Um problema complexo

É fácil demonstrar a importância das estatais no desenvolvimento nacional e ver a ação do Estado nas economias ocidentais

Domar Campos

Mal colocado entre nós no Brasil, muito mal colocado mesmo, o complexo problema da preferência tendencial da economia brasileira para a estatização econômica, muito embora o privatismo seja de fato o sistema prevalecente. O estatismo não é um sistema e sim um agregado que tende a ser principal, mas ainda representando a parte complementar e de fortalecimento dos pontos fracos do sistema liberal e privatista, de livre concorrência e de livre iniciativa, enfim as bases do sistema capitalista.

Acontece que o sistema liberal e capitalista não dispensa essa complementação há muito tempo. Mais ainda, os famosos princípios calcados na magia da filosofia libertária nunca existiram em estado de pureza. Sempre foram estimulados por formas artificiais de operação da economia, tais como a intervenção de governos ou a formação de poderes do próprio privatismo

como os monopólios e oligopólios, que, apesar de privados, são heterodoxos àqueles princípios.

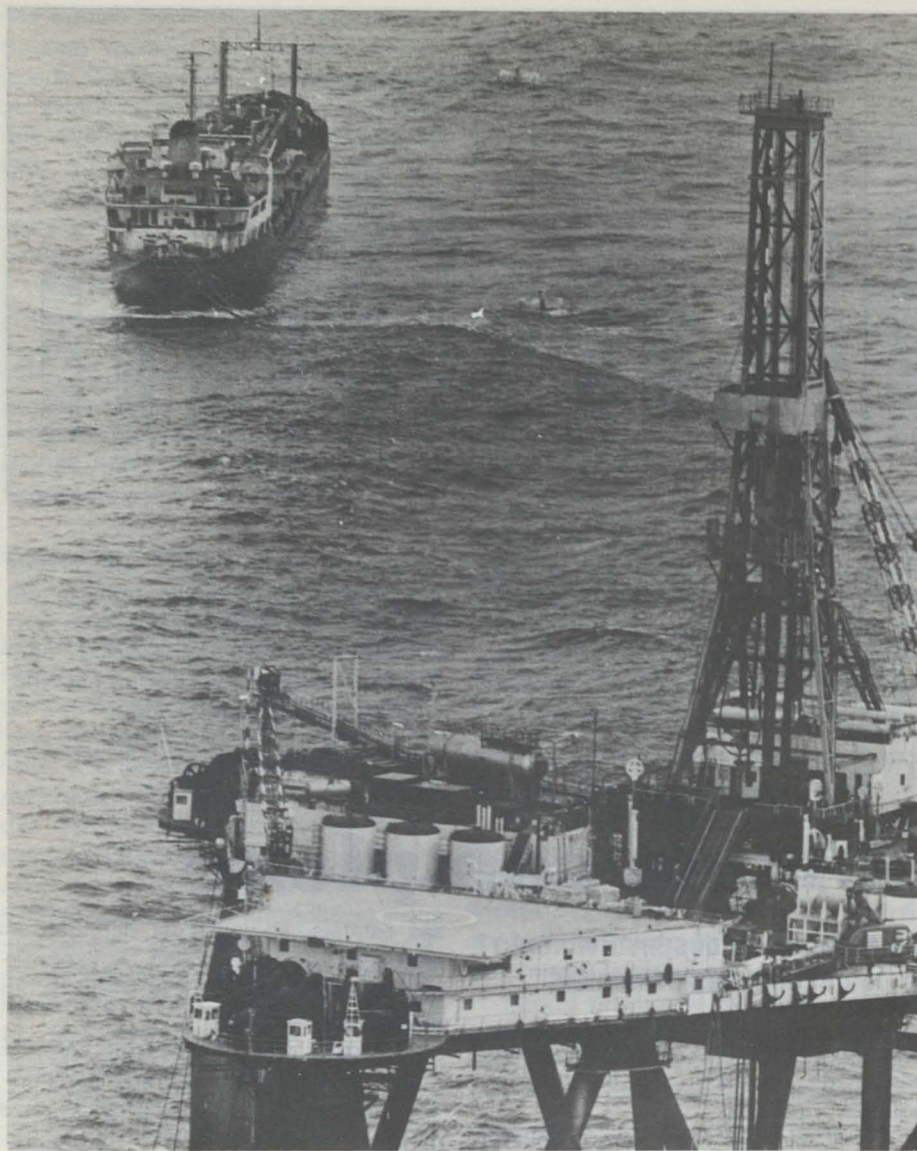
Até aí nada de novo se o problema do estatismo ou das empresas estatais não tivesse sido colocado aqui no Brasil, de forma radical, congregando grandes e poderosas forças de informação, afirmando e enfatizando a inconveniência da participação do Estado na economia do país e, ao mesmo tempo, a necessidade vital da preservação e expansão do privatismo ou das empresas privadas. A questão é de natureza polêmica, mas não está sendo discutida ou polemizada. É muito pouco o debate. De modo esmagador, o que se vê é a condenação do estatismo. São poucas as análises sobre o problema, que não estejam limitadas a conclusões setoriais que não chegam sequer a levantar a ponta do véu da coexistência do estatismo ou do capitalismo de Estado com o sistema liberal e de livre empresa.

Essas manifestações, tão radicais como constantes, de ataque às empre-

sas estatais, ao invés de defender os princípios do liberalismo e espontaneísmo, são uma rejeição implícita ao diálogo democrático.

O certo é que o liberalismo vem, há muito, incorporando não apenas métodos complementares e passageiros, mas métodos básicos e estáveis do capitalismo de Estado, como a intervenção do governo, sistemática e indiscutível, e a organização e operação econômica direta através das empresas estatais, empresas de economia mista, autarquias e outras modalidades intervencionais, geralmente nos setores mais dinâmicos e decisivos da política econômica do país.

É verdade que existe atualmente uma transformação profunda de âmbito mundial, mas é ainda mais profunda e urgente no mundo liberal capitalista. Provavelmente porque as sociedades liberais e capitalistas mais evoluídas se inclinam para maior disciplina e racionalismo dos seus sistemas econômicos, sinônimos de programação econômica e intervenção do Estado. É o que se constata nos países ocidentais, sobretudo europeus e sul-americanos mais desenvolvidos. Aqui, no Brasil, parado-



Petrobrás: símbolo da consciência desenvolvimentista e esteio do progresso brasileiro

xalmente, existe uma campanha radical e persistente contra o estatismo e as empresas do Estado.

Sistema em evolução

As empresas estatais no Brasil, realmente, são vítimas de uma campanha tão inconsistente quanto irracional, acusadas de, praticamente, todos os males que nos afligem. A empresa estatal é assim um verdadeiro "bode expiatório" da crise econômica brasileira. É acusada de empreguismo, de corrupção, da dívida externa, da inflação, do déficit orçamentário. Ora, isso é por demais simplista. Dir-se-ia que reflete o recrudescimento, entre nós, da ideologia do espontaneísmo, do *laissez-faire*.

No entanto, o que está acontecendo

nos países de economia liberal e no Brasil, é um fato simples e normal do sistema capitalista. No caso brasileiro, o empreendimento estatal com o Banco do Brasil tornou-se possível, apesar da oposição de forças poderosas contrariadas, na hora devida, determinada pelas necessidades da estrutura econômica do país. As empresas estatais foram se sucedendo, como a Companhia Siderúrgica Nacional; a Petrobrás, Eletrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, atendendo cada uma delas às necessidades urgentes desses setores básicos da indústria nacional. As empresas financeiras de fomento, também estatais, foram sendo criadas concomitantemente para assegurar recursos nacionais de maior vulto aos empreendimentos da indústria básica e de intensificação do comércio

Agência "O Globo"

exterior já indispensáveis e urgentes. Não há segredos nessa tendência da atividade econômica. Foi imposição do próprio sistema que não estava sendo atendido pelo privatismo nacional e estrangeiro. O nacional, pela sua insuficiência econômica e financeira e o estrangeiro, pela morosidade de decisão em estimar a segurança e lucratividade do seu investimento.

Além disso, o momento era oportuno para a criação das empresas estatais industriais de grande porte, por haver evoluído no país a mão-de-obra técnica e especializada em geral, resultante do dinamismo do desenvolvimento econômico, particularmente da indústria de bens de consumo final e de consumo durável de determinadas categorias.

As hidrelétricas brasileiras

As acusações de obras faraônicas se referem principalmente aos empreendimentos hidrelétricos, pelas suas dimensões e alto custo. Deve ser respondido com uma pergunta: onde o excesso, o faraônico, se há poucos meses, o governo iniciou um programa de racionamento de energia? Tal fato bastaria para desmentir qualquer acusação desse tipo. Além disso, as hidrelétricas brasileiras, de nível técnico e eficiência reconhecidos internacionalmente, estão trabalhando a plena capacidade, sem falhas, e ainda assim sua produção não chega a satisfazer o crescimento do consumo nacional.

Os contratos de risco

Eis aí um exemplo interessante de confronto entre empresa estatal brasileira e privada, mesmo estrangeira, não para medir produtividade ou gastos excessivos, mas para mostrar o grau de liberalidade do estatismo no Brasil. Tendo a Petrobrás o monopólio da exploração do petróleo no país, instituído pela Lei 2.004, em 1954, há cerca de 15 anos o governo brasileiro concedeu fazer uma abertura no monopólio instituindo os chamados "contratos de risco", pelos quais empresas estrangeiras poderiam pesquisar e explorar petróleo em território brasileiro. Desse modo, concorrendo com a empresa monopolista e estatal, a Petrobrás. Esses contratos foram realizados seguindo e proporcionando as condições exigidas pelas em-

presas privadas, permitindo alcançar seus objetivos de lucro máximo e mínimo risco da aplicação de seu capital. Poucas se apresentaram e, até hoje, há cerca de 15 anos, nenhuma tirou uma gota de petróleo do solo brasileiro.

Por que? Com certeza porque a prospecção e descoberta do petróleo no Brasil sobretudo, é coisa difícil e dispendiosa, ou seja, um verdadeiro contrato "de risco", e portanto pouco a propósito para empresas que buscam o lucro seguro e máximo e risco mínimo para seus investimentos. Ou seja, a propósito para a Petrobrás, que busca essencialmente a solução do problema energético do Brasil. São fatos.

Outros programas estatais

Assim como, depois de anos de luta tenaz, foram esquematizadas, programadas e postas em execução a exploração e produção de petróleo por um plano estatal bem elaborado e elogiado no exterior, inclusive nos Estados Unidos, outros setores de produção industrial foram criados obedecendo a planos governamentais, de inspiração e responsabilidade do Estado brasileiro. Planos que tiveram grande êxito, inclusive alguns que objetivaram a implantação de indústrias que seriam, depois, da responsabilidade direta de empresas privadas, nacionais e estrangeiras.

Esses programas mudaram profundamente a estrutura industrial do Brasil bem como do comércio exterior, uma vez que aquela política estatal era basicamente de substituição de importações e de fomento às exportações. Essas atividades industriais eram, fundamentalmente, de bens de consumo durável e de bens de produção. Portanto, um nível superior e sofisticado da produção industrial, que mais tarde tornou-se setor importante de comércio exterior, particularmente de exportação. É exemplo a Companhia Vale do Rio Doce, que permitiu extraordinário aumento das exportações de minério de ferro e a pesquisa mais eficiente de minerais em geral, em todo o país.

Notável também foi a produção substitutiva de importações de veículos, da indústria automobilística e da indústria naval. A exportação de produtos industriais, veículos, navios, produtos siderúrgicos e metalúrgicos passou a ser maior do que a de produtos primários.

Esses setores industriais, desde os estudos iniciais para a implantação até o início de produção, tiveram o controle e a responsabilidade direta do poder público brasileiro.

Programa financeiro

E isso não teria sido possível se, paralelamente ao desenvolvimento dessas indústrias, não tivessem sido programados e realizados também pelo Estado, outros tantos empreendimentos, esses financeiros, de fomento e sustentação dos projetos industriais que estavam sendo implantados. Foi assim criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE, que não faz

social do país de grande utilidade e eficiência, sentidas no resultado notável dos projetos que apoiaram com seus recursos.

Tendência mundial

Se não é difícil demonstrar a enorme utilidade e importância das empresas estatais na *demarage* do desenvolvimento econômico do Brasil nas últimas décadas, mais fácil ainda é mostrar, pelo exemplo histórico, que a participação e interferência dos governos nas economias dos países ocidentais, é não só uma tendência antiga, como que vem se acentuando ano após ano.

Nos setores de produção, comerciali-



Nos anos 60, já se dizia que grande parte da iniciativa privada dependia da Rua Primeiro de Março. (Na foto, o Banco do Brasil, à Rua Primeiro de Março, Rio)

zando e financeiro, é bastante alto o grau de participação direta do Estado na França (indústria naval, automobilística, petrolífera, bancos); Alemanha Ocidental (indústria naval, química, bancos); Inglaterra, (indústria naval, aço, carvão); Itália, (indústria naval, petróleo). Em condições semelhantes, não devem ser esquecidos a Suécia, Espanha, Portugal, entre outros países.

O Japão e os Estados Unidos, atualmente as duas maiores potências capitalistas do mundo, não estão imunes ao capitalismo de Estado, na medida em que o Estado joga todo o seu poder na defesa de suas empresas, na sua expansão e sustentação, tanto interna como externamente. Essa intervenção difere

do modo como é praticada nos outros países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas é, sem dúvida, intervenção estatal por seus efeitos e métodos diretos e indiretos.

O Japão

A força do Estado japonês se concentra nas suas transnacionais gigantes, que atuam e crescem em todo o mundo, até dentro dos Estados Unidos, competindo com as empresas norte-americanas. Para exercer com êxito essa concorrência, recebem do Estado ajuda, direta e indireta, muito elevada. Essa ajuda no entanto é mascarada de muitas maneiras, pois o Japão deve aparecer como um dos líderes do liberalismo no mundo e, nesse sentido, também parceiro dos Estados Unidos.

São fatos por demais conhecidos. Os maiores denunciadores dos métodos intervencionistas do Japão são os próprios empresários norte-americanos, atingidos pelo poder de concorrência das transnacionais japonesas. Dizem eles, sem subterfúgios, que não podem competir com empresas tão amparadas pelo governo, até mesmo fora dos métodos normais de defesa e de estímulo econômico e financeiro, empresas que não temem a falência, que não falem, como, ao contrário, acontece com as empresas norte-americanas.

Os Estados Unidos

A economia norte-americana é, provavelmente, a que mais tem se aproximado dos princípios de livre empresa, com um mínimo de intervenção estatal, pelo menos de forma direta, exceção apenas para os períodos das duas últimas guerras mundiais e por ocasião da grande crise no final da década de 20 e começo da década de 30. É preciso dizer também que os Estados Unidos têm sido um defensor convicto do sistema econômico liberal e capitalista em todo o mundo. Até hoje isso foi possível devido ao enorme potencial econômico do país e à sua condição de centro dinâmico da economia mundial, que lhe permite, de uma forma ou de outra, o ressarcimento de qualquer eventual prejuízo em decorrência dessa posição aparentemente quixotesca.

Há bastante tempo, contudo, os Estados Unidos perceberam que não eram

correspondidos nessa posição, pelo menos na mesma proporção, pelos seus parceiros de livre empresa e livre concorrência. Havia mesmo uma concordância implícita sobre a tolerância norte-americana, sem o formalismo de acordos e protocolos, mas os Estados Unidos perdiam muito e, por isso, vêm reagindo, cada vez mais diretamente.

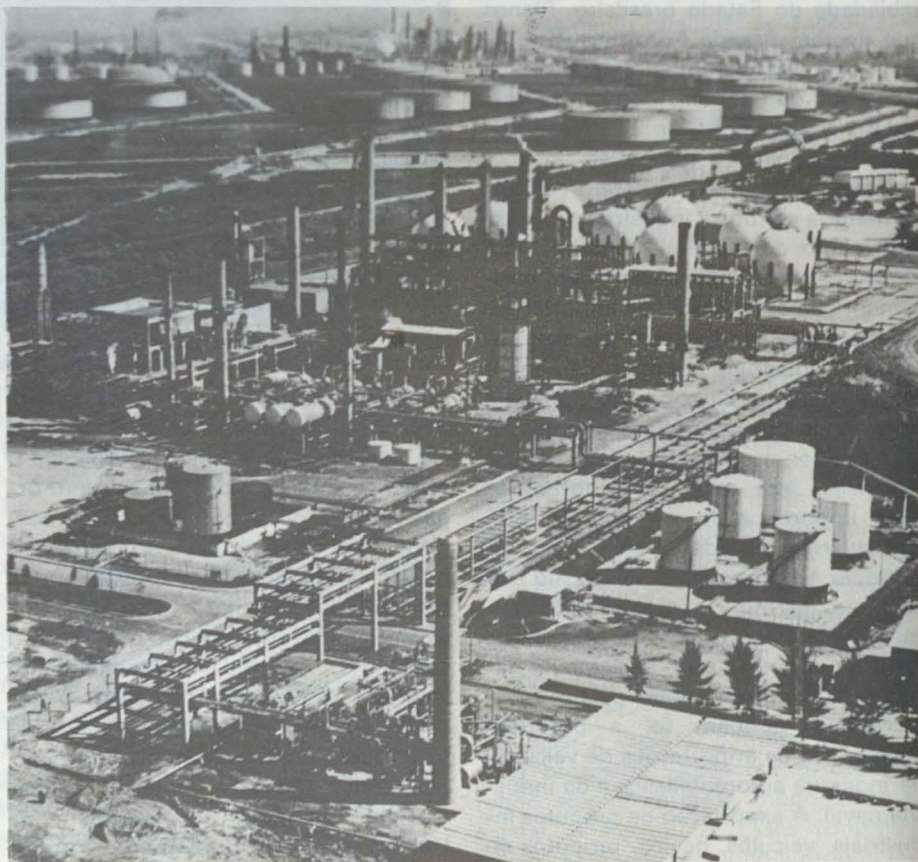
E essa reação se processa através de maior participação do Estado, em defesa de suas empresas que não têm se mostrado muito eficientes na concorrência no mercado internacional, sobretudo com as empresas dos seus principais parceiros no liberalismo, Japão e Alemanha Federal. O governo dos Estados Unidos atua fortemente, com exigências diretas, mesmo quando suas posições negativas decorrem de operações aparentemente normais no mercado internacional.

Foi o caso das exportações brasileiras de produtos siderúrgicos, sapatos e computadores, que provocaram do governo dos Estados Unidos ameaças de represálias por concorrência dita desleal, ameaçando causar falências e desemprego. E isso, apesar do poderoso

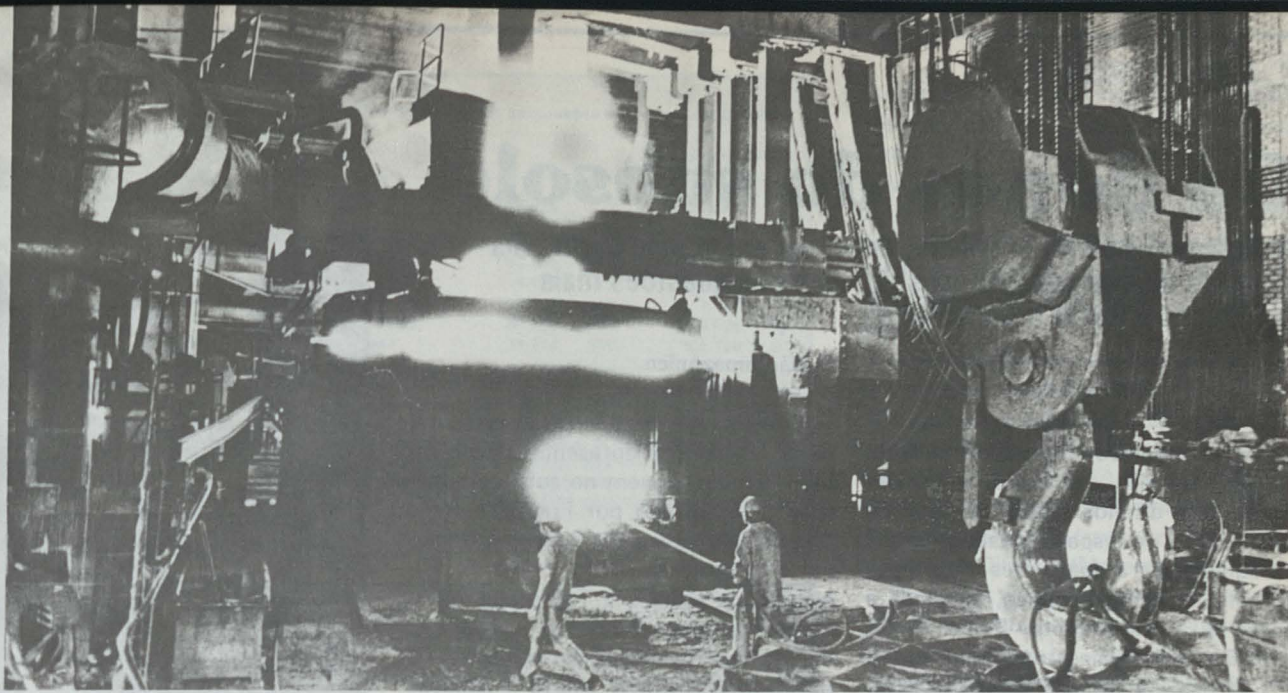
Import Export Bank, entidade financeira norte-americana estatal de fomento ao comércio exterior dos Estados Unidos.

No caso dos parceiros e concorrentes desenvolvidos, Japão e Alemanha Federal, a ação do governo norte-americano se faz sentir principalmente através do mercado de câmbio, das oscilações das moedas japonesa e alemã em relação ao dólar. O objetivo é quase sempre no sentido da valorização dessas moedas e consequente desvalorização da moeda norte-americana, com isso encarecendo os produtos japoneses e alemães no mercado internacional e aumentando o poder de concorrência dos produtos norte-americanos.

Essas manobras, entretanto, muitas vezes impostas claramente pela administração norte-americana, acabam por causar perturbações na área financeira do mercado internacional. Por outra parte, tais contradições nas relações econômicas e financeiras entre os países capitalistas mais desenvolvidos dão a medida e o grau de artifícios existentes atualmente no sistema de livre empresa e livre concorrência. E, desse modo, comprometem cada vez mais a posição



As refinarias nacionais sustentam expansão industrial com matérias-primas



A siderurgia marcou nossa história como o primeiro gesto consciente para a montagem de infra-estrutura básica

Agência "O Globo"

dos Estados Unidos de líder do liberalismo mundial, aumentando, em consequência, a presença intervencionista do Estado na economia e no mercado financeiro em todo o mundo.

O programa do *New Deal* foi realizado, nas décadas de 30 e 40, com a presença estatal, e a economia dos Estados Unidos saiu da crise e voltou a seu anterior dinamismo. A mola propulsora foi a intervenção do Estado, através de um

programa de governo típico e pleno, mas a economia do país voltou ao liberalismo econômico, ao capitalismo. Até quando? Essa é a questão e a polêmica da atualidade.

Certamente que o debate em bom nível sobre esse importante assunto é parte da ciência econômica e, portanto, construtivo. Infelizmente entre nós, no Brasil, poucos economistas discutem o problema seriamente, em nível elevado. Por outro lado, campanhas insidiosas procuram desmoralizar *a priori* as empresas estatais, quando, ao contrário, os brasileiros deveriam ser estimulados a respeitar e admirar as suas empresas, que mudaram a estrutura econômica do país em menos de 40 anos, que a elevaram a um nível superior. Nesse período, o Brasil, basicamente pelo extraordinário fortalecimento estrutural proporcionado pela intervenção do governo através das empresas estatais, transformou-se numa potência econômica média, industrialmente desenvolvida. Entretanto, forçoso é dizer que ainda é muito pouco em face das condições inferiores da estrutura social em geral do país, apresentando níveis subdesenvolvidos dos mais baixos do mundo. De qualquer forma, a estrutura atual criada – repetimos – pelos empreendimentos estatais fundamentalmente, permitirá que novos modelos de programação econômica e social tirem o país do quadro humilhante dos baixíssimos padrões de seu povo em geral. ●

Prós e contras

□ Na Constituinte, a questão da presença do Estado na produção de bens e serviços é um dos temas mais debatidos, com intransigentes defensores das posições de um e outro lado:

Um crítico – Nós consideramos que o problema das empresas estatais constitui uma das questões mais graves para a administração pública brasileira e para o nosso próprio desenvolvimento social e econômico. Urge que aquelas empresas estatais que estejam dando prejuízo venham a passar para as mãos de particulares ou sejam extintas. São os dois processos possíveis. Pela má situação em que se encontram, há mais de 300 que precisam ser extintas. Não quero citá-las para não melindrar ninguém, mas o fechamento dessas estatais deve ser feito de maneira clara e enérgica.

(Dep. Bonifácio de Andrada, PDS/MG)

Um defensor – Nós não somos desses privatistas, que estão usando essa tese de que tudo que é do governo está ruim. Há empresas que precisam continuar com o Estado, mesmo que não sejam tão lucrativas. Elas tratam de questões fundamentais para a nação e são muito importantes no processo de acumulação, inclusive do próprio setor privado. Acusam muitas empresas estatais de pouca rentabilidade. Mas, o que ocorre é que, na verdade, elas fornecem insumos baratos à empresa privada. Se cobrassem preços reais, obteriam grandes lucros, mas dificultariam a acumulação do setor privado. Vejo uma tremenda hipocrisia nessa campanha. No fundo, o que querem é o filé para o setor privado e o osso para o setor público.

(Dep. Plínio de Arruda Sampaio, PT/SP)

Os donos do subsolo

O desenvolvimento brasileiro, depende, em grande parte, das riquezas acumuladas no subsolo, uma das questões mais polêmicas a agitar a Constituinte

Carlos Gondim

No fabuloso mundo do subsolo brasileiro, um único grupo detém direitos sobre um total de 192.958km², um espaço igual ao Paraná ou equivalente a duas vezes o território do estado de Pernambuco, ou ainda a quase 80% da área do Reino Unido (Grã-Bretanha, Gales, Irlanda do Norte): é a associação British Petroleum/Brascan, detentora de áreas mais vastas que a própria Companhia Vale do Rio Doce, principal estatal brasileira do setor, ou que as quatro principais mineradoras privadas nacionais. O gigantismo da presença da British Petroleum/Brascan ressalta, sob qualquer ângulo que se queira enfatizar: ela sozinha equivale a 48,8% das áreas dos grupos econômicos estrangeiros com reservas no subsolo brasileiro, a 52,3% de toda a área dos grupos econômicos privados nacionais ou a 68% das áreas de empresas estatais.

Essa é uma amostra das características que envolvem o mundo da mineração no país, um setor de importância estratégica, onde se movem pessoas físicas, grupos econômicos (estrangeiros, nacionais privados e estatais) e empresas isoladas, que já detêm uma área total de 1.623.429km², onde existem metais preciosos, minerais raros e abundante matéria-prima para setores industriais. É um mundo em que a organização empresarial convive, nem sempre pacificamente, com a espontaneidade dos garimpeiros, e ambos esbarram, em muitas das áreas mais ricas, com a presença do homem pré-metal, o índio. (A propósito, veja a matéria "A Guerra dos Minérios"). É uma área, cujo conhecimento mais detalhado hoje se faz através de recursos sofisticados, como satélites, e onde, mais do que tudo, é fundamental chegar primeiro, mesmo que apenas no papel. Nesse mundo, dormita grande parte do potencial de desenvolvimento brasileiro.

O filão amazônico

O mais recente quadro do setor mineral brasileiro é apresentado pelo estudo "Quem é quem no subsolo brasileiro", organizado por Francisco Rego Chaves Fernandes, do Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT. Elaborado para "subsidiar a avaliação da política de recursos minerais do país", mostra como estava a situação até fins de outubro do ano passado.

De início, ressalta a importância da Amazônia no interesse do segmento minerador, pois lá se concentram hoje cerca de 80% dos lotes requeridos para pesquisa e exploração, e igual percentagem em termos de quilômetros-quadrados.

Os 60.720 lotes requeridos, no conjunto do país, perfazem um total de 1.624.555km², que correspondem a 19% do território brasileiro, sendo que 65% dos lotes localizam-se na região norte (976.553km²) e 23% na região centro-oeste (337.021km²), a qual está parcialmente inserida na área amazônica. É evidente, portanto, a predominância das duas regiões como alvo principal dos interesses da mineração. (Veja Quadro 2.)

Nessas duas regiões, concentram-se, igualmente, os grupos estrangeiros, que detêm as seguintes proporções, em km² de áreas requeridas: Rondônia, 54%; Amapá, 43%; Amazonas, 31%; Mato Grosso, 70%; Goiás, 55%. Como destaque, a British Petroleum/Brascan.

A chave do acesso

O acesso às riquezas do subsolo brasileiro faz-se através de uma legislação, que prevê um ritual iniciado pelo pedido de pesquisa, a que se segue a autorização de pesquisa, o licenciamento e, por fim, a concessão de lavra. Entre um pedido de pesquisa e a concessão de lavra pode transcorrer muito tempo, porque as autorizações e os licenciamentos po-



Serra Pelada: a lavra manual move milhares

dem sofrer renovações seguidas, sempre pelo prazo de três anos, cada vez.

Outro aspecto importante, nesse ritual, é que o simples pedido de pesquisa bloqueia a área a favor da pessoa ou empresa solicitante, por um prazo de duração indefinida, o que pode levar jazidas importantes ou áreas imensas a ficarem improdutivas, a critério exclusivo de quem se beneficia de tal reserva sem compromisso.

A legislação estabelece, ainda, um limite de posses, ou seja, cada pessoa ou grupo econômico não pode deter mais que 50 áreas, uma preocupação de se impedir a formação de trustes. Mas, qual o comportamento que se verifica, na prática, com relação a tal determinação? Diz o estudo do CNPq: "Se fosse cumprida, impediria que uma só pessoa jurídica ou física fosse concessionária da União de uma área total do subsolo brasileiro superior a 50 lotes contíguos ou dispersos, no território nacional. Mas, na prática, tal não acontece, porque, para a finalidade ilícita de não cumprir a lei, os grupos econômicos criam empresas fantasmas, subsidiárias integrais com o mesmo endereço, diretores e sócios, com capital insignificante que chega a ser de um cruzado". O expediente permite que a British Petroleum/Brascan tenha 112 empresas, a Anglo-American/Bozzano Simonsen atue com 54, a Arbed/Broken Hill se estenda em 23, e a nacional privada Paranapanema em 31.

O subsolo brasileiro e as áreas reservadas em outubro de 1986, segundo concessões de lavra, licenciamentos, autorizações de pesquisa e pedidos de pesquisa

Posição em 24/10/86

Titulares ou requerentes (Pessoas Fís. e Jurídicas)	Prazo legal de compromisso da União	Nº de áreas	%	Nº de km ²	%
Total Brasil		60.720	100%	1.624.555	100%
Concessões de lavra	Perpétuo	4.238	7%	22.033	1%
Licenciamentos	3 anos, renovável	2.622	4%	1.126	0%
Autorizações de pesquisa	3 anos, renovável a juízo da União	30.386	50%	798.626	49%
Pedidos de pesquisa	Indeterminado, bloqueia a área	23.474	39%	802.769	50%

1. **Fonte Estatística Primária.** DNPM/MME - Prosig: Sicom-Cadastro, Fita Magnética com os dados essenciais contendo o nº do protocolo DNPM, CGC ou CPF do requerimento; localização da área (município, distrito e estado); tipo de diploma atual; data DOU atual; prazo; hectares; substâncias requeridas. Cedida pelo DNPM em 24/10/86. 2. - **Processamento.** MCT/CNPq-LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica. 3. **Terminologia.** Áreas bloqueadas = áreas oneradas (concessões + autorizações + licenciamentos) + áreas com pedidos de pesquisa (Pelo atual regulamento do Código de Mineração - Art. 16: A precedência de entrada do requerimento de pesquisa no protocolo do DNPM, constitui direito de prioridade do requerente, bloqueando a área até decisão do DNPM, que tem prazo indeterminado para sua análise).

O subsolo brasileiro e as áreas reservadas e oneradas em outubro de 1986. Por Grandes Regiões e Unidades da Federação

Unidades da Federação/Regiões	Km ²				Área Subsolo/Área terrestre em km ² (%) (Conc. + Aliv. Pesq.)	Onerada
	Pedidos Pesquisa	Alvará Pesquisa	Concessões de Lavra	Total Geral		
Brasil	802.770	798.626	22.033	1.623.429	19,2%	9,7%
Região Norte	540.001	425.498	11.054	976.553	27,5%	13,3%
Acre (AC)	901	98	0	999	0,7%	0,06%
Amapá (AP)	45.563	32.944	129	78.636	56,5%	23,7%
Amazonas (AM)	145.770	82.087	1.693	229.550	14,8%	5,4%
Pará (PA)	219.047	252.914	7.093	479.054	39,9%	21,2%
Rondônia (RO)	66.472	44.357	2.139	112.968	46,5%	19,1%
Roraima (RR)	62.248	13.098	0	75.346	34,5%	5,0%
Região Centro-Oeste	121.896	213.545	1.580	337.021	18,0%	12,7%
Distrito Federal (DF)	34	220	27	281	4,9%	4,3%
Goiás (GO)	41.854	75.119	713	117.686	18,3%	11,8%
Mato Grosso (MT)	75.055	136.132	707	221.894	24,1%	15,5%
Mato Grosso do Sul (MS)	4.953	2.074	133	7.160	2,0%	0,6%
Região Nordeste	47.332	71.854	2.748	121.934	8,0%	5,8%
Região Sudeste	66.590	55.363	4.048	125.999	13,7%	8,6%
Região Sul	22.966	32.409	8.609	57.984	10,0%	7,7%

1. **Notas:** a) Idêntica ao Quadro 1; b) Anuário Estatístico do Brasil. 2. **Notas:** a) Excluíram-se os Licenciamentos; b) O Total Brasil não coincide com a soma das Regiões porque existem áreas do subsolo em duas ou mais regiões.

Mas, qual o segredo que permite a uma transnacional, por exemplo, o acesso ao subsolo brasileiro, o que a legislação proíbe, expressamente? Segundo a Constituição ainda em vigor, a autorização ou concessão será dada "exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país".

O estudo explica o mecanismo utilizado: "A expressão constitucional 'sociedades organizadas no país' somente veda o acesso ao subsolo brasileiro a empresas organizadas no exterior. Ou seja, permite o acesso a toda e qualquer empresa registrada numa Junta Comercial do Brasil, independentemente de seus sócios serem estrangeiros, privados nacionais ou estatais. Por exemplo, a British Petroleum PLC, com sede no Reino Unido, não pode ter acesso ao

subsolo brasileiro, mas a BP Mineração Ltda., com sede no Rio de Janeiro e controlada a 100% pela BP do Reino Unido, pode ter acesso ao subsolo".

Assim, os grupos econômicos estrangeiros podem deter 38,1% da extensão total das áreas, enquanto os grupos privados nacionais têm 35% e nossas estatais não passam de 26,9%. Essa questão aponta, com clareza, a importância e o alcance da definição do que seja empresa nacional, um dos nós górdios com que se debate a Constituinte.

Reservar e produzir

Uma das características do quadro revelado pelo estudo é que não há correspondência entre a extensão das concessões de um grupo e a presença deste

na produção mineral brasileira. A British Petroleum/Brascan e suas 112 empresas detêm 18,3% de toda a área mineral reservada no país, sendo, individualmente, o maior grupo, à frente da própria Companhia Vale do Rio Doce. Mas, na produção mineral brasileira, responde por apenas 1,3% e ocupa a modesta 16ª posição.

Com relação aos minerais, o interesse dos maiores grupos estrangeiros dirige-se para a cassiterita (BP/Brascan-transnacional), ouro, níquel, nióbio, tungstênio e prata (Anglo-American-África do Sul/Bozzano Simonsen), ferro (Arbed/Broken Hill-transnacional), nióbio (Union Oil-EUA/Moreira Salles).

Os outros 11 maiores grupos estrangeiros, embora detendo um total de áreas superior a 100.000km², não apresentam qualquer produção mineral no país. São eles: Dunbras, Eike Furken Batista e Associados Estrangeiros (transnacional); BRGM (Serem-França); Rhône Poulenc (França); Inco (Canadá); Royal Dutch/Shell (Billiton-transnacional); South American Placers (Panamá); Western Mining (Austrália); Reynolds Metals Co. (EUA); Rio Tinto Zinc Corp. (Reino Unido); Fluor Corp. (EUA); Gencon/General Mining/Union Corp. (África do Sul).

A concentração de áreas em mãos dos grupos econômicos, com destaque para os estrangeiros, é de tal ordem que, de acordo com o estudo do CNPq, "com uma dúzia de representantes dos maiores grupos sentados à mesa, a União, poder concedente do subsolo brasileiro, teria na sua presença mais da metade do loteamento nacional do subsolo".

A concentração, aliada ao baixíssimo índice de atuação real, é uma das causas de problemas com garimpeiros, particularmente na Amazônia. Segundo estudo recente de Alfredo Wagner Berno de Almeida, divulgado na revista "Humanidades", da Universidade de Brasília, edição de fevereiro-abril, "as províncias auríferas garimpadas, que se localizam na região amazônica, têm se constituído em zonas críticas de tensão e conflito, envolvendo diferentes grupos sociais com interesses os mais colidentes".

Ainda segundo Berno de Almeida, a garimpagem tem se expandido espontaneamente, em geral a partir das áreas autorizadas para a atividade, as quais,

por algum motivo, estimulam a ocupação de outras faixas nas redondezas. Dados do ano passado indicavam uma crescente expansão dos grupos dedicados a essa atividade, estimando-se um total de 400 mil garimpeiros. Com isso, já chegam a 64 as situações de conflito. "Levantamentos do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário - diz ainda o estudo de Alfredo Wagner Ber- no de Almeida - concernentes a atos de violência registrados em conflitos de terra, envolvendo áreas de garimpo, as- sinalam a ocorrência de pelo menos 25 homicídios dolosos, entre janeiro de 1985 e agosto de 1986, de dezenas de casos de desaparecimento de garimpeiros e de inúmeras situações de despejo, com atos de constrangimentos físicos, perpetrados por mineradoras".

Em tais áreas, há ocorrência de ouro, diamante, ametista, opala, pedras coradas, berilo, tantalita e cassiterita.

A importância das reservas minerais para o desenvolvimento brasileiro torna oportuno o exame da questão, em to-

Principais Grupos Econômicos no Subsolo Brasileiro

Origem do Capital	Nº de Empr.	Número de km ²			%	%	%
		Pesq.	Pesq.	Lavra			
Estrangeiros	473	181.407	216.624	3.726	401.757	38,1	100,0
British Petroleum/Brascan	112	95.829	96.619	510	192.958	18,3	48,8
Anglo-American/B. Simonsen	54	18.208	32.654	205	51.067	4,8	12,7
Arbed/Bröken Hill	23	13.400	16.449	53	29.902	2,8	7,5
Samuel Hill/T. Valley/Dunsam	20	10.950	14.770	—	25.720	2,5	6,4
Outros	264	43.020	56.132	2.958	102.110	9,7	25,4
Nacional Privado	630	186.735	171.136	10.698	368.569	35,0	100,0
Parapanema	31	33.306	26.854	1.581	66.741	6,3	18,2
M. Batista Aranha/Dias Leite	32	33.833	7.906	20	41.759	4,0	11,3
Brumadinho	36	12.234	27.300	1.038	40.572	3,9	11,0
Best	10	19.545	19.582	165	39.292	3,7	10,7
Outros	521	82.817	89.494	7.894	180.205	17,1	48,9
Nacional Estatal	142	130.149	149.149	3.236	283.076	26,9	100,0
CVRD	34	89.679	77.729	1.372	168.780	16,1	59,5
CPRM	1	20.066	38.828	0	58.894	5,6	20,8
Sist. Est. entre os quais:	71	13.939	21.919	265	36.123	3,4	12,8
Gov. Estado da BA	(14)	(2.494)	(7.172)	(8)	(9.674)	—	—
Gov. Estado de GO	(6)	(793)	(3.882)	(9)	(4.684)	—	—
Gov. Estado de MG	(6)	(3.029)	(1.447)	(54)	(4.530)	—	—
Gov. Estado de MS	(2)	(1.776)	(2.489)	(11)	(4.276)	—	—
Petrobrás	5	839	8.806	1.187	10.832	1,0	3,9
BNDES	14	4.353	1.845	22	6.220	0,6	2,2
Outros	17	1.273	564	390	2.227	0,2	0,8
Total Grupos Econômicos	1.226	498.291	537.451	17.660	1.053.402	100,0	—

dos os seus aspectos, para que a exploração do subsolo do país possa ocorrer com o máximo proveito nacional.

A guerra do minério

Uma guerra eclode das profundezas do solo brasileiro e desenrola-se à vista da Constituinte, envolvendo órgãos governamentais, terras indígenas, empresas mineradoras, setores religiosos ligados à assistência aos índios, garimpeiros e políticos, os nacionalistas de um lado, os demais do outro lado. Como causa do confronto, em que muitos argumentos são classificados como sofismas, está a exploração mineral em algumas das mais ricas áreas do território brasileiro.

De um lado, estão as reservas indígenas na Amazônia - particularmente em Roraima e Amazonas - acusadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, segundo a divulgação da imprensa, de estarem se multiplicando e incorporando territórios ricos em minerais. Essa prática, além de produzir perdas econômicas pela ociosidade em que se mantêm tais riquezas, estaria se convertendo numa "ameaça à própria soberania nacional" - ainda segundo a queixa do DNPM - uma vez que o resguardo das jazidas seria, de acordo com o departamento, nada mais que um lance de política internacional, visando a alienar, em favor do estrangeiro, minas de ouro, diamante, nióbio,

Os interesses da mineração lançam olhos compridos sobre os territórios indígenas e armam uma confusão diabólica, que atinge os missionários e leva a Funai a atitudes que a CNBB considera resultado de equívocos

columbina e tantalita, entre outros minerais valiosos.

Como acusadas principais, as missões religiosas, especialmente as católicas, representadas pelo combativo Conselho Indigenista Missionário-Cimi, além do Conselho Mundial de Igrejas. Segundo as denúncias, o crescimento das reservas indígenas seria secundado por um esforço de se atribuir a elas um estatuto político especial, que limitaria a soberania brasileira sobre tais territórios, abrindo caminho para futuras intervenções externas. "Uma nova face dos antigos projetos de internacionalização da Amazônia", chegaram a denunciar alguns mais radicais.

Do outro lado, na trilha aberta pelo DNPM, estão as mineradoras, descontentes, segundo nota oficial que divul-

garam pelos jornais, com a intenção de grupos nacionalistas e órgãos ligados à proteção dos indígenas, que querem incluir um dispositivo na nova Constituição, tornando monopólio estatal a exploração mineral em áreas reservadas às tribos. A nota oficial das mineradoras, de 12 de agosto, rejeita o privilégio da União, argumentando que a mineração é atividade de alto risco, na qual não se deve empregar o dinheiro do contribuinte, necessitado, antes de tudo, de programas sociais, e que o fechamento das reservas à exploração privada pode ameaçar o lugar do país no comércio internacional de minérios.

Os movimentos desta guerra tomam por referência a Constituinte, sobre a qual pretendem influir, o que explica a vibração dos golpes e a grandiloquência dos argumentos.

A proposta do Conselho Indigenista Missionário à Constituinte pede, com vistas à mais efetiva preservação das comunidades indígenas, que a exploração mineral nas reservas fique sob responsabilidade única da União, de modo que se evite a continuação do contato desagregador dos garimpeiros e empresas mineradoras. Embutida, neste primeiro lance, a preocupa-

ção de setores nacionalistas com a preservação das riquezas.

Quanto ao segundo lance, desde 1983 existe legislação que abre a possibilidade de exploração do subsolo de áreas indígenas, mas o assunto somente foi regulamentado em maio último, pelo DNPM. Antes que entrasse em vigor, porém, o próprio ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, decidiu suspender seus efeitos, remetendo à Assembleia Nacional Constituinte a responsabilidade de definir o tema. Em fins de julho, as mineradoras se pronunciaram contra a decisão do ministro, anunciando a disposição de lutar pela reabertura do subsolo das reservas tribais à exploração. A medida determinada por Aureliano Chaves foi considerada um exagero pelo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração-Ibram, João Sérgio Marinho Nunes, segundo o qual "o índio brasileiro já está aculturado e sabe se defender". Lembrou, ainda, que as tribos poderiam se beneficiar bastante dos *royalties* que resultariam da exploração mineral de suas terras.

O terceiro movimento ocorreu em agosto, através do DNPM, que enviou ao ministro das Minas e Energia um relatório, levantando aquelas suspeitas citadas, que obtiveram ampla repercussão da imprensa, tendo como idéia-matriz a denúncia de que a criação ou expansão de territórios indígenas acobertaria interesses atentatórios à soberania nacional. Em suma, os índios estariam sendo usados pelos missionários católicos, com o objetivo de se alienarem, futuramente, áreas política e economicamente estratégicas. À posição crítica ante os missionários associou-se ao DNPM a própria Funai, cujo presidente, Romero Jucá Filho, disse que vai acompanhar, pessoalmente, as investigações sobre eventuais irregularidades praticadas por missionários. Ainda segundo Jucá, a Funai vai apressar a elaboração de normas que disciplinem a entrada e a permanência de religiosos em zonas tribais, lembrando que há pouco tempo determinou a retirada de um missionário do Cimi de uma dessas áreas, porque "pregava a violência".

O quarto lance da guerra teve a predominância da igreja. Enquanto o ministro Aureliano Chaves reafirmava sua posição de que o assunto deve ter decisão final na Constituinte, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do



Na Idade da Pedra, o indígena precisa de espaço e matas e ignora as riquezas sob seus pés

Brasil-CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, fazia entrega de documentos ao presidente da República, José Sarney, através dos ministros Costa Couto e Bayma Denis, dos Gabinetes Civil e Militar, e solicitava a instalação imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para esclarecer as denúncias do DNPM e das mineradoras. Segundo d. Luciano, trata-se de uma campanha para derrubar todas as salvaguardas legais à exploração mineral nas reservas tribais, o que explicaria a virulência dos ataques aos religiosos do Cimi, conhecidos pela intransigência que demonstram na defesa da causa indígena.

O último movimento da guerra caberá, sem dúvida, à Assembleia Nacional Constituinte, onde as mineradoras, segundo o Cimi, têm *lobby* fortíssimo, o que as empresas rejeitam como acusação leviana. Pelo barulho e calibre dos tiros, os constituintes não estão alheios a essa guerra. Segundo o senador Severo Gomes, as mineradoras estão se movendo pela ambição de liberar as áreas indígenas para sua atividade. O parlamentar compara as denúncias do DNPM e das empresas a um "segundo Plano Cohen" e a um "basteiro para enganar os trouxas e espantar a classe média paulista".

O perigo da ruptura ronda campo do país

Os caminhos se estreitam e atestam falência institucional no tratamento da crise agrária, diz José Carlos Sabóia

Clóvis Sena

Numa foto, quinze pessoas reunidas em 1984, na cidade de Araguaína, região do Bico do Papagaio, extremo norte de Goiás. Em 1987, um dos retratados, o deputado estadual goiano Edmundo Galdino, contempla o que se tornou um retrato histórico da crise fundiária brasileira, e vai contando, um a um, os treze que morreram em apenas três anos: eram todos líderes de trabalhadores rurais e foram assassinados a mando dos donos de terras.

— Além de mim — diz Galdino, já ameaçado de morte — o outro sobrevivente é o deputado federal paraense Aldemir Andrade, cujo nome, aliás, figura numa lista de oito pessoas a serem assassinadas proximamente.

Menos esperanças

A dureza dos proprietários rurais e o estreitamento das margens de negociação tornam a questão agrária um assunto cada vez mais radicalizado.

— No processo de luta política dos movimentos populares, a Constituinte era a única e a última referência da reforma agrária — analisa o deputado José Carlos Sabóia (PMDB/MA). Havia uma visão de conjunto, unindo sindicatos, movimentos dos sem-terra e a igreja, que acreditava que a força da maioria despossada conseguiria decidir a questão na Constituinte. Mas, esta recusou qualquer avanço, a direita articulou-se com grande força para impedir qualquer modificação, quanto à questão da terra. O resultado — prossegue o parlamentar — é que as esperanças começam a se diluir entre os trabalhadores rurais de todo o país. E a esperança que desaparece deixa o lugar para o desespero.

Segundo José Carlos Sabóia, as for-



Sabóia: "negociação política está em risco"

ças sociais não estão conseguindo sustentar a negociação política, o jogo democrático, e os caminhos estão se estreitando, delineando uma falência institucional, que torna frágil o plano legal.

— Pode acontecer o pior, então — raciocina o deputado maranhense. Se não ocorrer um avanço em torno da reforma agrária, nós veremos o início de uma guerra civil no Brasil. No momento — prossegue — estamos vivendo uma situação, em que as lideranças dos sem-terra estão conseguindo segurar o revide às agressões, o revide à pistoleta que vem abatendo centenas de trabalhadores e de pessoas que os defendem. Mas, quando se constata a falência institucional, que atitude poderão tomar os que estão com a vida ameaçada, os lavradores que sofrem um massacre?

Na opinião do deputado, a nação precisa enfrentar a questão da democracia, da organização social e do poder, reduzindo o espaço da força conservadora, sob pena de não fixar a democracia no país.

— O que aconteceu na Comissão de Ordem Econômica é ilustrativo — diz José Carlos Sabóia. Lá, o senador Severo Gomes (PMDB/SP) tentou avanços e negociou com os setores mais modernos do capital: Delfim Netto, representante dos interesses internacionais; Albano Franco, representante da burguesia nacional, e Afif Domingos, do setor comercial. Chegaram a um acordo, pelo qual aprovariam o relatório do Severo Gomes. Mas, no último momento, o pessoal ligado a Roberto Cardoso Alves e ao Jorge Viana, enfim; a UDR, rompeu o acordo. Ocorreu, então, que os representantes da burguesia industrial e do capital estrangeiro recuaram. Perceberam que não teriam poder político, sem o apoio da oligarquia fundiária, e sem tal poder acabariam por perder, igualmente, a força de frear os avanços no país. Então, em bloco, rejeitaram tudo. Isto põe por terra algumas análises e mostra que a burguesia nacional tem uma perna na Avenida Paulista, mas, com as mãos, empunha uma pistola contra o progresso social no campo, abatendo o camponês aqui e ali, onde possuem imensas terras e onde investiram com incentivos fiscais do Estado brasileiro. Isso é importante, para entender o porquê de toda essa guerra, pondera o parlamentar.

Assassinatos

A violência contra os camponeses adquire tons de massacre, relata José Carlos Sabóia, que exemplifica com as mortes, quase diárias, que ocorrem no Pará, onde lembra que, no ano passado, num único dia, foram assassinados onze lavradores em Marabá. Também no ano passado, foram 21 as lideranças camponesas mortas no Maranhão, onde, neste ano, dez pessoas já morreram em decorrência dos conflitos de terra, tendo a UDR decidido pela liquidação da deputada estadual Conceição Andrade antes do término do mandato, segundo provas que chegaram a seu conhecimento.

Um fato positivo, na apreciação do parlamentar, começou a acontecer no Maranhão e Mato Grosso: em ambos os estados, os governadores conseguiram impedir o controle da polícia pelos fazendeiros, sem que, porém, seja possível controlar os conflitos.

Agora você tem mais razões e vantagens para assinar e indicar

CADERNOS DO
terceiro mundo

**Suplemento
BRASIL**

Todos os meses
dentro da revista

**DESCONTOS
DE ATÉ 38%**

**PROMOÇÃO
FICA
MAIS FÁCIL.**

Você ganha o brinde referente a 5 assinaturas enviando até 1 de cada vez.

Assine já.
Leia sempre.

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela ao lado, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Efetuando apenas 1 assinatura, a sua ou de um amigo(a), não deixe de preencher também o cupom do brinde.

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	430,00	430,00	1 Livro de nossa escolha
2	415,00	830,00	2 Livros de nossa escolha
3	395,00	1.185,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
4	385,00	1.540,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	375,00	1.875,00	1 Disco de "Radamés Gnattali" mais 3 livros de nossa escolha

1 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

5 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

2 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

3 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

4 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela .

De acordo com a promoção, remeto Cz\$ em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal-ag. central, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Quanto ao brinde a que tenho direito, desejo:
() receber o referente a esta ou até esta remessa.
() acumular para receber em outra ou mais remessas que farei.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.

Os senhores do morro

A situação de miséria de centenas de milhares de pessoas, concentradas em favelas, facilita a proliferação do banditismo das drogas

Os últimos treze dias de agosto deram ao Rio de Janeiro a sensação de viver momentos típicos de filmes de ação, com tiroteios entre quadrilhas, confronto de populações de guetos com a polícia, diversas mortes, e até mesmo a explosão de um helicóptero, no decorrer do resgate de um prisioneiro, sem faltar mais uma série de denúncias sobre o envolvimento de policiais com o banditismo.

Os dias de suspense tornaram-se notícia internacional, pelo ineditismo que cercou a guerra das quadrilhas da favela de Dona Marta, em Botafogo, um dos principais pontos de distribuição de entorpecentes da Zona Sul carioca, quando os dois grupos procuraram passar à opinião pública suas versões do conflito, não recusando entrevistas sequer à imprensa estrangeira, a qual, não sem certo esquematismo, comparou o episódio a operações do tipo ETA (o grupo guerrilheiro basco) ou IRA (o exército de libertação irlandês).

Mundo à parte

Se essas duas realidades da política internacional são comparações exageradas, os favelados do morro Dona Marta não deixaram de lembrar que a situação, que viveram por longos cinco dias, parecia de certa forma com a de Beirute e, com certa imaginação, a guerra Irã-Iraque.

Poucos dias antes, a população da favela da Rocinha fechara um dos acessos à Barra da Tijuca, em manifestação por melhor tratamento a Denir Leandro da Silva, o "Dênis", senhor do comércio da droga no local e que, no momento, se encontra preso. Ocupando as pistas e atacando a paus e pedras os carros que passavam, os favelados enfrentaram a polícia horas seguidas, saindo, ao final, com três feridos a bala. Em toda a Zona Sul do Rio, um engarrafamento de grandes proporções propagava os efeitos da manifestação.

Três dias após os incidentes da Rocinha, um pequeno exército de homens

recrutados em pelo menos cinco favelas da cidade, invadiu a favela Dona Marta, dando um desdobramento sangrento – houve pelo menos três mortes – ao confronto entre os chefes "Zaca", ou Zacarias Gonçalves Rosa Neto, ex-policial recentemente fugido da prisão e disposto a recuperar o antigo espaço, e "Cabeludo", ou Emílson dos Santos Fumero. Na parte alta do morro, "Zaca"; na de baixo, "Cabeludo". Os tiroteios ecoavam ao longe.

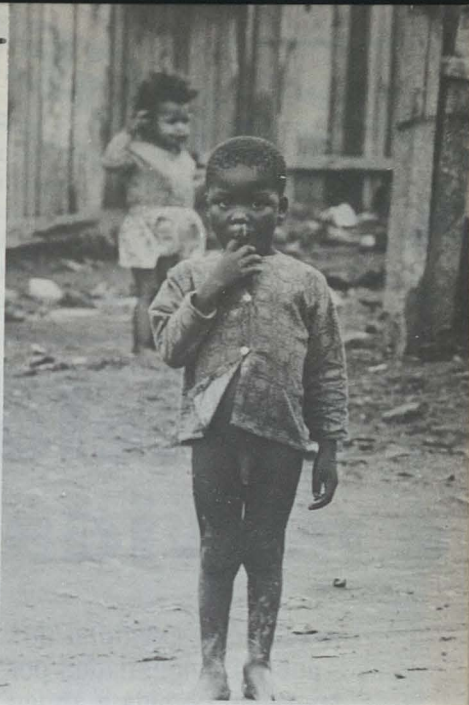
Metralhadoras, rifles, carabinas, pistolas, armas nacionais e importadas, várias de uso exclusivo das forças armadas, equipamentos de comunicação, senhas, entrevistas, acusações e denúncias – extensivas à polícia – pontilharam os cinco dias em que a favela Dona Marta, de mais de 10 mil moradores, foi uma pequena Beirute. Quando a polícia conseguiu entrar, na manhã do dia 25, os dois bandos haviam se retirado.

De um caderno apreendido e de informações de presos, tomou-se conhecimento de um número significativo de policiais envolvidos com os traficantes, aos quais forneciam armamentos, em troca de drogas. Documentos de identidade, carteiras de trabalho e de motorista, além de alvarás de soltura, todos em branco, encontrados no refúgio dos traficantes, levantaram a suspeita da cumplicidade de pessoas de outros setores da administração.

Batalha

Uma semana depois da guerra do morro Dona Marta, ocorreu a batalha do Jacarezinho, a segunda maior favela carioca e a primeira em comércio de cocaína (oito quilos por semana).

Integrantes da quadrilha de "Meio-Quilo", ou Paulo Roberto Moura Lima, sustentaram fogo contra a polícia, que reprimira protesto de favelados pela morte do Ilder, que não resistira a ferimentos recebidos na véspera, dia 30, quando tentara espetacular fuga de helicóptero do pátio da prisão, terminando por despencar de uma altura de 15 me-



Agência JB

Inconsciente credor da dívida social

tros, enquanto o próprio aparelho, des-governado, caía ao solo e se incendiava, matando um cúmplice e o piloto. Na batalha do Jacarezinho, um morto. Em luto pelo traficante, todo o comércio da área cerrou as portas, enquanto manifestantes gritavam: "ei,ei,ei, Meio-Quilo é nosso rei". O posto policial local foi reforçado, pois temia-se que a quadrilha o ocupasse. Aos comandados de "Meio-Quilo" atribui-se a posse de 180 armas, entre elas 36 metralhadoras e uma centena de pistolas.

Marginalidade

Na análise do que está ocorrendo, não se deve perder de vista o quadro mais amplo, que ultrapassa a visão meramente policial da marginalidade – pessoas cometendo crimes – e questiona a permanência de condições sociais, que deixam ao desamparo comunidades inteiras, tornando-as vítimas e dependentes de manifestações como as das quadrilhas das drogas, cujo poder de acumplicimento se estende a setores da própria polícia.

Entre os desafios da sociedade brasileira, certamente um dos principais é o de inserir no desenvolvimento a imensa maioria, que não consegue participar dos benefícios da civilização urbana que já predomina no país. E, nas cidades, os males da má conformação social tendem a provocar efeitos muito mais perversos do que no campo. ●

Na tela e na vida

Uma história exemplar dos pobres, angustiados por trabalho, comida e abrigo

A marginalização o elegeu, tal como o Destino o fez com seus heróis do teatro grego, para que traduzisse na própria vida os dramas que, na verdade, alcançam um mundo muito maior do que a simples trajetória pessoal. Num microcosmo, a expressão das dores e impasses que tornam confusa a vida do macrocosmo.

O anúncio da morte de Fernando Ramos da Silva, 20 anos de idade, filho de migrantes nordestinos – num episódio que os três policiais envolvidos acabaram por confessar ser execução, tal como as testemunhas haviam denunciado, no dia 25 de agosto passado, em Diadema, periferia de São Paulo – poderia passar despercebido, como apenas mais um lance da violência urbana, em que policiais eliminaram um assaltante, caso Fernando não fosse o famoso Pixote, do papel-título do filme de Hector Babenco, fita premiada e que percorreu mundo, levando sua mensagem de alerta contra o abandono a que se relega o menor.

Especializado em ser menor marginalizado em suas pequenas participações em novela, teatro e cinema (só em "Pixote, a lei do mais fraco" teve desempenho central), Fernando não alcançou mais oportunidades, quando atingiu a idade em que não poderia mais convencer como menor. Do tipo da criança marginalizada, passou a viver o papel do homem marginalizado das periferias, sem as câmeras ou cenas



Fernando Ramos da Silva, o Pixote: na tela, tal qual na vida real

que, antes, criaram a ilusão de que a fronteira seria ultrapassada.

Lei do mais fraco

A vida de Fernando Ramos da Silva apresenta todos os aspectos comuns à situação das crianças e jovens de famílias muito pobres, que são a imensa maioria, em todos os grandes centros, e vivem sob o domínio da angústia, ante as incertezas de trabalho, comida e abrigo.

Seus pequenos trabalhos em teatro (vendedor de amendoim, na peça "O Último Carro", de João das Neves), em novela (um menor adotado em "O amor é nosso", da Rede Globo), e em cinema (pontas em "Eles não usam black-tie", de Leon Hirszman, e em "Gabriela", de Bruno Barreto, além do papel-título em "Pixote, a lei do mais fraco") não tiveram continuidade, à medida que a idade aumentava e sua realidade familiar impedia o acesso a um estágio de profissionalização, numa atividade que já é,

por si mesma, no Brasil, muito incerta.

Aos 16 anos, a primeira prisão, por furto, e também a amarga experiência de ser espancado para assumir a autoria de outros crimes, inclusive duas mortes, que não cometera. Aos 19 anos, casado e já com uma filha, praticava assaltos em companhia de um garoto fugido da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, na periferia de Diadema, onde morava, quando a polícia surgiu e ele se refugiou num quarto de uma habitação coletiva.

A partir daí, a versão inicial da polícia entra em contradição direta com o relato de outras pessoas que estavam na casa, entre elas a proprietária, Carmelita Martins, que nega ter ocorrido tiroteio ou resistência de Pixote, que até gritou para que não o matassem, pois tinha uma filha para criar. As pessoas, que o viram chegar, disseram que ele estava sem camisa e desarmado, e somente nove dias depois os três policiais confessaram ter executado Pixote, sem que houvesse resistência armada por parte

dele, que foi alvejado por oito dos 18 tiros disparados, dos quais seis o atingiram no tórax e dois num dos braços.

De acordo com o legista Márcio Luiz dos Santos Rosa, a maioria dos tiros foi de cima para baixo, indicando que Pixote estava deitado ou agachado, o que explica o motivo da grande poça de

sangue debaixo da cama do quarto, onde ele tentou se esconder.

Pixote estava pretendendo divulgar suas memórias, "A vida de Pixote", que ditara à sua mulher, Maria Aparecida, e onde mostra como desejava uma realidade diferente: "Quero que esqueçam do Pixote e só lembrem do Fernando".

O Fernando, que nunca pôde deixar de ser Pixote na vida, encarna a tragédia social que é o dia-a-dia de milhões de crianças. "Infelizmente - disse aos jornais Maria Inês Bierrembach, que presidiu a Febem paulista - esta trajetória também está traçada para tantos outros jovens como ele".

Pixote leva Fernando da Silva à morte

José Louzeiro

Criei o personagem Pixote, no meu livro "Infância dos Mortos". Era a lembrança de um garoto que conhecera nas imediações da Central do Brasil, pedindo esmolas e perturbando as pessoas que ficavam horas e horas nas extensas filas, esperando os lotações, tipo de microônibus que havia muito no Rio de Janeiro pela década de 50. Esse Pixote escrevia-se com ch, pois era assim a ficha do SAM que ele tinha no bolso.

Quando participei do filme com Hector Babenco, trocamos o ch por x e Pixote adquiriu outra postura. Isto é: no livro ele morre logo nos primeiros capítulos, sendo motivo de recordação permanente por parte dos companheiros, torna-se um personagem subjetivo. Babenco não quis tratar com um personagem subjetivo no cinema. Preferiu que Pixote atravessasse a história, em carne e osso. Foi o que aconteceu.

Mas, tanto o Pixote do livro, quanto o do filme, com ch ou x, o que temos representado é um garoto como tantos outros, abandonado à própria sorte, perdido nos buracos e guetos da cidade grande.

Crianças como Pixote sofrem desde cedo de algumas doenças. A mais grave é o desamor. Eles não têm a quem se apegar, não contam pontos de referência, não podem se abrir, intimamente, não dispõem de privacidade. Todas essas coisas indispensáveis ao ser humano, principalmente na infância, vão enlouquecendo os meninos de rua. E é por isso que muitos se tornam afoitos, "contentes" ou extremamente agressivos. Eles estão, na verdade, em proces-

so de loucura, diante de nossa indiferença.

Pixote do livro e Pixote do cinema eram praticamente loucos. O Pixote personagem da fita - Fernando Ramos da Silva - também não fugia a essa regra. Só que ele contava com algumas outras agravantes: não era uma ficção. Era um menino de verdade, querendo evoluir a partir de um filme bem-sucedido. Mas Fernando não cresceu com a fita. Continuou amargando na mesma favela, limitado pela pobreza extrema, cercado pela ignorância da família, minado pelas amizades que se confundem com a promiscuidade e o crime.

Quando Pixote esteve morando com a família em Caxias, graças ao apoio desse homem extraordinário que é Hydekkel Freitas, chegamos a imaginar que o menino havia rompido o cerco de mediocridade que o asfixiava. Depois ele retomou os mesmos caminhos de Diadema, isto é: juntando-se com o que havia de pior em Caxias, sentimos que as medidas do prefeito Hydekkel Freitas não iam surtir o efeito que todos nós esperávamos. E me lembro bem: Hydekkel ficou tão triste com o insucesso do menino em Caxias que se queixou a mim, os olhos mareados de lágrimas. Hydekkel estava gostando de Pixote como gosta dos seus dois filhos.

Menos de dois meses depois de ter ganho a casa das mãos de Hydekkel Freitas, comprada com dinheiro que ele tirou do bolso, dona Josefa da Silva fez a grande loucura: vendeu-a por um preço bem abaixo do preço de compra, juntou os parentes e lá se foi de volta a Diadema, São Paulo.

Eu sabia que era o fim da linha para Pixote. Por lá, ele estava envolvido em diversos crimes. Coisas ainda leves, mas



José Louzeiro

Louzeiro: meninos de rua vão enlouquecendo

suficientes para levá-lo para a cadeia, tão logo completasse 18 anos. Conversei o que pude com Fernando, a fim de que ele desistisse daquele regresso repentino, maluco. Ele respondeu que os melhores dias de sua vida transcorreram quando estava participando das filmagens com Hector Babenco. Em Diadema teria tempo de, vez por outra, passar pelo local onde as filmagens haviam acontecido.

Moral da história: Fernando Ramos da Silva, o Pixote, não admitia que o filme tivesse acabado. Para ele, os planos continuavam a ser rodados. Tornou-se personagem real de um filme sem fim. Ao ser assassinado pela polícia, que assumiu neste país o papel de juiz e de algoz, Pixote estava rodando mais um plano da sua mirabolante história. Bem que ele poderia ter sido capturado e levado a um hospital, a fim de fazer tratamento psiquiátrico. Mas isso é pedir demais, num país que decidiu mergulhar de cabeça na violência.

Graças à PM de São Paulo e especialmente ao sargento Júnior, matou-se o maior ator juvenil que este país já teve e mostrou-se ao mundo um fato ainda mais alarmante: a justiça deste país está sendo feita pela PM, enquanto o Poder Judiciário, de braços cruzados, assiste a um espetáculo inédito na história dos povos civilizados.

Esporte

Porque vamos fazer feio em Seul

Nossa presença olímpica angustia os esportistas e, a cada quatro anos, promove um exame de consciência sem consequências

Walmyr Peixoto

De quatro em quatro anos é a mesma coisa. O Brasil envia a sua delegação para o país-sede dos Jogos Olímpicos e fica torcendo. Imprensa e povo ansiosamente aguardam a divulgação do quadro oficial de medalhas. E o resultado, mesmo não sendo surpresa, é mais uma frustração: ganhamos umas poucas de bronze, com muita sorte alguma de prata e, por milagre, a de ouro. No próximo ano serão disputados os Jogos Olímpicos de Seul, na Coreia do Sul. Certamente o Brasil fará feio.

Logo o Brasil, país-continente, com mais de 141 milhões de habitantes e uma área superior a 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com um número espantoso de atletas em potencial e espaço para a prática das várias modalidades de esporte, mais generoso ainda. Então, por que o fracasso? De quem é a culpa? Como se explica nossa

inferioridade técnica em relação a países pequenos e pobres, como Cuba, Romênia, Alemanha Oriental ou até mesmo nações do desamparado continente africano?

Nossas glórias são conseguidas de maneira esporádica, fruto da técnica e do esforço pessoal do competidor, que chora ao ouvir o hino nacional e contemplar a bandeira impor-se às demais. Mas, esses heróis são poucos, fáceis até de contar nos dedos, como João do Pulo, Ademar Ferreira da Silva, Ricardo Prado, Joaquim Cruz, os irmãos Carvalho, no remo, e Torben Grael, este no

iatismo. Por que somos tantos para tão poucas medalhas? Muitas respostas surgem, algumas patéticas, outras que não conseguem explicar nada e algumas que merecem análise profunda e um estudo apurado das sugestões nelas embutidas. Afinal, tem gente que quer tirar o esporte brasileiro do fundo do poço com idéias e ação.

Estes esbarram na burocracia, falta de infra-estrutura, excesso de comando



O torcedor tem poucos motivos para alegria e não entende o mistério

e precariedade de recursos. Mas, eles preferem lutar para que o esporte frutifique e o Brasil deixe de lado o jocosos lema de que o importante é competir. É hora de parar de fazer feio. O esporte olímpico no Brasil ainda tem salvação. Pelo menos, esta é a opinião daqueles que pensam nele com seriedade.

Solução na escola

Uma das maiores autoridades sobre o esporte olímpico no Brasil, Ulisses Laurindo dos Santos, bicampeão sul-americano de atletismo, integrante da seleção brasileira nas Olimpíadas de

Helsinque, jornalista e professor de educação física, vê a raiz do mal na falta de infra-estrutura:

"O fracasso do olimpismo no Brasil sempre foi gerado pela falta de um programa dirigido para fortalecer as bases, já não digo científicas, mas as bases mais elementares. Temos, a princípio, o atavismo pobre, oriundo da colonização, falha de origem tão sabida."

Ulisses sugere uma filosofia de recuperação do tempo perdido. Ele ressalta a pobreza de valores esportivos no país, frisando que o Brasil levou 67 anos para ganhar 30 medalhas. Para mudar a situação, o antigo bicampeão sul-americano de atletismo indica que o trabalho deve começar por dotar as escolas de atividades que levem os estudantes a perceber a importância da saúde do corpo. Tal orientação pode forjar campeões, diz ele, para quem o Estado tem a obrigação de oferecer as condições necessárias.

"Esses campeões - enfatiza - como ocorre em todos os países adiantados do mundo, deveriam ser trabalhados, no sentido de servir de exemplo às novas gerações e passar a elas seus ensinamentos. Ao invés disso, instalou-se a política do clientelismo, com o esporte olímpico sendo dirigido há 30 anos pelas mesmas pessoas. Sem renovação, as idéias caducam e nada se produz."

Segundo Ulisses, a renovação esportiva só pode ocorrer através do direcionamento da criança, dotando-a da mentalidade saudável de que esporte é vida.

Isso, naturalmente, põe em causa a própria estrutura educacional e escolar do país, a qual não inclui, entre seus objetivos, oferecer aos alunos um atendimento integral a todas as necessidades de formação, inexistindo, na prática, a estimulação esportiva.

"É evidente que a construção de uma plataforma olímpica não prescinde do aparelhamento de campos próprios, mas uma coisa depende da outra. Admitindo-se a primeira premissa - com a

escola começando a desenvolver atletas –, com certeza surgirá a segunda, a infra-estrutura física que desenvolva o olimpismo. Mantendo-nos no estágio em que nos encontramos, jamais alcançaremos coisa alguma”, adverte Ulisses. “Mesmo se não pudermos alcançar o ideal, é preciso querer chegar perto dele”.

O papel da universidade

A universidade poderia ser uma das tábuas de salvação para o esporte olímpico no Brasil, mas tal não acontece, devido à falta de apoio governamental ou à má administração nos estabelecimentos públicos. A Universidade Gama Filho, particular, e a Universidade Fe-

deral Fluminense (UFF) são grandes exemplos.

À Universidade Gama Filho o esporte olímpico brasileiro deve o aparecimento de nomes como Joaquim Cruz, Altevir Araújo, Claudiléia Matos dos Santos, Antônio Eusébio, Sheila Oliveira, Osvaldo Simões, Júlio Lapa e Frank Triles Duarte, mas problemas financeiros determinaram o encerramento das atividades esportivas naquela escola superior carioca.

“As empresas pagam muito alto ao atleta e os que não são bem remunerados reivindicam salários que não estão em condições de receber”, queixa-se o professor Raulino Geraldo Lima de Almeida, supervisor de esportes da Gama Filho, procurando dar uma das explica-

ções para os impasses que provocaram a paralisação do programa, que vinha sendo uma experiência destacada.

O professor acrescenta que faltou apoio governamental, o programa tornou-se custoso demais e foi impossível evitar a paralisação daquela experiência, que a Gama Filho realizava de modo pioneiro e com uma qualidade estrutural, que permitia formar e desenvolver atletas de nível.

Desapareceu, assim, em 1985, um trabalho semelhante ao que é comum nas universidades norte-americanas e de outros países. “As fundações educacionais norte-americanas investem muito nos atletas e vêem o esporte como uma atividade de grande importância, oferecendo à sociedade a motivação

Cuba, o esporte vem do berço

Muita gente gosta de comparar o desempenho esportivo do Brasil e Cuba e não se cansa de enaltecer o país de Fidel Castro, por seu destaque olímpico. Quem compara, ressalta as dimensões geográficas entre as duas nações, o contraste do país-continente com a pequena ilha caribenha, um mundo de mais de 140 milhões de brasileiros contra não mais que 10 milhões de cubanos. O que têm esses 10 milhões e seu pequeno país de tão diferente, para alcançar resultados esportivos, com os quais o imenso Brasil não consegue sonhar?

A resposta é aquela que consola todos os baixinhos do planeta: tamanho não é documento. Quantidade não quer dizer nada: o que resolve é a qualidade. Em Cuba, o modelo esportivo é tal que já se nasce atleta ou em condições de sê-lo. As crianças se desenvolvem à base de uma pedagogia desportiva, que busca a perfeição dos movimentos. Ainda na maternidade, o cubano tem seu primeiro contato com o esporte, através de exercícios cientificamente elaborados, o que permite que se diga que lá o esporte vem do berço.

Revolução no esporte: a escola

O principal órgão esportivo cubano é o Inder (Instituto Nacional de Desportos, Educação Física e Recreação), criado por decreto de Fidel Castro, em 1961. O Inder é o governo nos esportes e permitiu a renovação do programa de educação física e de todas as atividades esportivas, empregando idéias renovadoras e incorporando toda a população. Nesse esforço de reordenação, criaram-se os Conselhos Voluntários Desportivos, aos quais se integraram milhares de pessoas, tanto nas cidades, quanto no campo, visando à melhor organização e racionalização dos meios a serem utilizados em fábricas, bairros, esco-

las, cooperativas e outras associações.

Na fase embrionária do Inder, uma das metas principais foi a abolição do profissionalismo no esporte. Outra foi a criação da Escola Superior de Educação Física (hoje, Instituto), destinado a assegurar aos técnicos os meios indispensáveis à execução de seus planos de trabalho, tornando-se um dos instrumentos mais importantes para as conquistas cubanas, ao lado, naturalmente, do celeiro atlético por excelência: os Jogos Nacionais Escolares. Destes, começaram a revelar-se os valores, que chamam a atenção para o pequeno país, que soube também absorver, com proveito, a experiência transmitida por técnicos estrangeiros, especialmente os soviéticos.

Os resultados apareceram mais cedo do que se esperava, pois já em 1966, nos Jogos Centro-Americanos, os atletas da ilha despontaram como destaques. Desde então – e os Jogos Pan-Americanos do mês passado confirmam –, Cuba sempre se mantém entre os três primeiros colocados do continente, atrás dos Estados Unidos e brigando pelo segundo lugar com o Canadá.

De Cuba, já surgiram grandes ídolos individuais, enquanto alguns esportes coletivos alcançaram nível de excelência, como no vôlei, pólo aquático, beisebol, basquete, revelando craques, que se somam a nomes como os de Orlando Martínez, Emilio Correa e Teófilo Stevenson, no boxe, e Alberto Juantorena, no atletismo.

O destaque esportivo cubano demonstra que somente iniciativas inteligentes e de larga visão podem fazer girar a máquina de produzir atletas, uma máquina que se apóia num tipo de escola, onde a educação é um conceito mais amplo que o de simples transmissão do “bê-a-bá”. É o que pode explicar o sucesso de um país que partiu quase do zero, há menos de 30 anos, e ostenta o dobro das medalhas olímpicas do Brasil.

da prática esportiva", conceitua Raulino.

O apoio governamental é indispensável, para que possa ter sustentação qualquer programa esportivo a nível universitário, na opinião do professor carioca. Segundo ele, somente a colaboração oficial pode propiciar a contratação e formação de profissionais qualificados a trabalhar com atletas, de modo científico.

"Os clubes - diz o professor - estão apenas interessados em ganhar, têm uma meta imediata, e esquecem de desenvolver o trabalho de treinamento do atleta, que exige empenho gradativo e sério. Quanto às universidades, nunca receberam recursos para se empenhar a fundo e dar continuidade ao trabalho de formação e desenvolvimento do atleta, única maneira de tornar o esporte uma atividade importante, como ocorre no exterior."

Apesar de impossibilitado de realizar qualquer coisa a nível de competições internacionais, o professor Raulino dá algumas sugestões, visando ao desenvolvimento do esporte universitário:

"Devemos considerar o estudante como um potencial. Entendo que o mais eficiente seria a universidade abrir suas portas para instituições de primeiro e segundo grau, de modo a poder desenvolver trabalhos com adolescentes, o que permitiria dar adequada sustentação à formação atlética. As universidades deveriam, ainda, filiar-se às federações esportivas, o que ajudaria a aumentar o entrosamento e reduzir a atual dispersão de esforços."

Para a participação brasileira em Seul, no próximo ano, o supervisor de esportes da Gama Filho sugere:

"Nada foi mudado para a ida dos brasileiros a Seul. Os preparativos estão sendo iguais aos do passado, já que o critério de seleção é de responsabilidade do técnico, e isso é terrível, pois ele escolhe a quem *acha* que deve ir. A forma de avaliação para a escolha dos atletas não é organizada."

Base mal aproveitada

O país dispõe de potencial de alta qualidade também entre os técnicos, mas, como ocorre em relação ao conjunto da atividade esportiva, são pouco prestigiados, não conseguindo influir para a mudança de mentalidade que se faz necessária.

Luís Alberto de Oliveira, por exemplo, é um nome importante do atletismo brasileiro, como técnico dos mais conceituados. Só que vive nos Estados Unidos, agora, e, se puder, fica por lá. Ele é o treinador de Joaquim Cruz, medalha de ouro nos 800 metros nas Olimpíadas de Los Angeles e medalha de ouro também no recente Pan-Americano. Ele treina, igualmente, Zequinha Barbosa e Agberto Guimarães, dois outros nomes de primeiro plano do atletismo nacional, além da norte-americana Mary Decker.

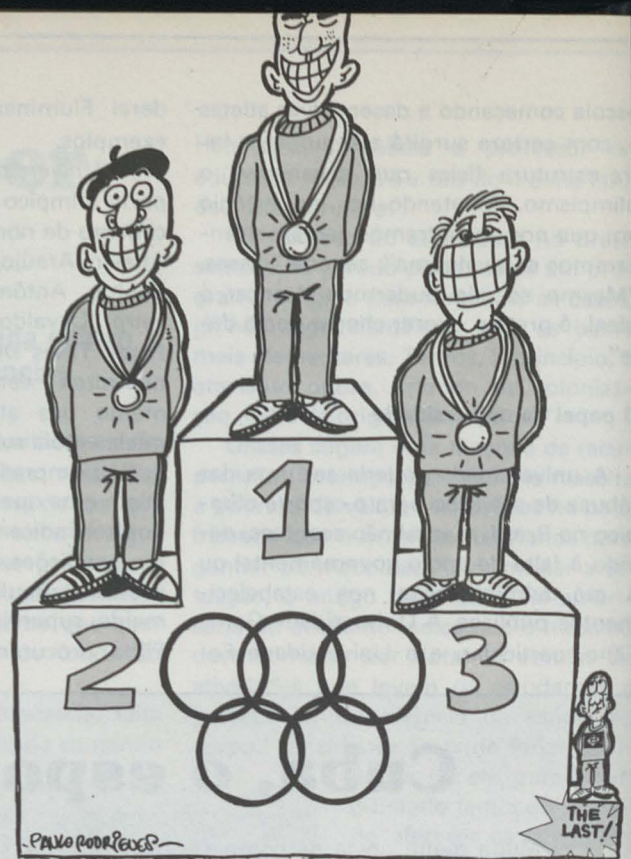
"No que diz respeito à qualidade, os técnicos brasileiros são superiores aos estrangeiros - diz Luís Alberto, sem modéstia - e nossa competência deixa os norte-americanos em plano secundário."

No entanto, nossos resultados esportivos, em termos olímpicos, não ultrapassam a faixa de 2% das conquistas norte-americanas.

Formado em educação física pela Universidade de S. Carlos, em S. Paulo, e com a experiência que adquiriu na Fundação Educacional de Brasília, Luís Alberto deixou o Brasil em 1983, indo para os Estados Unidos, onde hoje integra o Ultrared Club. Consagrado mundialmente por seu trabalho no atletismo, ele não vê possibilidades de voltar ao país, devido à inexistência de condições profissionais.

Sem fazer considerações de alcance mais abrangente, com relação a uma política global de esportes no país, o treinador de Joaquim Cruz concentra-se no aspecto da preparação de atletas para as grandes competições internacionais. Sugere que se crie um centro de treinamentos em Campos do Jordão ou Atibaia, em S. Paulo, onde os talentos poderiam receber orientação científica na preparação.

Paulo Rodrigues



Raras vezes o heróico esportista brasileiro consegue galgar o pódio

Aconselha, igualmente, que investimentos de empresas no esporte sejam dirigidos também para os setores de infra-estrutura, e não apenas, como acontece, no patrocínio de eventos e atletas, quando se procura obter um retorno imediato. Como forma de incorporar experiências, considera importante a contratação de técnicos do exterior, para períodos de dois anos. E dá um conselho final: é preciso tirar os projetos das gavetas e colocá-los em prática.

Falta entusiasmo

O principal pupilo de Luís Alberto de Oliveira, o corredor Joaquim Cruz, é uma das raras esperanças de medalha para o Brasil, no próximo ano, em Seul. Vivendo e treinando nos Estados Unidos, ele não poupa críticas à organização do atletismo do país. Ao disputar, em junho, o Troféu Brasil, em S. Paulo, Joaquim Cruz apontou a prova mais clara do descaso, o estado precário do conjunto desportivo do Ibirapuera, considerado um dos melhores da América do Sul.

"A pista precisa ser consertada, está muito ruim. É verdade que a situação do país também não é nada boa e exis-

tem outras prioridades, bem mais graves", considerou o atleta.

Mas, se a pista do Ibirapuera só merecer ficar em ordem quando o país deixar de ter problemas, então seria o caso de pedir desligamento do Comitê Olímpico Internacional. Suando e mostrando uma dedicação extraordinária à sua vocação atlética e ao país, cuja presença torna marcante, sempre que se lança às pistas, Joaquim Cruz acabou por expressar o preconceito dominante e que serve de desculpas para todo tipo de dirigente esportivo, após os desempenhos apagados: afinal, um país com tanta fome e pobreza não pode pretender ser potência esportiva.

A verdade, porém, é que não se trata da existência de fome ou de abundância: a questão é de estrutura de iniciação e desenvolvimento esportivo. Afinal, negro e pobre, Joaquim Cruz é o próprio desmentido da tese da barriga cheia. Ele era um atleta marginalizado,

que, num dado momento, pôde contar com um sistema de treinamento e apoio capaz de levá-lo às glórias internacionais, junto com o nome de seu país. O problema é que a estrutura que o apoiou não é a regra no Brasil, mas a quase escandalosa exceção. Percorrendo cada nome das raras glórias esportivas brasileiras, será possível constatar que a quase totalidade é formada de atletas de origem a mais humilde, com uma história de desamparo social e mesmo fome, os quais, por algum acaso – os *olheiros*, a mãe que trabalhava no clube e serviu de acesso, um professor mais interessado –, puderam dispor da preparação técnica adequada, a partir de um determinado momento. Como eles despontaram, formando as poucas dezenas de grandes atletas brasileiros, certamente cabe contar aos milhares os que deixaram de aparecer por simples falta de oportunidade. (Veja, a propósito, matéria sobre a equipe da favela da Man-

gueira, a seguir.)

Sem condições de uma avaliação mais profunda sobre o mistério da inexpressividade olímpica brasileira, a norte-americana Pat Scheran, técnica de natação na Universidade de Hotensan, percorreu diversas cidades do interior brasileiro, no mês de junho, pronunciando palestras. Apesar do pouco tempo e dos contatos superficiais, concluiu ela que ocorre uma falha de estrutura, na ausência da universidade brasileira no campo esportivo, o que pode explicar as duas outras deficiências constatadas, ou seja, falta de preparo científico dos atletas e baixo espírito de competição:

"Falta ambição, eles não querem ser bons" – espantou-se Pat.

Se conhecesse melhor a situação, talvez concluísse que a desorganização predominante e a absoluta ausência de perspectivas abalam, desde os primeiros passos, a disposição atlética. ●

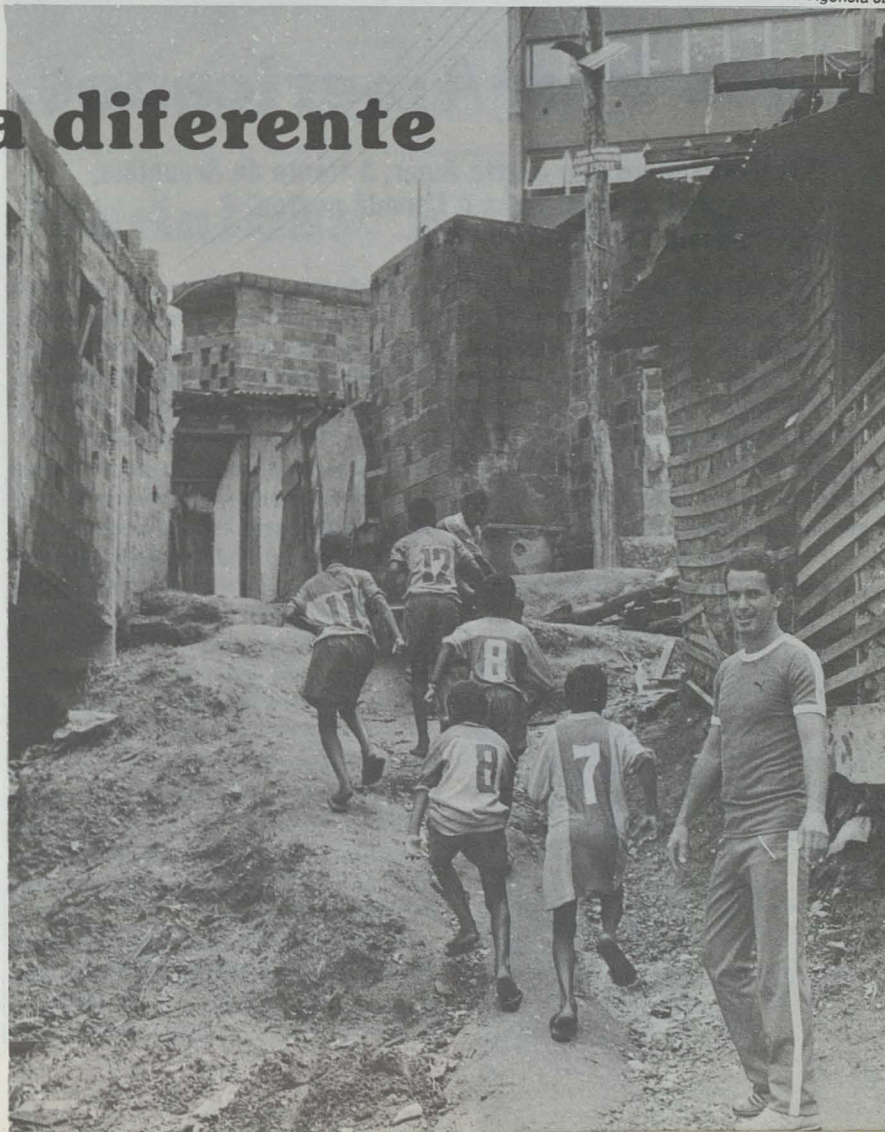
Agência JB

Mangueira Uma escola diferente

Apesar das dificuldades que formam o cenário da favela, a surpresa agora é que, além de campeões no samba, os meninos da Mangueira acabaram mostrando que são bons também no esporte: venceram o Campeonato Estadual Infantil de Atletismo, do Rio de Janeiro, ficando 16 pontos à frente do segundo colocado, o aristocrático Vasco da Gama. Quem são esses atletas mirins?

São garotos de alimentação precária, malvestidos, muitas vezes sem dispor de um tênis para treinar – uma situação que conheceram também nomes como Joaquim Cruz, Ademar Ferreira da Silva, Robson Caetano e João Carlos de Oliveira, alguns dos nossos campeões que surgiram das classes mais carentes do país. A vitória das crianças, porém, não chegou a surpreender a favela da Mangueira: é preciso ser um pouco atleta, cada dia, para subir suas ruelas, enfrentar as dificuldades e manter o samba em alta temperatura. Além disso – ou talvez por isso –, a favela nunca esqueceu de suas campeãs sul-america-

Chiquinho e os guris:
efeitos de um programa



nas Alice de Jesus (1960, arremesso de peso) e Silvana das Graças Pereira, recordista dos 100 e 200 metros e que chegou a participar das Olimpíadas de Montreal, em 1976.

Treinar onde der

Os resultados alcançados pelas crianças da Mangueira podem servir de lição aos dirigentes esportivos brasileiros, caso queiram aprender um pouco de organização e vontade de acertar. A favela está formando atletas, porque o presidente da escola-de-samba, Carlos Dória, sentiu no sangue da garotada o gosto pelo esporte e resolveu ajudar, chamando o professor de educação física e antigo frequentador da escola, Francisco de Carvalho, para criar um departamento de esportes. Com carta branca, o professor Chiquinho organizou a equipe e contratou mais dois colegas, um para cuidar do grupo femini-

no e outro para o masculino. Depois, correu com a papelada para a Federação de Atletismo do Rio de Janeiro, ainda a tempo de disputar o campeonato. O tempo que a Mangueira levou para a conquista do título? Ora, dois meses. Como? Treinando nas ruas ou, quando possível, num campo de futebol alugado, pertencente a um quartel próximo.

"Nossa intenção de desenvolver este projeto não eram os resultados, mas, principalmente, ocupar o tempo dessas crianças" – diz Chiquinho, sem esconder a alegria pelos resultados tão rápidos.

Já o presidente da escola-de-samba, Carlos Dória, acredita que o projeto esportivo na favela poderá trazer diversos benefícios:

"Só se lembram dessas crianças nos dias de desfiles de carnaval, quando elas representam o Brasil, mostrando o samba para os turistas estrangeiros. Mas, quando acaba o carnaval, resta

somente a rotina de pobreza e fome. Esperamos que o projeto dê chances aos meninos carentes de praticar esportes e sirva, também, para chamar a atenção para os graves problemas sociais, que eles enfrentam" – espera Dória.

O programa esportivo da Mangueira tem o nome de Projeto Recriação e envolve cerca de 400 meninos e meninas, que praticam, entre outras modalidades, futebol-de-salão, vôlei e handebol.

"Este esforço da Mangueira – assinala Chiquinho – e seus resultados quase imediatos comprovam que, se houvesse mais seriedade e sensibilidade, o Brasil poderia ser uma potência esportiva, em quase todas as modalidades."

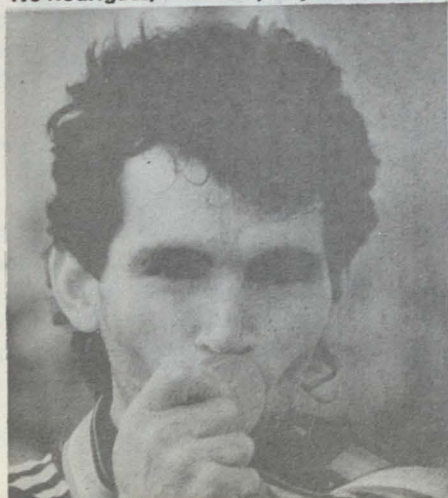
O Projeto Recriação custa à Mangueira o equivalente a 2,4 mil dólares mensais, gastos com o lanche da meninada e os salários dos professores.

Jogos Pan-Americanos, um retrato

Terá sido muito honroso o quarto lugar, à frente da Argentina, e somente atrás dos EUA, Cuba e Canadá nestes Jogos de Indianápolis?

O torcedor brasileiro viveu alguns momentos de orgulho esportivo, durante a realização dos Jogos Pan-Americanos, realizados na cidade norte-americana de Indianápolis, durante duas semanas, em agosto. Comemorou a vitória de Joaquim Cruz, Ivo Rodrigues e Aduino dos Santos, no atletismo, surpreendeu-se com o judô e suas 12 medalhas, descobriu que tem promessas no tênis, com Gisele Miró e

Ivo Rodrigues, ouro: a superação



Fernando Roese, confirmou a qualidade dos irmãos remadores Ronaldo e Ricardo Carvalho e do nadador Ricardo Prado, vibrou com o feito do basquete que derrotou em casa os norte-americanos, elegendo o cestinha Oscar como símbolo da garra, e encantou-se, mais uma vez, com Hortência, a musa que também os gringos souberam reconhecer.

Em cada um dos que conquistaram medalha, pôde-se perceber o orgulho de elevar o nome da pátria e não poucos choraram de emoção. A vitória era o coroamento de esforços, que lembravam, na maioria dos casos, a superação de dificuldades de todo tipo. Certamente, o torcedor pode amá-los como heróis, porque as vitórias alcançadas foram o resultado de uma dedicação imensamente superior ao nível de atenção que possam ter recebido da estrutura esportiva do país.

Competições transmitidas ao vivo e boa cobertura da imprensa diária ajudaram a criar um pouco de otimismo, e o quarto lugar na classificação geral

chegou a ser saudado como um avanço. Afinal, nunca antes o Brasil obtivera tantas medalhas num Pan-Americano. As 63 medalhas (14 de ouro, 14 de prata e 35 de bronze) são sete a mais que as 56 dos jogos de 1983, em Caracas, e onze a mais que as 52 de 1963, em S. Paulo, únicas ocasiões em que o país conseguiu ultrapassar a faixa de 50 medalhas nesse torneio continental.

Falta algo

Será muito honroso o quarto lugar, à frente da Argentina, e somente atrás de Estados Unidos, Cuba e Canadá, nestes Jogos de Indianápolis?

Qualquer análise mais profunda constatará que os números do Brasil expressam uma problemática realidade esportiva, tanto mais intrigante, quanto mais se considera seu potencial humano e o desenvolvimento relativo do país.

O quarto lugar, com 63 medalhas, perde um pouco a força, quando se considera que é uma classificação que ficou a uma distância de 100 medalhas do Canadá, o terceiro, e de 112 de Cuba, o segundo, que conseguiram, respectivamente, 163 e 175 medalhas. Somente as 76 medalhas de ouro de Cuba supe-

raram largamente as conquistadas pelo Brasil nas três classes.

Algumas comparações serão úteis, para uma correta avaliação do quadro esportivo brasileiro, ao mesmo tempo em que servirão para valorizar ainda mais os feitos daqueles nossos atletas que conseguiram se destacar, superando as deficiências de concepção e gerência do setor:

Atletismo – O Brasil conseguiu 8 medalhas, das quais 3 de ouro. Cuba arrecadou 23, seis delas de ouro.

Boxe – O Brasil alcançou 3 de bronze. Cuba 10 de ouro e uma de bronze.

Judô – O Brasil conquistou 12 (5 de ouro), enquanto Cuba ficou também com 12 (3 de ouro).

Ginástica Artística – O Brasil ganhou uma de bronze; Cuba conseguiu 16 (4 de ouro). Na ginástica rítmica, o Brasil nada ganhou, enquanto Cuba chegou a 6 medalhas, três delas de ouro.

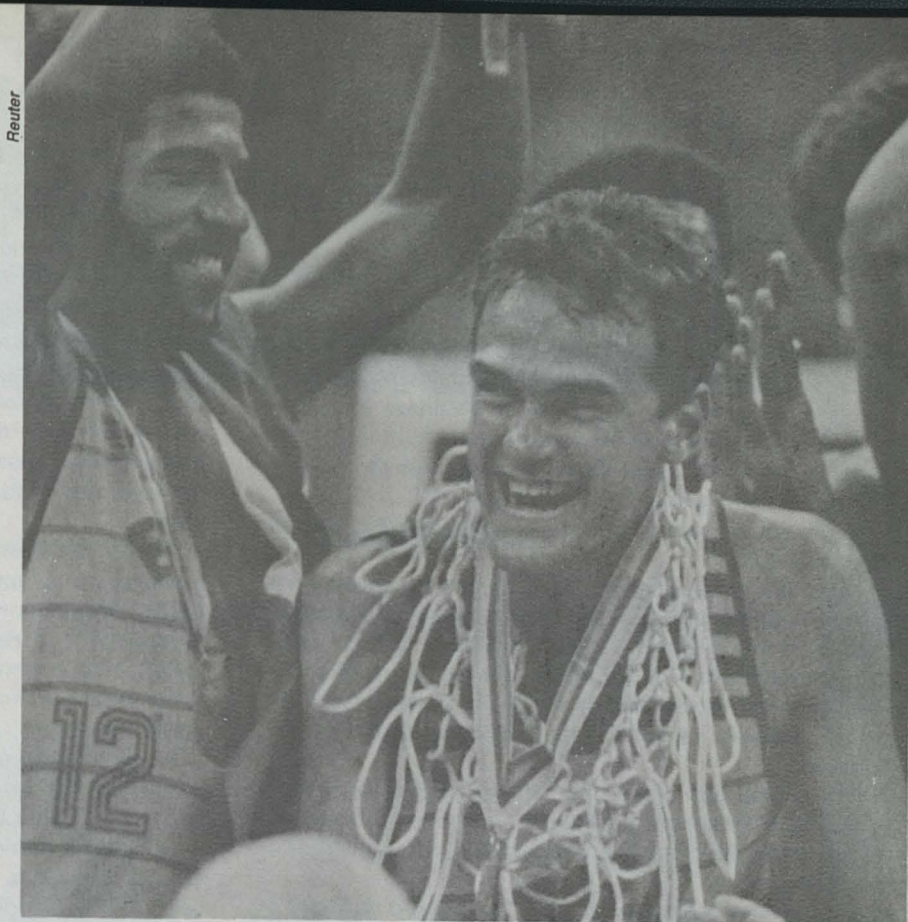
Luta – Na luta olímpica, uma de prata para o Brasil; 2 de ouro e 2 de prata para os cubanos.

Tiro – O Brasil ficou com 4 medalhas de bronze, enquanto Cuba somou 8 medalhas, das quais 2 de ouro e 4 de prata.

A lista de comparações poderia estender-se, terminando naquele somatório que dá a Cuba praticamente o triplo do número de nossas medalhas. Como não poderia deixar de ser, uma comparação desse tipo expõe a modéstia esportiva brasileira, fruto de alguma lacuna que precisa ser estudada e sanada.

Quadro continental

Os resultados de Indianápolis deram 376 medalhas aos Estados Unidos, 175 a Cuba, 163 ao Canadá, 63 ao Brasil, 48 à Argentina e 38 ao México. Com isso, somadas todas as medalhas das dez versões dos jogos continentais, desde 1951, os Estados Unidos mantêm a liderança com 2.353, seguidos por Cuba com 838, cuja vice-liderança decorre do maior número de medalhas de ouro (332) que as do Canadá, o terceiro, com um total de 1.232. Depois, vem a Argentina em quarto lugar, com um total de 491 medalhas, enquanto o Brasil é o quinto, com 378, e o México o sexto, apesar de suas 421 medalhas, por ter somente 71 de ouro, menos que o Brasil, que já acumula 94.



Oscar, o cestinha dos Jogos, simbolizou a garra do atleta brasileiro

Medalhas, quadro triste

Em quase 70 anos de disputas olímpicas, o Brasil conquistou apenas 30 medalhas (6 de ouro, 7 de prata, 17 de bronze), enquanto os Estados Unidos exibem 1.516; a União Soviética, 868; Cuba, 60; Argentina, 44; México, 37, e o Irã, 29, só para comparações.

As medalhas brasileiras são tão poucas, que você vai acabar de ler a lista, antes de perceber:

Medalhas de Ouro: Guilherme Paraense, tiro de revólver (1920); Adhemar Ferreira da Silva, salto triplo (1952 e 1956); Marcos Soares e Eduardo Penido, iatismo, classe 470 (1980); Alexandre Welter e Lars Bjorsktrom, iatismo, classe tornado (1980); e Joaquim Cruz, atletismo, 800 metros livres (1984).

Medalhas de Prata: Afrânio Costa, pistola livre (1920); Néelson Prudêncio, salto triplo (1968); equipe de futebol (1984); Douglas Vieira, judô (1984); Ricardo Prado, natação, 400

metros medley (1984); Daniel Adler, Ronaldo Senft e Torben Grael, iatismo, classe soling (1984); equipe de vôleibol (1984).

Medalhas de Bronze: Afrânio Costa, Guilherme Paraense e Dario Barbosa, equipe de pistola livre (1920); equipe de basquete masculino (1948); José Teles, salto em altura (1952); Tetsuo Okamoto, natação, 1500 metros livres (1952); equipe de basquete masculino (1960); Manoel dos Santos (1960), natação 100 metros; basquete masculino (1964); Servílio de Oliveira, boxe (1968); Ralph Conrad e Buck Haard, iatismo, classe flying-dutchman (1968); Nelson Prudêncio, salto triplo (1972); Shiaik Ishi, judô (1972); João Carlos de Oliveira, salto triplo (1976 e 1980); Rinald Conrad e Ficker, iatismo, classe flying-dutchman (1976); equipe de revezamento, natação, 4X200 (1980); Luiz Onmura, judô (1984), e Walter Carmona, judô (1984).

O desafio do crime organizado

Neiva Moreira

Os graves acontecimentos das favelas da Rocinha, de Dona Marta, do Jacarezinho e da Mangueira, no Rio de Janeiro, foram quase simultâneos ao fuzilamento de Fernando Ramos da Silva, o "Pixote", em São Paulo e à tentativa de se realizar em São Luis nada menos que um congresso de marginais. A reunião se destinava a analisar táticas de luta contra a polícia e a estabelecer um rígido zoneamento da capital maranhense, numa espécie de "reserva de mercado", para evitar choque de quadrilhas.

Com maior ou menor gravidade, a situação é a mesma no resto do país.

Alguns governos estaduais, e o do Rio de Janeiro em particular, cometeram duas leviandades perigosas: atribuíram a seus antecessores a responsabilidade pela situação criada e assumiram o compromisso público de erradicar esse câncer social em algumas semanas ou meses, desconhecendo as causas e os condicionamentos mais profundos do fenômeno.

Crime organizado não é uma patente original brasileira. A máfia norte-americana e européia – quase sempre organizada em torno da droga – é um pesadelo para governos e sociedades.

O ingrediente explosivo no crime organizado no Brasil é a sua implantação no seio das camadas mais pobres e marginalizadas da sociedade, que encontram no vasto sistema do contrabando, da distribuição e da venda de drogas um meio de vida e sobrevivência. A cifra divulgada de que 62 mil famílias pobres do Rio vivem – ou sobrevivem – com o comércio da droga é, uma estatística aterrorizante.

Quando os jornais europeus consideram a "guerra das favelas" uma explosão de luta de classes à moda brasileira, estão aplicando ao trópico uma interpretação mais européia do pensamento marxista. Mas, na verdade, há algo disso.

São os extraviados das classes alta e média que alimentam o contrabando, mas, quase sempre, o trabalho sujo e perigoso deixam aos pobres.

Qualquer estudioso da situação brasileira fica perplexo diante da tradicional insensibilidade das classes dirigentes frente ao problema da pobreza e da marginalização social em nosso país. Nossas cidades estão explodindo, numa dramática perspectiva para o ano 2000.

É espantoso, por exemplo, sentir a resistência do patriado rural a uma reforma agrária, mesmo a mais suave e respeitadora dos direitos (nem sempre defensáveis) adquiridos.

No entanto, o êxodo rural é o alimentador desse crescente exército de marginalizados, que assalta as cidades e que o desespero leva ao crime. Se não fosse a situação de abandono, repressão e injustiça no campo, grande parte desses migrantes forçados permaneceria no meio rural, mantendo-se e à sua família e ajudando a alimentar o nosso povo.

A resistência dos setores dominantes a uma transformação, mesmo modesta, é quase obsessiva nesse quadro, embora possa parecer suicida. Na Constituinte impedem uma

reforma agrária séria, mesmo sendo capitalista e criando um grande número de proprietários privados, e se colocam à ação do Ministério da Reforma Agrária obstáculos paralisantes e deformadores da ação pública nesse setor vital.

Quando o governo federal e alguns governos estaduais lançam programas de distribuição de alimentos a setores carentes, ou de leite às crianças famintas, a grande imprensa e os latifundiários os consideram uma política assistencialista e demagógica. Combatem-se os Cieps do Rio, experiência avançada de educação integral, no temor de que, multiplicados, possam amanhã deselitizar o saber e inclinar em favor das maiorias abandonadas a balança do poder político.

A UDR arma-se de recursos ilimitados para bloquear a mudança no campo e amplia, em todas as áreas, sua penetração. Ninguém, no Brasil, está ajudando hoje, com maior desenvoltura, a revolta no campo, do que o sr. Ronaldo Caiado e seus companheiros, que fazem recordar, no vídeo e nos jornais, a mesma natureza anti-social dos escravocratas do Império.

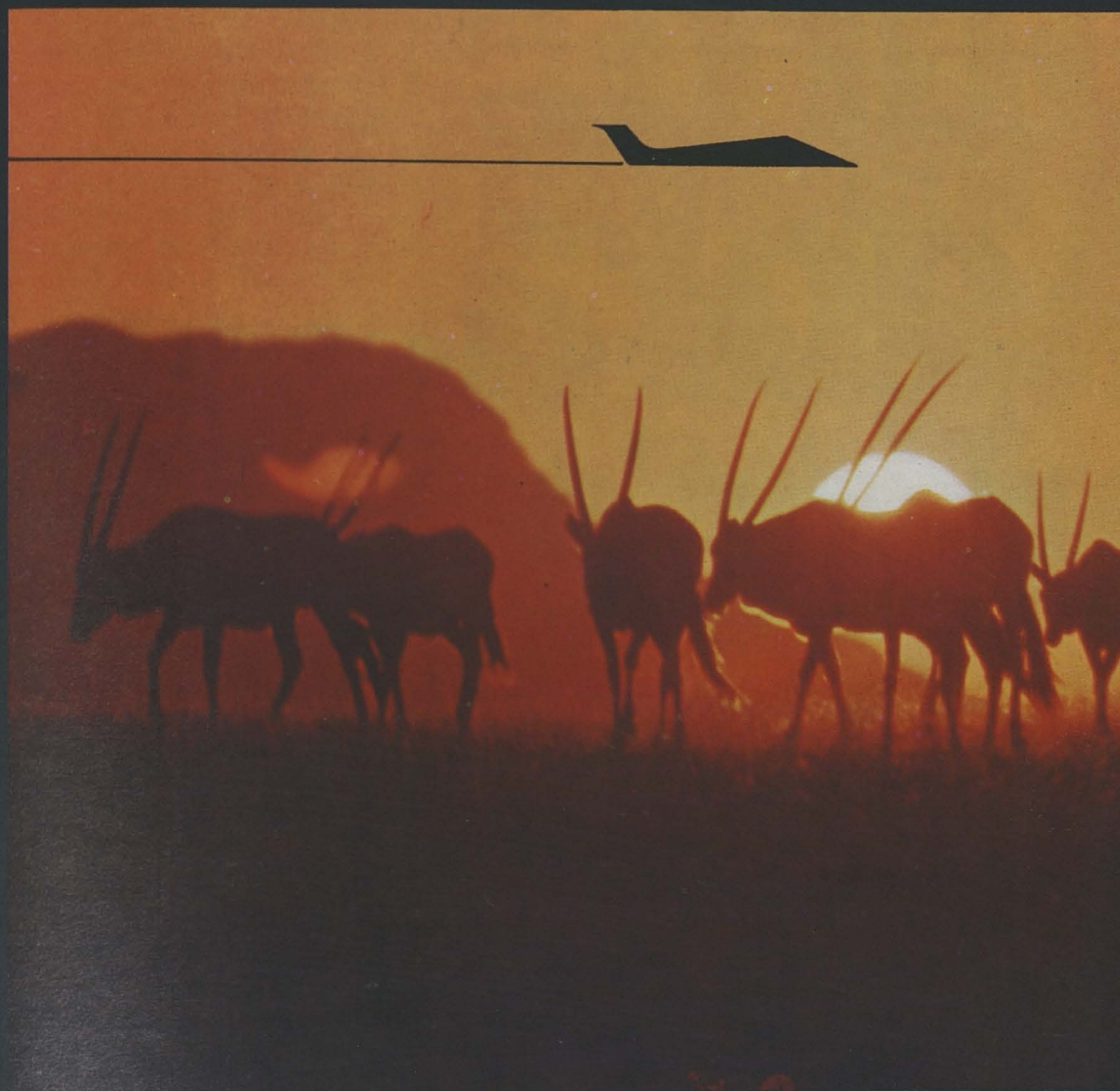
O poder público tem a sua quota de responsabilidade. O quadro de despreparo das polícias é de fazer dó. E por que isso ocorre? Em parte, porque foram treinadas na ditadura para reprimir patriotas e não sabem lidar com o crime organizado. Pior ainda é a conviência de muitos de seus membros com os bandidos, o que reduz a capacidade operacional das polícias e deixa na sociedade o sabor da impotência e do abandono.

Para vigiar os que se opunham à ditadura, constituíram-se batalhões de infiltrados, espões, delatores. A vigilância aos contestadores do regime se estendia à família, aos amigos, à correspondência violada, aos telefones grampeados, ao trabalho. Hoje, a polícia não sabe o que se passa ao seu redor e, quando sobe os morros, não tem a menor informação sobre quem é bandido e quem é gente trabalhadora e pacata, que paga pelo que não fez. O único que lhes ocorre é invadir barracos, prender desocupados, atirar até em crianças indefesas, posar para a televisão. Terminam alvejando o exército, como ocorreu naquele insólito episódio do morro da Mangueira. Os bandidos, estes se mandam. Dão entrevista a alguns metros dos policiais e ainda vão ao enterro dos comparsas. Um deles chegou a se apresentar à imprensa nacional e estrangeira que cobria os acontecimentos na favela Dona Marta como "assessor de comunicação" de famoso bandido foragido.

O que espanta é também seu armamento. Quando um revolucionário era encontrado durante a ditadura com uma pistola .45 das forças armadas, as investigações assumiam aspecto de caçada e parecia que os arsenais militares haviam sido transferidos para a guerrilha urbana. Hoje, os assaltantes usam metralhadoras que dão mil tiros por minuto, sem que a sociedade saiba como e onde as conseguiram.

A circunstância de que esses fatos ocorram quando se vota uma nova Constituição dá aos constituintes uma oportunidade excepcional de inovar. As fazendas do sr. Caiado ou o interesse dos lobistas das transnacionais não devem prevalecer sobre o desafio de construir-se a nova sociedade, inspirada na igualdade de direitos e na justiça social. •

Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA

SAÍDAS

sábado: 09:00h
(hora de Angola)

domingo: 17:00h
(hora do Brasil)

RIO

CHEGADAS

sábado: 13:00h
(hora do Brasil)

2ª feira: 05:00h
(hora de Angola)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Poupança Ouro. Agora, em se poupanando, tudo dá.

Dá feijão, dá milho, dá arroz, dá silo, dá trator, dá arado, dá juros de 6%, mais correção monetária.

É a Caderneta de Poupança Rural do Banco do Brasil.

O dinheiro captado será aplicado no financiamento agrícola e o investidor conta com segurança total, a segurança do Banco do Brasil.

Poupança Ouro.

Resposta do Governo José Sarney ao desafio de aumentar a produção de alimentos no País.



BANCO DO BRASIL